This is a digital copy of a book that was preserved for generations on library shelves before it was carefully scanned by Google as part of a project to make the world's books discoverable online.

It has survived long enough for the copyright to expire and the book to enter the public domain. A public domain book is one that was never subject to copyright or whose legal copyright term has expired. Whether a book is in the public domain may vary country to country. Public domain books are our gateways to the past, representing a wealth of history, culture and knowledge that's often difficult to discover.

Marks, notations and other marginalia present in the original volume will appear in this file - a reminder of this book's long journey from the publisher to a library and finally to you.

Usage guidelines

Google is proud to partner with libraries to digitize public domain materials and make them widely accessible. Public domain books belong to the public and we are merely their custodians. Nevertheless, this work is expensive, so in order to keep providing this resource, we have taken steps to prevent abuse by commercial parties, including placing technical restrictions on automated querying.

We also ask that you:

+ *Make non-commercial use of the files* We designed Google Book Search for use by individuals, and we request that you use these files for personal, non-commercial purposes.

+ *Refrain from automated querying* Do not send automated queries of any sort to Google's system: If you are conducting research on machine translation, optical character recognition or other areas where access to a large amount of text is helpful, please contact us. We encourage the use of public domain materials for these purposes and may be able to help.

+ *Maintain attribution* The Google "watermark" you see on each file is essential for informing people about this project and helping them find additional materials through Google Book Search. Please do not remove it.

+ *Keep it legal* Whatever your use, remember that you are responsible for ensuring that what you are doing is legal. Do not assume that just because we believe a book is in the public domain for users in the United States, that the work is also in the public domain for users in other countries. Whether a book is still in copyright varies from country to country, and we can't offer guidance on whether any specific use of any specific book is allowed. Please do not assume that a book's appearance in Google Book Search means it can be used in any manner anywhere in the world. Copyright infringement liability can be quite severe.

About Google Book Search

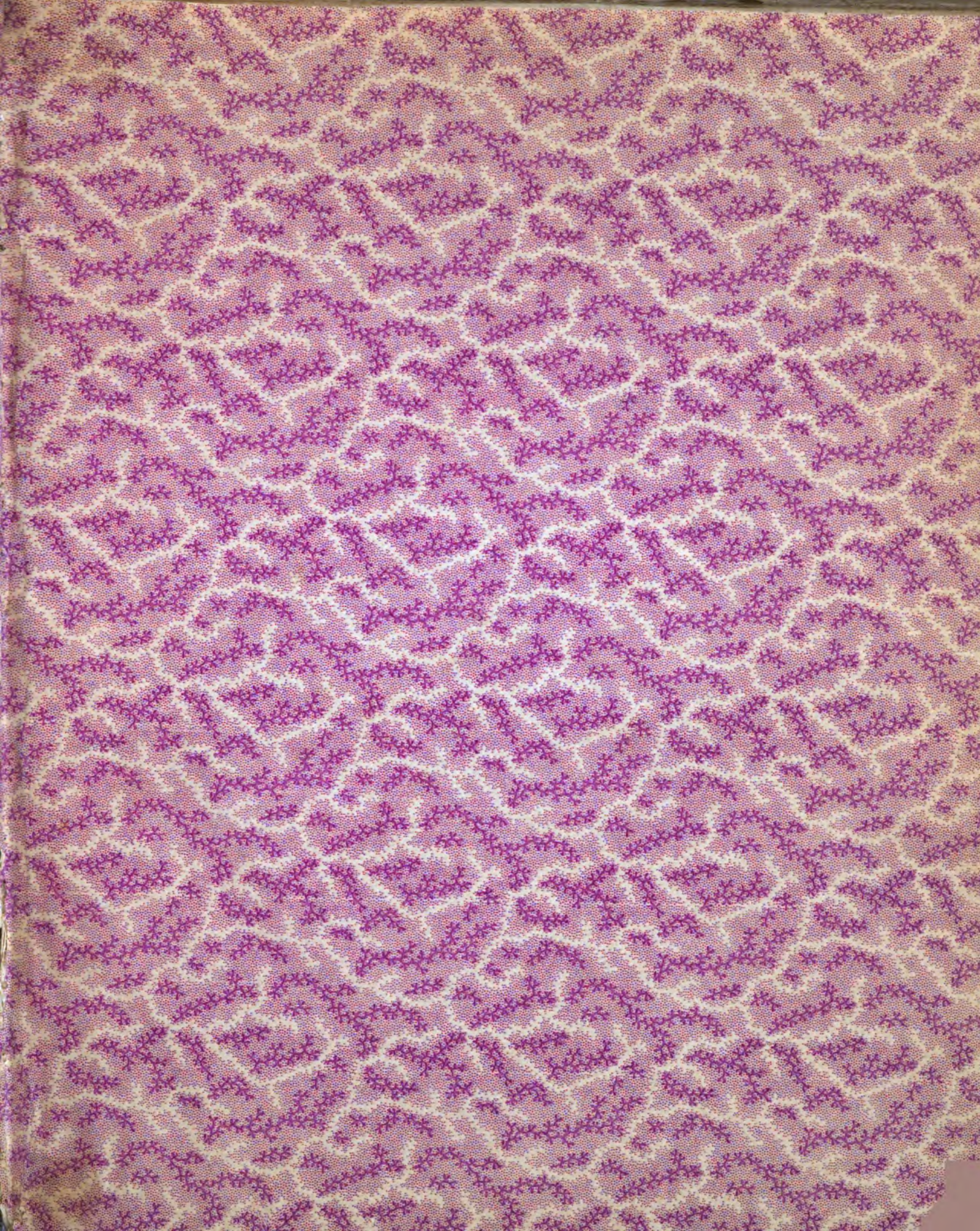
Google's mission is to organize the world's information and to make it universally accessible and useful. Google Book Search helps readers discover the world's books while helping authors and publishers reach new audiences. You can search through the full text of this book on the web at `http://books.google.com/`

AAP
1753
16

WIDENER LIBRARY
HX DXGE 1

Afr 1753.16

HARVARD COLLEGE LIBRARY
FROM THE INCOME OF
A FUND LEFT BY
LESTER B. STRUTHERS/1910



MEMORIA HISTORICA

SOBRE

OS BISPADOS DE CEUTA E TANGER.

MEMORIA HISTORICA

SOBRE

OS BISPADOS DE CEUTA E TANGER

POR

Levy Maria Jordão,

DOUTOR EM DIREITO,
SOCIO EFFECTIVO DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS DE LISBOA,
E DA ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS,
HONORARIO DA SOCIEDADE DOS AMIGOS DAS LETRAS E DAS ARTES DA ILHA DE S. MIGUEL,
CORRESPONDENTE DA DE AGRICULTURA DE PONTA DELGADA,
DO INSTITUTO DE COIMBRA,
DO INSTITUTO D'AFRICA,
DA ACADEMIA DE LEGISLAÇÃO DE TOULOUSE,
DA SOCIEDADE DE ESTUDOS DIVERSOS DO HAVRE,
TITULAR NÃO-RESIDENTE DA DOS ANTIQUARIOS DA PICARDIA EM AMIENS, ETC.

LISBOA
NA TYPOGRAPHIA DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS
1858

A 1753.16

HARVARD
UNIVERSITY
LIBRARY
MAY 13 1968

Smithers

MEMORIA HISTORICA

SOBRE OS BISPADOS DE CEUTA E TANGER

PELO DR. LEVY MARIA JORDÃO.

PARTE I.

NOTICIA DOS DOUS BISPADOS.

CAPITULO I.

BISPADO DE CEUTA.

Posição geographica — povos que a dominaram — é conquistada pelos portuguezes — sua incorporação no dominio hespanhol — creação do bispado em 1420 por Martinho V — área da Diocese — accrescem-lhe as administrações de Valença do Minho e de Olivença por Bulla de Eugenio IV, confirmada por duas de Nicolau V — Xisto IV tira-lhe Olivença e reune-a a Braga — é incorporada de novo em Ceuta em 1512, e annexada Valença a Braga por contracto entre o Bispo D. Fr. Henrique, e o Arcebispo Primaz D. Diogo de Sousa, confirmado por Leão X — creada a diocese de Elvas, reune-lhe Gregorio XIII em 1570 o territorio de Olivença, e fica Ceuta reduzida á terra de Africa — pensão imposta a seu favor no Bispado do Algarve — Immediata á Sé Apostolica com o titulo de Primaz d'Africa — declarada suffraganea de Braga em 1475; de Evora em 1540, de Lisboa em 1571 — Sé de Ceuta; sua ruina; transferida para a Igreja de Santa Maria d'Africa — sua reconstrucção pelos hespanhoes — Cabido — Igreja de Santa Maria; Conventos de S. Thiago, e de S. Jorge; Recolhimento de Trinitarias; e Igreja da Misericordia — Constituições synodaes promulgadas por D. Jayme de Lencastre — Archivos.

Ceuta, a formosa *Esseliça* de Ptolomeu, situada na boca do estreito de Gibraltar na antiga demarcação do reino de Fez, foi sempre considerada posição de muita commodidade para a passagem de Hes-

panha, e de grande importancia militar (1). Cabeça de toda a *Mauritania Tingitana*, região da Africa Citerior, na dominação romana, *Septa* passou a poder dos Godos; recuperada por Justiniano, que tanto a ennobreceu, voltou ao daquelles, até que a traição do Conde Julião a entregou aos ismaelitas que a conservaram até ao dia 21 de Agosto de 1415, em que D. João I fez tremular a bandeira portugueza nessas muralhas tanto tempo avassalladas ao poder do crescente (2). Incorporada nos dominios portuguezes, Ceuta ainda hoje porventura seria nossa, se não fôra a usurpação hespanhola; apezar da restauração do Sr. D. João IV esta possessão, então governada por *D. Francisco de Almeida*, não chegou a reconhecer o legitimo Soberano, e na paz de 1658 foi definitivamente cedida á Hespanha pelo art.° 2.° do Tractado de 17 de Fevereiro, celebrado entre D. Affonso VI e Carlos II (3). Reduzida agora a um simples presidio militar, de tanta celebridade só lhe resta o nome.

A importancia que então se ligava a essa posição, e a necessidade de mais facilmente prover ao espiritual de seus habitantes e dominadores, fez conceber a D. João I, dous annos depois da conquista, o desejo de erigir Ceuta em bispado. Martinho V, que então presidia á Igreja de Christo, e estava em Constança, commetteu pela Bulla *Romanus Pontifex* de 4 de Abril de 1417 ao Arcebispo de Braga D. Fernando de Guerra, e ao de Lisboa D. Diogo Alvares de Brito a averiguação dos motivos apresentados, dando-lhes faculdade para no caso de reconhecida a sua exactidão elevarem á cathegoria de diocese (4) essa terra aonde Justiniano elevára um tem-

---

(1) Sobre a origem de Ceuta, e do seu nome, investigação historica que nos levaria mais longe do que permitte a natureza especial deste trabalho, remettemos o leitor para Soares da Silva, *Mem. para a hist. de D. João I*, tom. 3.°, p. 1464 e seg.; Sousa, *Hist. de S. Domingos*, liv. 2.°, cap. 20; e Fr. Jeronymo de S. José, *Hist. Chronolog. da SS. Trindade*, tom. 1.°, p. 350 e seg., etc.

(2) A bandeira que neste dia conduziu os portuguezes á victoria foi a da Camara de Lisboa, que não duvidou emprestal-a ao Monarcha que lh'a restituiu coberta de tanta gloria.

(3) Ericeira *Portugal restaurado*, tom. 1.° p. 133 — Veja-se o tractado na *Collecção de tratados, convenções, contractos e actos publicos celebrados entre a corôa de Portugal e as mais potencias desde* 1640 *até ao presente*, pelo Sr. I. F. B. de Castro, tom. 1.° (Lisboa 1856) p. 357; e a p. 410 o acto da promulgação das pazes de 2 de Março do mesmo anno.

(4) D. Thomaz da Incarnação, *Hist. Ecclesiae Lusitanae*, tom. 1.°, p. 33; Figueiredo, *Lusitania sacra*, tom. 1.°

plo á Mãi de Deus (1) e que já no seculo XIII tivera Bispo titular (2).

Em virtude desta commissão, e precedendo as necessarias informações da grandeza da cidade de Ceuta e decencia da sua Igreja, erigiram esta em cathedral por sentença executorial dada em Cintra a 6 de Setembro de 1420, (3). Desta fórma a erecção do bispado de Ceuta data ou do anno 1417 em que Martinho V passou a Bulla *Romanus Pontifex*, ou do anno 1420, época em que os Arcebispos commissarios publicaram aquella sentença; devendo rejeitar-se a opinião de D. Antonio Caetano de Sousa que nas provas do liv. 3.º da *Historia Genealogica* produz como *Bulla de erecção* desta diocese o Breve *Romani Pontificis* de 5 de Março de 1421, o qual nada mais é do que a confirmação de D. Fr. Aymar para primeiro Bispo de uma diocese já existente por virtude da Bulla de 4 de Abril de 1417 e da sentença que a executou (4).

O territorio deste novo bispado, que a principio se estendia na Africa a todo o reino de Fez, e logares mais propinquos alem do estreito (5), veio posteriormente a comprehender tambem no reino a comarca ecclesiastica de Valença do Minho, desmembrada do bispado de Tuy, e a de Olivença, separada do de Badajoz. Como e quando se verificou esta extensão é o que resta mostrar.

E' conhecido o schisma que dividiu a Igreja no seculo XIV por morte de Gregorio XI em 1378 (6). Hespanha prestando com a França obediencia ao Antipapa Clemente VII, e a Benedicto XIII seu successor, abraçou esse deploravel schisma, rejeitado em Portugal

---

(1) A crermos Procopio seu secretario. Vide tambem o *Essai sur l'Algerie Chrétienne*, etc. (Turin 1847) pelo Bispo resignatario d'Alger Ant. Adolphe Dupuch.

(2) Referimo-nos a um Fr. Lourenço de que faz menção a *Hist. seraph.*, P. 1.ª, cap. 12. p. 622.

(3) Esta sentença começa: *Fernandus Dei et Apostolicae Sedis gratia Archiepiscopus Bracarensis Primas: Nec non Didacus eadem gratia Archiepiscopus Olixbonensis*, etc.

(4) Cumpre notar com o Padre Antonio Pereira de Figueiredo, que este Breve de confirmação de D. Fr. Aymar vem por um erro de impressão citado na historia da Igreja Lusitana de D. Thomaz da Encarnação com a data de 1134, quando a verdadeira é 1421.

(5) *Hist. Chronol. da SS. Trindade*, tom. 1.º p. 441 — Cardoso *Agiologio*, tom. 1.º nas notas previas.

(6) Veja-se a *Hist. de la Papauté pendant le XIV siècle* do Abbade Christophe (Paris 1853) tom. 3.º

sempre fiel a Urbano VI, e a Bonifacio IX (1). Alguns conegos de Tuy (2), diocese que se estendia neste reino pela comarca ecclesiastica de Valença comprehendendo duzentas e trinta Igrejas entre Douro e Minho, retiraram-se a esta villa de Valença fugindo ao schisma que abrasava o seu bispado (3): na parochia de S. Estevão constituiram capitulo elegendo para Administrador ecclesiastico D. Toribio; e assim continuaram com este governo, não obstante as censuras dos Bispos de Tuy D. João Ramires de Gusmão, e D. João Fernandes Souto-mayor, porque tinham a protecção do Rei de Portugal D. João I.

Sobre a época do estabelecimento desta administração ecclesiastica divergem os escriptores. Fr. Henrique Flores na *España Sagrada*, a quem seguem Carvalho, e Barbosa Canaes, assigna-lhe o anno 1392 (4); Fr. Jeronymo Roman na historia manuscripta de Braga anticipa a sua origem a 1381; e João Pedro Ribeiro, não seguindo nenhum destes extremos, considera-a já existente em 1386 (5). Qualquer que seja a verdadeira opinião, é certo que já em 1392 existia similhante administração, bem como outra no Alemtejo comprehendendo os territorios de Olivença, Campo maior, e Ouguella, os quaes tinham antigamente pertencido á archidiocese de Merida, e tambem por occasião do schisma se haviam separado do bispado hespanhol de

---

(1) Sobre este ponto a memoria do Cardeal Saraiva, Patriarcha de Lisboa, no tom. 1.° das suas obras completas (Lisboa 1855) p. 181 e seg. — Em um trabalho especial, que estamos escrevendo, esperamos levar á evidencia o mesmo facto com mais desenvolvimento e novos esclarecimentos.

(2) Sandoval na sua *Antiguedad de la Ciudad y Iglesia Cathedral de Tuy* (Braga 1610) p. 174 diz que esses individuos eram Juan Alonso Subchantre de Tuy, Vigario e Administrador das Igrejas e Conventos do territorio portuguez sujeitos á jurisdicção do Bispo; D. Gonzalo Martinez, D. Juan Rodrigues de Felgueyra, Conegos e Vigarios Geraes no mesmo territorio; Alvaro Alonso, Arcediago de Cervera, Rodrigo Xuares, Arcediago de Labrugia; Rodrigo Estevan, Juan Domingues, Gomez Martinez, Domingo Estevanez, Lorenzo Corrêa, Gonzalo Vasques, Martins Alonso, Juan Domingues, Juan Fernandez, Juan Alonso, Gonzalo Velasques, Alonso Gonzales, Juan Estevan, Domingos Alvares, Alvaro Garcia Gomez, Conegos e Raçoeiros da mesma Igreja de Tuy.

(3) Os Bispos de Tuy fundavam a sua jurisdicção sobre todas estas Igrejas de Portugal em uma doação que diziam lhes fizera Theodomiro Rei dos Suevos, e fôra confirmada pela Rainha D. Theresa — Carvalho, *Corographia*, tom. 1.°, p. 273; Sandoval, loc. cit., p. 175.

(4) *España Sagrada*, tom. 22, p. 194 e 198; Carvalho, *Corographia*, tom. 1.°, p. 273; Barbosa Canaes no tom. 1.°, p. 259 e 260 das Actas das Sessões da Acad. Real das Sciencias.

(5) J. P. Ribeiro, *Dissert. Chronol. e Crit.*, tom. 5.° p. 193.

Badajoz a que estavam sujeitos. Estas duas administrações subsistiram sem reconhecer a auctoridade dos Prelados de Hespanha até 1444. Nesse anno o Papa Eugenio IV pela Bulla de 14 de Julho e a instancias do Infante D. Pedro, Regente na minoridade de seu sobrinho D. Affonso V, as desmembrou definitivamente dos respectivos bispados de Tuy e Badajoz; e as annexou á diocese de Ceuta, por estar em Africa fronteira de inimigos, e sem rendas sufficientes (1). Nicolau V confirmou depois estas annexações; a de Valença pela Bulla *Etsi de singulis* de 27 de Junho de 1452, e a de Olivença pela Bulla *Ex clementi provisione* de 5 de Agosto do mesmo anno (2). Mas em 1475 Xisto IV pela Bulla de 18 de Dezembro desannexou de Ceuta o districto ecclesiastico de Olivença unindo-o ao arcebispado de Braga, roborando assim a convenção feita em 1472 entre D. Affonso V e o Arcebispo Primaz D. Luiz Pires (3). Para conhecer a causa deste contracto é necessario saber que os Arcebispos de Braga por doação de D. Affonso V. Rei de Leão, bisavô da Rainha D. Tereja, e por esta confirmada em 1110, eram senhores de Braga e seus coutos: notempo de D. João I foi este senhorio unido á corôa por contracto celebrado em 1402 com o Arcebispo D. Martinho Affonso

---

(1) Pina, Chron. de D. Affonso V. cap. 75; Sandoval, p. 148. Era então Bispo de Ceuta D. Fr. João Manoel — As forças dessa Bulla que Sandoval transcreve do Archivo da Mitra de Braga (Gav. da Primazia), vão nos documentos — É indisculpavel o erro do Padre Fonseca quando na *Evora gloriosa* p. 321 affirma ser feita esta annexação por Urbano VI a instancias do Infante D. Pedro, esquecendo que este Papa havia fallecido trinta e dous annos antes da erecção de Ceuta em Bispado (1389), e que em tempo delle ainda o Infante não era nascido. É certo que D. João I tentára já em tempo deste Pontifice subtrahir as Comarcas de Valença á obediencia dos Bispos de Tuy, e a de Olivença á dos Bispos de Badajoz; mas não o conseguiu, e é um facto mui differente — Figueiredo, *Lusit. Sacra*, tom. 1.°

(2) Cumpre notar que a Bulla *Ex clementi provisione* veiu alterar outra do mesmo Papa (a *Romani Pontificis*) de 3 das Nonas de Julho de 1451, que havia dado em commenda a Fernão Alves de Almeida no temporal e espiritual esse territorio desmembrado de Badajoz. Figueiredo na *Lusitania Sacra* duvida que os Bispos de Ceuta logo depois de 1444 entrassem na posse da comarca de Valença, como affirmam os escriptores portuguezes e hespanhoes; e julga que ella, senão em todo, ao menos em grande parte perseverou territorio *nullius dioecesis* até aos ultimos annos de D. Affonso V, sendo governada por administradores nomeados pelos conegos de Santo Estevão de Valença, até que em 1472 receberam esse districto de Valença em compensação do de Olivença que passou para os Arcebispos de Braga. Neste ponto não achamos razões que nos obriguem a affastar da opinião geralmente recebida, não obstante a consideração que nos merece o illustre Oratoriano.

(3) J. P. Ribeiro. *Dissert. Chronol.*, tom. 5.° — Lima, *Geograph. hist.*, tom. 2.°, p. 43, e seg. e p. 266 e seg.

Pires da Charneca, dando-lhe ElRei em troca os fóros que lhe pagavam as casas da rua nova de Lisboa e as da villa de Vianna do Minho, e que rendiam então 1394 libras. D. Affonso V entendeu dever desfazer este contracto, e pelo de 12 de Março de 1472 largou outra vez ao arcebispado aquelle senhorio, e ficou com os fóros; mas como estes tinham nesse intervallo augmentado muito deu-lhe em compensação Olivença, Campo maior, e Ouguella.

O resultado da Bulla de Xisto IV foi o mais inconveniente possivel, pois em quanto Valença, mais proxima de Braga, ficava pertencendo a Ceuta, Olivença no extremo do Alemtejo era annexada á Primacial das Hespanhas. Reconheceu-se o mal, e no reinado de D. Manoel por contracto celebrado em Braga a 20 de Setembro de 1512 entre o Bispo de Ceuta D. Fr. Henrique de Coimbra, e o Arcebispo Primaz D. Diogo de Sousa, e confirmado por Leão X em Bulla de 25 de Junho de 1513, ficou o districto de Olivença pertencendo de novo ao bispado de Ceuta, e foi o de Valença incorporado na diocese de Braga, cujo Prelado delle tomou posse a 5 de Agosto (1).

Desde essa época fixaram os Bispos de Ceuta o seu domicilio em Olivença, aonde construiram paço episcopal, tribunal, e aljube; e ahi residiram até D. Jayme de Lencastre (2), por cuja morte foi esse districto incorporado por Pio V na nova diocese de Elvas, pela Bulla *Super cunctas* de 9 de Junho de 1570 (3). Com estas successivas desannexações ficou o bispado de Ceuta limitado apenas ao territorio

---

(1) Cunha, *Hist. de Braga*, cap. 72; Figueiredo, loc. cit.

(2) E é essa a razão porque nos mappas da época apparece Olivença com a nota de Cidade episcopal: veja-se a *Relação do Bispado de Elvas pelo Dr. Antonio Gonsalves de Novaes* que anda junta ás constituições desse bispado (Lisboa 1635) — J. P. Ribeiro, *Observ. de diplomatica portugueza*, p. 34, diz que a Collegiada de Valença serviu de Cabido aos Bispos de Ceuta; seria antes d'elles irem residir em Olivença, e posto não estejamos habilitados para affirmar que elles tambem residiram em Valença, não nos parece ousado suppol-o, mesmo porque em Santo Estevão desta Villa se conservou sempre a cadeira episcopal.

(3) D. Thomaz da Encarnação, *Hist. Eccles. Lusitan.* tom. 1.° p. 34; A. C. de Sousa, *Hist. genealog.*, tom. 3.° p. 598; Lima, *Geograph. hist.* tom. 2.° p. 36 — D. Thomaz da Encarnação erradamente attribuiu a Gregorio XIII a erecção de Elvas; e tambem com igual descuido a fez datar de 1575 por se ter fiado na nota marginal das Provas do Liv. 4.° da Historia Genealogica de D. Antonio Caetano de Sousa (n.° 160); o illustre theatino que transcreveu do cartorio de Elvas a mesma Bulla em lugar de ler no fim, *anno milesimo quingentesimo septuagesimo* (com virgula depois de *septuagesimo*) deixou imprimir *anno milesimo septuagesimo quinto* não attendendo a que a palavra *quinto* se referia ao dia dos Idos de Junho em que a Bulla se diz passada — Figueiredo, *Lusit. Sacra*, tom. 1.°, fol. 446.

africano, e para não lhe faltarem os meios que haviam sido supprimidos até então com as rendas de Valença e de Olivença, quando esta se annexou a Elvas, foi imposta na diocese do Algarve a favor da de Ceuta uma pensão de mil e quinhentos crusados, a qual não obstante os clamores dos Bispos que a pagavam subsistiu até ao tempo em que esta parte da Africa ficou pertencendo á Hespanha. (1)

Em fim em 1570 por occasião dessa erecção do bispado de Elvas ainda esta Prelazia soffreu outra modificação, porque foi *definitivamente* unida ao bispado de Tanger por Bulla de Pio V, ficando confundidas n'uma só as duas dioceses até ahi distinctas: e deve aqui advertir-se que erradamente suppõe esta união em 1571 o chronista franciscano da Provincia dos Algarves D. Fr. Jeronymo de Belem, contra a opinião de Jorge Cardoso, e do annalista Lucas Wadding, bascada na Bulla da erecção do bispado de Elvas, a qual sendo desse anno de 1570, e fallando das tres Villas de Olivença, Campo maior, e Ouguella, que se tiravam a Ceuta, suppõe esta diocese já unida a Tanger; e alem disso é confirmada com o Breve de 9 de Junho de 1570 pelo qual Pio V absolveu o Bispo de Tanger D. Fr. Francisco Quaresma de qualquer excommunhão, suspensão, ou irregularidade, para poder administrar a diocese de Ceuta, acabada de unir á sua, Breve este que foi communicado a Pereira de Figueiredo por José Lopes de Mira, Notario da Inquisição de Evora, e Beneficiado da Igreja de S. Thiago (2).

Ceuta foi bispado sempre immediato á Sé Apostolica, e não sujeito a metropolita algum, á maneira do que em Hespanha succedia aos bispados de Oviedo e de Leão, e fóra della a outros de que falla o Cap. *Nihil est*, *De electione* (3); e tanta consideração teve que Eu-

---

(1) Em 1597 pediu o Bispo D. Fernando Martins Mascarenhas a Diocese daquelle onus, allegando entre outras razões o não haver então opposição do Prelado de Ceuta, que tinha sido transferido para Portalegre nesse tempo; Fr. Vicente Salgado *Mem. ecclesiast.* do Algarve, tom. 1.°, p. 71 — Cunha, loc. cit., cap. 72 — Notaremos aqui que as Commendas da Ordem de Christo que dos Bispados do Reino pagavam meias annatas á casa de Ceuta, vem enumeradas no fim dos *Estatutos da Ordem* da edição de Lisboa de 1746 de pag. 155 em diante. Em 1619 o rendimento dessas meias annatas montava a 45:029$216 rs.

(2) Fr. Jeronymo de Belem *Chron. da Provincia dos Algarves*, tom. 1.°, introd. p. 269; Figueiredo *Lusit. Sacra*, tom. 1.°, Cardoso, *Agiolog.* ao dia 9 de Janeiro letra H; Wadding ad ann. 1557, n.° 13.

(3) Cunha, *Hist. de Braga*, cap. 69, n.° 9; Fr. Vicente Salgado, *Mem. ecclesiast. do Algarve* tom. 1.°, p. 164; Pereira de Figueiro, *Demonstração theologica*, p. 108.

genio IV, por ventura em attenção ao Bispo D. Fr. João Manoel, lhe deu a preeminencia e o titulo de Primaz de Africa, de que seus successores por muito tempo usaram (1). Porem Xisto IV em 1475 attendendo ao incommodo e dispendio que os diocesanos experimentavam em levar as suas appellações para Roma sugeitou á Metropole de Braga a parte da diocese de Ceuta existente nas terras d'entre Lima e Minho, sujeição que durou até á incorporação dellas nessa Metropole em 1512 (2). Se a parte desmembrada de Badajoz, e que nesse anno de 1512 foi novamente unida a Ceuta, tornou a ficar como a principio immediata ao Papa, não o sabemos; é certo porêm que em 1540 elevada Evora a arcebispado por Bulla de Paulo III de 24 de Setembro, passou Ceuta conjunctamente com Faro, e por ventura Tanger, a ser suffraganea della (3); e nesta dependencia continuou ainda depois da sua união a este ultimo bispado em 1570, até que veio a depender do arcebispado de Lisboa, a que então presidia D. Jorge de Almeida, quando Tanger ficou na mesma sujeição (4).

A Sé ou Cathedral de Ceuta era na Mesquita maior dos arabes a qual passou por occasião da conquista a servir de templo ao culto catholico dedicado á Assumpção de Nossa Senhora (5). No seu principio foi apenas parochia, e só começou a servir de cathedral em 1432, erigindo-se por essa occasião em as naves collateraes algumas capellas e altares (6). Houve tão pouco cuidado na conservação desta Igreja, e tão necessitada se achava de reparos no principio do seculo XVII que por carta régia de 5 de Março de 1615 a pedido do Bispo e ca-

---

(1) Veja-se o que a este respeito dizemos na Parte 2.ª

(2) *Agiolog. lusit.* tom. 1.° nas Advert. 30 §. 8 — D. Rodrigo da Cunha *Hist. de Braga* cap. 59 n.° 7 e 9; Lima *Geograph. historic.*, tom. 2.° p. 45.

(3) Barbosa Canaes *Estudos biographicos* pag. 109; Fonseca *Evora gloriosa*, p. 295.

(4) M. A. Pegas, De competentiis inter Archiepiscopos etc. (Leão 1675) p. 17; J. Cardoso *Agiologio* tom. 1.° §. 8.°

(5) A purificação da mesquita teve logar no Domingo seguinte á conquista (25 de Agosto), celebrando-se em seguida o Te Deum e Missa em acção de graças. Officiou o Capellão-mór Affonso Annes, e prégou o P.° Mestre Fr. João de Xira da Ordem de S. Domingos — Soares da Silva *Memorias d'ElRei D. João I*, tom. 3.° pag. 1504 e seg.; Sousa *Hist. de S. Domingos*, liv. 2.° cap. 21; Leitão *Noticias chronolog. da Universid. de Coimbra*, p. 333 e seg.

(6) Obtivemos estas e outras noticias por intervenção do Sr. Visconde de Juromenha, que as alcancou do Sr. D. Joseph Bazzagan y Valencia, governador ecclesiastico de Ceuta, cujos apontamentos temos á vista.

bido, e sobre consulta do Desembargo do Paço, se lhes concedeu licença para por seis annos tirarem esmolas pelo reino. Mas se estas chegaram para fazer algumas reparações não poderam obstar a que a Igreja se arruinasse a ponto tal de ser o Bispo obrigado em 1676, de accôrdo com os conegos, a mudar a Sé para a de Santa Maria de Africa. Em 1685 estava ella inteiramente destruida, e então começaram os hespanhoes, definitivamente senhores de Ceuta, a construir no mesmo local uma nova cathedral, que é a que actualmente serve, e em cuja edificação gastaram quarenta e seis annos (1). Nicolao Lanckman de Walkenstein, capellão da Infante D. Leonor, Imperatriz de Alemanha, descrevendo a viagem della de Portugal á Alemanha, e a cidade de Ceuta, aonde aportaram a 22 de Novembro de 1451 e se demoraram tres dias, diz que a primitiva Sé tinha 180 columnas de marmores de diversas côres, e que junto ao altar mór havia duas magnificas estatuas de pedra verde (2).

Os Bispos tinham o seu cabido com onze conegos, e quatro beneficiados; já notámos com João Pedro Ribeiro que a principio fizera as vezes delle a collegiada de Santo Estevão de Valença; depois tiveram-no em Olivença, quando lá residiram, e em fim em Ceuta: e parece que as dignidades e conesias não eram pouco disputadas apesar de serem em Africa, pois da carta régia de 3 de Março de 1603 dirigida ao capitão de Ceuta D. Affonso, vê-se claramente que estando algumas providas pela corôa, outros pretendentes tinham ido directamente impetral-as de Roma contra as leis do reino que expressamente o prohibiam.

Alem da Sé havia em Ceuta a Igreja de Santa Maria de Africa, os Conventos de S. Thiago, e de S. Jorge ou do Espirito Santo, e o recolhimento Trinitarias, e a Igreja da Misericordia. — Na Igreja de Santa Maria estava a imagem da Virgem, que D. João I, levára comsigo para a conquista: tinham com ella muita devoção as pessoas reaes, e os Infantes D. Henrique e D. Fernando lá foram invocar o seu auxilio por occasião da expedição de Tanger no tempo de D. Duarte (3).

---

(1) Devemos esta noticia ao mesmo Sr. D. Joseph Bazzaga y Valencia, governador ecclesiastico de Ceuta.

(2) *Historia desponsationis Frederici III cum Eleonora Lusitanica* no tom. 2.°, p. 11 e seg. dos *Rerum Germanicarum scriptores varii* de Struve impressos em Strasbourg em 1717.

(3) Fr. Agostinho da Santa Maria, *Santuario Marianno*, tom. 8.° p. 344; M. de Sousa Moreira *Theatro genealogico da Casa de Sousa*, p. 597 e seg.

O convento de S. Thiago foi edificado em 1416 por D. João I junto á praça principal, e confirmada a sua erecção por Martinho V na bulla *In eminenti specula militantis ecclesie* de 4 de Junho de 1420; e nelle estiveram os Religiosos de S. Francisco da Observancia e Provincia dos Algarves até 1568: reconhecendo então D. Sebastião a utilidade de residirem em Africa os Religiosos da SS. Trindade por causa dos resgates dos captivos, e aproveitando-se do descontentamento daquelles, fel-os voltar para o reino, dando o convento aos Trinitarios, que delle tomaram posse a 7 de Janeiro de 1569 (1).

O de S. Jorge ou do Espirito Santo, immediato ao de S. Thiago, era de Religiosos Dominicos, sendo seus primeiros habitadores os que acompanharam ElRei na expedição de Ceuta, entre elles Fr. Affonso de Alfama, Fr. Pedro Pinto, Fr. Gil Mendes, e Fr. Roget (2): mas em 1575 por occasião da passagem de ElRei D. Sebastião a Africa, tiveram de largal-o aos Trinitarios que para elle vieram de Tanger, e que lhes cederam o que nessa Praça tinham, por entender esse Monarcha, a instancias do Provincial Fr. Roque do Espirito Santo, que a visinhança e facilidade de communicação de Ceuta com Tetuão e outros lugares, exigia a reunião de todos os Trinitarios nesse ponto (3).

Posto não estejamos habilitados para marcar a origem do Recolhimento das Donzellas, é certo que receberam o habito Trinitario em tempo do Capitão General Braz Telles, senhor da Lamorosa: em 1626 era tal a damnificação da casa, que se julgou preciso reedifical-a, man-

---

(1) Passaram-se para este fim em Novembro de 1568 duas Provisões, uma com a data de 20 para o Senado de Ceuta, outra com a de 27 para o Governador. A Igreja tinha tres altares e nella existiam as irmandades do nome de Maria, de Santa Barbara, de Santa Luzia, de S. João Baptista, e de S. Nicolau, alem da de Santiago dos Cavalleiros da praça, erecta na Capella do Santo annexa ao Convento: tinha ricos paramentos e muita prata, sendo as melhores peças dadiva da Rainha D. Catharina — *Hist. da SS. Trindade*, tom. 1.°, p. 450 e seg.; Dom. de Gubernatis *Orbis Seraphicus*, tom. 1.° p. 549.

(2) Este Convento, a crermos Fr. Luiz de Sousa, era a Mesquita em que D. João I ao entrar na Cidade na sua expugnação foi descançar da calma, e que por elle mesmo foi, depois de purificada, destinada para os Religiosos de S. Domingos.

(3) Sousa *Hist. de S. Domingos*, liv. 2.° cap. 20-22; *Hist. Chronolog. da Trindade*, tom. 1.°, p. 454. — Cumpre advertir com o Chronista Fr. Luiz de Sousa, que já no tempo de D. João III, e a instancia delle, se tinha assentado no Capitulo geral da Ordem Dominicana, celebrado em Roma em 1546, que os Religiosos passassem para Tanger; e se isso se não realisou então foi por causa da opposição dos moradores de Ceuta, que nesse sentido reclamarum ao Rei.

dando no entanto ElRei ao Prelado da Ordem Fr. Antonio da Assumpção 500$000 rs. para os reparos provisorios (1).

A Irmandade da Misericordia foi fundada em Ceuta em 1595; e por ser filha da Ordem Trinitaria, e nisso se interessar o Marquez de Villa Real, Capitão da praça, lhe cederam os Religiosos a Igreja daquelle convento de S. Jorge, que havia sido dos Dominicos (2).

O bispado de Ceuta teve constituições synodaes, promulgadas em 1553 pelo Bispo D. Jayme de Lencastre; não sabemos que chegassem a ser impressas, mas existem ainda hoje nos antigos archivos ecclesiasticos (3). São estes em numero de quatro, o do Bispado, o da Sé, o da Matriz, e o da Camara ecclesiastica: os documentos mais antigos são do primeiro cartorio que começa em 1553, porque os do segundo principiam em 1572, os do terceiro em 1583, e os do quarto em 1586; e se grande numero dos relativos á época de 1415 a 1553 não existe nesses archivos, é porque foram transferidos para o da Corôa em Simancas (4).

Tendo a praça de Ceuta em virtude do tractado de 1668, ficado definivamente pertencendo á Hespanha, deixou esta diocese de fazer parte da Igreja Lusitana, e Clemente X por Breve de 16 de Dezembro de 1675 a separou de Tanger, confirmando o seu Bispo D. Antonio Jacon, nomeado pelo Monarcha hespanhol.

O bispado, cujo territorio está restricto aos muros da Cidade, é suffraganeo do Arcebispo de Sevilha; e tem uma só Parochia com 16:292 freguezes, que é a Sé, feita de novo, como dissemos, depois de 1685. O Cabido tem quatro Dignidades (uma das quaes é Parocho), 7 Conegos (um dos quaes é Cura), e 4 Raçoeiros (5).

---

(1) *Hist. Chronolog. da Trind.* tom. 1.°, p. 454.

(2) *Hist. Chronolog.* loc. cit. — Esta cessão não era onerosa aos Frades; porque tanto o convento de S. Thiago como o de S. Jorge estavam então unidos e habilitados pela mesma Ordem, a qual celebrando os officios na Igreja do primeiro, bem podia dispensar á Misericordia a do segundo. — É sabido que a instituição das Misericordias é de 15 de Agosto de 1498, e devida a Fr. Miguel de Contreiras. *Hist. Chronolog.*, tom. 1.°, p. 31 a 334.

(3 e 4) Estes esclarecimentos são igualmente devidos ao Sr. D. Joseph Bazzagan.

(5) D. Joaquin Aguirre *Curso de Disciplina eclesiastica general y particular de España* (Madrid 1848) tom. 1.° p. 172 e seg., tom. 2.° p. 188 e mappa.

CAPITULO II.

BISPADO DE TANGER.

Posição geographica — sua fundação, e povos que a dominaram — é conquistada pelos portuguezes — e cedida aos inglezes em 1661 — sua erecção em bispado, e área do mesmo — suffraganea de Evora, e de Lisboa — cabido, e seus rendimentos — provimento dos beneficios da Sé — Cathedral — Convento de S. Domingos — Paço episcopal — extincção do culto catholico com a entrada dos Inglezes, e invasão dos Mouros; devastação e ruina dos templos — retirada dos Conegos para Lisboa, aonde officiavam na ermida da Ascenção, e faziam Cabido na casa dos Conegos Regulares da Divina Providencia — advertencia final sobre Mazagão.

TANGER, situada na costa do estreito, no mar oceano, junto ao cabo de Ampelusia, ou Espartel, e nove legoas a oeste de Ceuta, deve a sua fundação aos Romanos que, elevando esta praça forte, nella estabeleceram uma colonia quando senhores da Andaluzia e do reino de Granada; e ainda hoje na parte meridional da bahia uma ponte e outras ruinas attestam a sua primitiva origem. A sua fundação, e o nome de *Julia Traducta*, com que a designam alguns, é attribuida ao Imperador Claudio: mas esta supposição, abraçada por Duarte Nunes de Leão, Manuel de Faria e Sousa, e o Conde da Ericeira, é sem fundamento, ainda que pareça ter em seu abono este logar de Plinio: *Tingi quondam ab Antaeo constructum postea a Claudio Caesare cum coloniam faceret, appellatum Julia Traducta*; os dous grandes criticos Claudio Saumaise (nas notas a Solino) e Samuel Bochart (*de Phoenicum coloniis*) mostraram a sua inexactidão, não só por constar de Strabão que muito antes de Claudio tinham os romanos tirado de Tanger uma colonia para um lugar fronteiro de Hespanha, senão tambem porque Pomponio Mela, natural desta mesma colonia, expressamente affirma (liv. 2.°, cap. 6.°) ter ella provindo de Tanger, e ser por isso considerada uma segunda Tanger: *Carteia ut quidam putant, aliquando Tartessus; et quam transvecti ex Africa Phoenices habitant, atque unde nos sumus, Tingi altera etc.* Do nome de *Tingi Caesarea*, pelo qual foi conhecida dos proprios romanos, veio o de *Tingitania* á parte da Mauritania que na dominação romana comprehendia os reinos de Fez e de Marrocos (1). Do poder dos romanos

(1) *Hist. chronolog. da SS. Trindade* tom. 1.°, p. 552; Sousa, *Historia de S.*

passou ao dos Godos que a reuniram ao senhorio de Ceuta; e deste ao dos arabes em cujo governo foi sempre uma cidade sumptuosa, e tão considerada pelos seus estabelecimentos litterarios que *Aben-El-Gezar* a cognomina no seu livro das maravilhas das cidades, segunda Meca na prosperidade, na construcção, e na belleza (1).

Finalmente em 28 de Agosto de 1471 Tanger abandonada pelos infieis cahe em poder dos Portuguezes na occasião em que na mesma costa tomavamos Arzilla, realisando-se então os esforços inutilmente empregados por D. Duarte com o sacrificio do Infante D. Fernando em 1437, e por D. Affonso V em 1463 (2). Quasi dous seculos foi nossa, e ainda hoje porventura o seria, se pelo casamento da Infanta D. Catharina com Carlos II não fosse infelizmente cedida á Inglaterra conjunctamente com Bombaim, no tractado de 23 de Junho de 1661 (3). Mas persuadidos os inglezes de que não obstante as excessivas despezas feitas no mólhe e fortificações, mal podiam impedir a entrada e sahida do estreito aos mouros, resolveram em 1685 arrazal-a e abandonal-a. D. Pedro II conhecendo este projecto, e a irreflexão que houvera na cedencia de praça tão importante, propoz logo a Carlos II por José de Faria, seu enviado, a compra de Tanger, procurando restituir a Portugal esse antigo padrão de acções tão gloriosas; e se conseguil-o não pôde, apesar da boa vontade do Rei, foi disso causa não pouco forte a opposição do Almirante Geral Duque de York, o qual teve por mais util fazer a despeza de arruinal-a, que, evitando-a, achar a conveniencia de vendel-a (4); e qual foi o resultado? Tanger demolida pelos inglezes, viu-se occupada pelos mouros em cujo poder actualmente se acha em grande estado de decadencia, não tendo nos tempos modernos outra celebridade mais do que a de ver assignar em 1845 o tractado que depois da batalha de Isly fixou os limites da Algeria e de Marrocos!... Não era sem razão que o Conde

---

Domingos part. 2.ª liv. 2.º cap. 22; Faria *Africa portug.*; *Historia de Tanger* do Conde da Ericeira, pag. 1 e seg.; Figueiredo, *Lusit. sacra* tom. 1.º

(1) Faria; *Hist. chronolog.* loc. cit.

(2) A. A. citados; e nas obras do Cardeal Saraiva, tom. 1.º p. 369 e seg. a memoria sobre a expedição de 1437; Ruy de Pina, *Chronica de D. Affonso V* — Foi depois destas conquistas que ElRei alterou o seu dictado, intitulando-se « *Rei de Portugal e dos Algarves d'aquem e d'alem mar em Africa* ».

(3) Sousa *Hist. genealog.*, tom. 7.º, p. 286 — Nesse para nós ominoso tractado tambem se estipulou a entrega de Ceilão aos portuguezes logo que fosse conquistada pelos inglezes; é hoje delles e ainda não houve quem reclamasse a sua execução!

(4) Sousa *Hist. genealog.* tom. 7.º p. 689; *Hist. de Tanger*, p. 280 e seg.

da Ericeira D. Fernando de Menezes terminava a sua *Historia de Tanger* dizendo á patria que ella algum dia reconheceria as vantagens de recuperar essa praça e de dilatar o seu imperio pelas provincias mais abundantes da Africa.

Tanger aonde já florescêra a fé, aonde S. Cassiano seu padroeiro derramára por ella o sangue (1) e que na opinião de alguns víra nascer Santo Agostinho (2), Tanger que já no seculo XIV tivera Bispo titular (3), era uma terra digna de ser elevada á dignidade de diocese, que alli se tornava tanto mais necessaria quanto era certo não haver facilidade de prover as necessidades dos christãos que depois da conquista passaram a habital-a, e dos naturaes novamente convertidos. D. Fr. Nuno Alvares ou de Aguiar, Prior do Mosteiro de S. Vicente de Lisboa, que acompanhára D. Affonso V na expedição de Africa, havia sido nomeado Bispo com esse titulo em 1468 (4), e a entrada de Tanger, a que assistiu, lhe deu occasião de tornar effectivos nesse territorio os direitos que até essa época eram apenas nominaes; e com effeito no mesmo dia da tomada, consagrado pela Igreja a Santo Agostinho, purificou esse Prelado a principal mesquita dedicando-a ao Espirito Santo, e nella em acção de graças celebrou logo os Officios divinos, com assistencia de ElRei (5).

Eis em summa a origem deste Bispado de cuja erecção não encontramos Bulla especial, e cuja área era mui limitada por estar fronteira de inimigos infieis que de contínuo o perturbavam com suas correrias: do que resultava serem porventura mais insignificantes que os de Ceuta seus rendimentos. Levado do desejo de estender jurisdicção a territorio mais favoravel, o Bispo D. Nuno lo-

---

(1) *Hist. chronolog. da SS. Trindade* tom. 1.° p. 553.

(2) *Agiolog. lusit.* tom. 1.° nas Advert. § 8.°, p. 31 — Veja-se todavia sobre este ponto a Poujoulat, *Histoire de la vie de St. Augustin*, que mostra ser elle natural de Tagasto.

(3) D. Fr. Gualter que foi morrer a Bolonha em 1375, e do qual tracta Fr. Lucas de Santa Catharina na continuação da *Historia de S. Domingos*, tom 4.°, p. 793 — No seculo seguinte (1451) vinte annos antes da tomada de Tanger por D. Affonso V, achamos em o mesmo auctor noticia de outro Bispo titular della, D. Fr. João, nomeado pelo Papa Nicolau V.

(4) Nesta data seguimos a Fr. Fortunato de S. Boaventura na continuação da *Alcobaça illustrada* de Fr. Manoel dos Santos, p. 148. O chronista Augustiniano Fr. Nicolau de Santa Maria por um visivel engano faz datar a nomeação de D. Nuno apenas de 1471.

(5) *Histor. de Tanger*, p. 34; D. Nicolau de Santa Maria *Chron. dos Regrantes*, liv. 11, cap. 25; Leão *Chron. de D. Affonso V.*

go que Gonçalves Zarco fundou a villa do Funchal e indicou ao Infante D. Henrique a falta de ecclesiasticos, tratou de alcançar, como effectivamente alcançou, mas sem permissão de ElRei, um Breve do Papa Xisto IV, em virtude do qual a Ilha da Madeira foi annexada ao seu bispado; mas não chegou a ter execução pela opposição da Infante D. Brites, tutora de seu filho D. Diogo, Duque de Viseu, Mestre da Ordem de Christo, e do Prior de Thomar, ordenando-se positivamente ás auctoridades da Ilha não consentissem lá o Bispo, nem lhe dessem obediencia, por ser terra da jurisdicção da Ordem (1). A área porêm tão limitada desta diocese foi mais dilatada pela incorporação do bispado de Ceuta, que em 1570 lhe foi unido por Bulla de Pio V, como já ponderámos no capitulo antecedente; usando dahi em diante os Prelados desta diocese do titulo de Bispos de Ceuta, ou de Ceuta e Tanger conjunctamente (2).

A que Metropole estava sujeito o bispado de Tanger desde seu principio é o que affirmar-se não póde ao certo, mas sabemos que em 1573 era já suffraganeo de Evora, pois nesse anno o Arcebispo D. João de Mello em cartas de 18 de Novembro convócou para o Concilio Provincial, que havia começar no primeiro Domingo de Maio seguinte, *o Muy Illustre e R.mo Sr. Bispo de Tangere e de Ceuta e o Muy Reverendo Deão e Cabido das Igrejas de Tangere e Ceuta*; podendo talvez affirmar-se que Tanger ficára suffraganea de Evora, conjunctamente com Ceuta e Faro, quando aquella Sé foi elevada a Metropolitana. Parece porêm que depois veio a ser suffraganea de Lisboa, como já advertimos em relação ao bispado de Ceuta (3).

O Bispo de Tanger tinha seu Cabido, o qual subsistiu sempre até á entrega da Cidade aos Inglezes, e ainda depois como adiante notamos. E' o que se mostra da referida carta do Arcebispo de Evora

---

(1) Cordeiro *Histor. insulana*, p. 93; A. C. de Sousa, *Catalogo dos Bispos do Funchal* nas Mem. da Academ. de historia de 1723.

(2) D. Manoel de Scabra é designado em 1582 Bispo de Ceuta em algumas memorias, como se vê do appendice á *Historia Sebastica* de Fr. Manoel dos Santos: o mesmo succede a respeito de D. Antonio de Aguiar, a quem D. Rodrigo da Cunha (part. 2.ª, cap. 42), referindo os bispos que com elle concorreram pelos annos 1623, chama tambem de Ceuta; e Urbano VIII no breve *Apostolatus officium* de 9 de Fevereiro de 1636, confirmando o Bispo de Malaca D. Fr. Antonio do Rosario, intitula de Tanger e Ceuta o seu antecessor D. Gonçalo da Silva.

(3) Figueiredo *Lusitania sacra*; Pegas, *De competentiis inter Archiepiscopos* (Leão 1675) p. 17.

D. João de Mello de 18 de Novembro de 1573 convocatoria para o segundo Concilio Provincial. Do mesmo Cabido e do Vigario Geral faz menção o Conde da Ericeira referindo as exequias celebradas naquella praça por morte de D. João IV, e a entrada dos Inglezes quando della tomaram posse (1). Para a sustentação dos Conegos estavam applicados os dizimos da Igreja de Barcos no bispado de Lamego, á qual estavam annexas oito Freguezias cujos Parochos eram da apresentação do mesmo Cabido; e tempo houve em que esses dizimos chegaram a render quatro mil cruzados (2).

O provimento dos beneficios da Sé pertencia ao Bispo por um Breve do Papa Calixto; o que tanto lhe era reconhecido que requerendo em 1614 o Conego Agostinho Alves de Almeida ser nomeado Arcediago, a Mesa da Consciencia e Ordens em consulta de 1 de Março declarou que se dirigisse ao Prelado por ser materia da sua competencia (3).

Alem da Sé, existente na antiga mesquita purificada pelo Bispo D. Nuno, e não fallando de tres Ermidas, uma dellas da invocação de Nossa Senhora do Vencimento, e outra da Penha de França (4), devemos fazer menção do convento de S. Domingos. Foi erecto por D. Affonso V, com a invocação de Santo Antonio, para os Religiosos de S. Francisco da Provincia do Alemtejo, em um edificio que por uma inscripção arabica que nelle se descobriu indicava ter sido paço real do tempo dos arabes. Occuparam-no os Religiosos até 1568, e voltando então ao reino por ordem de D. Sebastião o cederam aos Trinitarios para commodidade da redempção dos captivos; estes apenas ahi residiram seis annos, transferindo-se, como dissemos no cap. 1.°, para o Convento do Espirito Santo de Ceuta, occupado pelos Religiosos Dominicos, que em troca vieram para Tanger habitar este, erigindo logo a Confraria de Nossa Senhora do Rosario (18). Os Bispos

---

(1) Figueiredo loc. cit.; *Historia de Tanger*, p. 217, n.° 107, p. 265 e 277 — Em 1640 era Thesoureiro Mor da Sé Antonio Martins de Lordello; ibid. p. 164, n.° 73.

(2) Barcos é villa cinco legoas ao nascente de Lamego, e cujo foral foi dado por D. Affonso III em 1239. A Parochia tinha na primitiva a invocação da Senhora do Saborozo, e as oito freguezias annexas eram Taboaço, Adorigo, S. Leocadia, S. Adrião, Coujoim, Pinheiro, Chavães, Balsa, e Desejosa. Extincto o Cabido de Tanger passaram os dizimos para a collegiada de Barcos. Vide o P.e Luiz Cardoso, *Diccion. Geograph.* v.° *Barcos*.

(3) Veja-se na collecção de legislação do Sr. José Justino de Andrade e Silva o tom. 2.°, p. 81.

(4) *Histor. de Tanger*, p. 225 e 277.

tambem tinham seus Paços em edificio que lhes foi dado por D. Affonso V, em carta datada de Evora a 20 de Março de 1475, e que se acha no Archivo Nacional no liv. das Bullas; nella declara ElRei conceder para esse fim ao Bispo D. Nuno e seus successores *hũas casas em Tangere com seu cortinhal na rua que vem da porta de Fez para a Ribeira.*

Não obstante ter-se resalvado na cessão aos inglezes a liberdade religiosa para os portuguezes e mais catholicos, é certo que com a posse daquelles cessou para bem dizer o culto da Religião catholica, porque os portuguezes, juntamente com os moradores civilisados, julgaram melhor abandonar Tanger (como abandonaram em numero de seis mil), do que ficar sujeitos a uma dominação, caja natureza se demonstrava abertamente no modo insolito com que começava, e que bem qualificam estas expressões do Conde da Ericeira. « *Parecendo ao* « *Governador a occasião opportuna, mandou abrir a porta da ribeira* « *aos inglezes, que entrando como se a conquistaram meteram groço pre-* « *sidio no castello antigo, e novo, que defende o desembarque; espalham-* « *se por toda a Cidade roubando tudo o que os moradores nella tinham* « *como costuma executar a insolencia dos soldados; mandaram-se reco-* « *lher na Sé os Conegos, e Religiosos de S. Domingos, e sacerdotes que* « *havia na Cidade: tirar todas as imagens e vasos sagrados de tres ermi-* « *das e do convento, etc.*» (1).

Extincto na dominação ingleza, ficou de todo perdido o culto catholico com a entrada dos mouros, cujo primeiro acto foi desenterrar das ruinas da Sé os corpos daquelles que na cidade tinham morrido em defeza da religião e da gloria nacional (2).

Os conegos depois *do saque* dos inglezes vieram para Lisboa; celebraram por muitos annos collegialmente os Officios divinos na Ermida da Ascenção na calçada do Combro junto á Igreja dos eremitas de S. Paulo (3), em que se acha ao presente a Freguezia

---

(1) *Histor. de Tanger*, p. 277. O Conde da Ericeira, que por occasião de tão infausta cessão governava Tanger, recusou-se por um nobre sentimento de patriotismo a fazer a entrega da cidade aos Inglezes; e foi para este fim nomeado D. Luiz de Almeida, a quem deram o titulo de Conde de Avintes!

(2) Ibid. p. 282.

(3) Trouxeram comsigo entre outras imagens, a da Senhora da Graça ou da Conceição, dada por D. Affonso V á Sé de Tanger; e por ordem do Cardeal Arcebispo de Lisboa D. Luiz de Sousa foi mandada collocar na Igreja do Convento de Santa Catharina de Riba-mar da Provincia da Arrabida — *Santuario Mariano*, tom. 1.º p. 214 e seg.

de Santa Catharina; e fizeram cabido na casa dos conegos regulares da Divina Providencia, aos Caetanos, até restar só um do appellido de Feijó. O ultimo Deão foi Francisco Vellez da Silveira, ao qual o Infante D. Fernando deu o Priorado da Cambra da Maceira no bispado de Coimbra (1).

Eis o que podémos colher sobre a historia da diocese de Tanger; mas terminando a noticia dos dous bispados não podemos deixar de fazer algumas observações em relação a Mazagão, praça forte no reino de Marrocos, provincia de Ducala, e a duas legoas de Azamor, a qual fazia parte d'estas dioceses (2).

Reconhecendo o Bispo a necessidade de ter nesta praça um provisor e Vigario geral letrado, e um prégador theologo, obteve para isso a consignação de 50$000 rs. annuaes para cada um delles por Carta Regia de 6 de Julho de 1611. Apesar de se lhe facilitarem os meios parece que o Bispo não foi mui diligente em levar a effeito a creação destes logares, pois em Carta Régia de 10 de Fevereiro de 1613 foi, sobre consulta da Mesa da Consciencia e Ordens, advertido da sua negligencia.

Não obstante ter ficado em poder dos hespanhoes a cidade de Ceuta, de quem Mazagão dependia no espiritual, os nossos monarchas tractaram sempre de prover ás necessidades espirituaes de seus habitantes. D. Pedro II em 1692 enviou-lhes Fr. Miguel dos Reis, e Fr. Francisco da Assumpção, missionarios arrabidos, em companhia do governador Luiz de Saldanha; em 1695, Fr. João de S. Francisco (3), e Fr. Francisco de Negreiros; em 1702 Fr. Miguel dos Reis, e Fr. João do Rosario, todos da mesma Provincia, e este ultimo com o encargo de ensinar latim (4); e finalmente vendo a necessidade que tinham os moradores do Sacramento da Confirmação, aproveitou-se em 1698 da sagração do Bispo do Funchal D. José de Sousa Castello Branco, e fez com que elle na viagem para a diocese ahi se detivesse para

---

(1) Figueiredo *Lusitania Sacra*, loc. cit. referindo-se a uma informação do Academico Theatino D. Thomaz Caetano de Bem.

(2) É digna de especial menção a interessante Memoria sobre Mazagão offerecida a Academia pelo meu amigo o Sr. Albuquerque, actual director da Alfandega da ilha de S. Thomé; e aproveitamos esta occasião para manifestar o sincero desejo de que ella seja quanto antes publicada.

(3) Este Fr. João de S. Francisco foi mandado por D. João de Saldanha como embaixador ao rei de Mequinez para ajustar troca de captivos — *Chronica da Arrabida*, tom. 2.°, n.° 735.

(4) *Chron. da Arrabida*, ibid.

o administrar por espaço de quatro dias com grande proveito daquelle povo (1).

Esta praça, que possuimos desde 1508, e abandonámos a 10 de Março de 1769 (2), ficou sempre sujeita ao Ordinario de Lisboa, ainda depois da cedencia de Tanger aos inglezes, e de Ceuta passar a poder de Hespanha (3).

---

(1) Catalogo dos Bispos do Funchal por D. Ant. Caet. de Sousa nas Mem. da Acad. de Historia de 1721.

(2) Neste dia vendo o Governador que não podia resistir aos Mouros que atacavam a praça, abandonou-a, e tendo minado o castello o fez saltar no dia seguinte, embarcando para Lisboa com as familias e guarnição. — Fr. Claudio da Conceição, *Gabinete historico*, tom. 16 p. 298.

(3) Fr. Cl. da Conceição, ibidem, tom. 9, p. 188.

PARTE II.

CATALOGO DOS BISPOS DE CEUTA E TANGER.

CAPITULO I.

BISPOS DE CEUTA (*).

SECÇÃO 1.ª

ATÉ' Á' UNIÃO COM O BISPADO DE TANGER.

I.

D. Fr. AYMAR.

(1421 — 1443)

D. Fr. Aymar, religioso da observancia de S. Francisco, era confessor da Rainha D. Filippa de Lencastre, mulher de D. João I, á qual acompanhou quando ella veio de Inglaterra para Portugal. Alguns o julgam francez, e deste numero parece ser Wadding, que lhe dá o appellido de *Orleans*; mas Fr. Manoel da Esperança segue a opinião geral que o considera inglez, fundando-se para isso no testemunho do Padre Fr. João da Povoa, muito proximo deste Prelado, e que sobre elle deixou no convento da *Insuæ* algumas memorias (1).

Foi D. Fr. Aymar nomeado Bispo de Marrocos pelo Papa João XXIII por bulla de 10 de Maio de 1413, ainda em vida daquella Rainha, a qual falleceu da peste em Sacavem a 19 de Julho de 1415 (2);

(*) Antes de D. Fr. Aymar achâmos menção como *titular* de Ceuta, no seculo XIII de Fr. Lourenço da Ordem dos Menores. — Dom. de Gubernatis, *Orbis seraphicus*, tom. 1.° p. 546; Esperança, *Hist. seraphica*, liv. 5.° cap. 42.

(1) Wadding *ad. an.* 1413; Dom. de Gubernatis, *Orbis seraphicus*, tom. 1.° p. 541 e seg.; Sousa, *Hist. Genealog.*, tom. 2.° p. 27; Figueiredo, *Lusit. Sacra*, tom. 3.° fol. 135; etc.

(2) A.A. cit. — Esperança, *Hist. seraphica*, P. 2.ª liv. 11 cap. 5 p. 428, e cap.

e nessa qualidade figura em 20 de Maio de 1416 n'um documento do cartorio de Santa Clara do Porto, referido por J. Pedro Ribeiro (1). Erecto o bispado de Ceuta em 1421 foi transferido para elle por Martinho V por bulla de 5 de Março de 1421 (2); mas parece que ou nunca foi ao bispado, ou se lá esteve foi mui pouco tempo, porque o vemos empregado no reino em serviço que disso o inhibia, como o de capellão mór de D. João I, de D. Duarte, e ainda de D. Affonso V que o nomeou por alvará de 21 de Junho de 1439 (3); e com este titulo apparece a 8 e 29 de Dezembro em documentos do cartorio de Pombeiro, referidos pelo mesmo J. P. Ribeiro (4).

Deste Prelado achamos mais algumas memorias posteriores á sua transferencia para Ceuta. Em 1424 por bulla de 28 de Setembro lhe concedeu Martinho V poderes para segurar os franciscanos de S. Francisco d'Orgens de Viseu na posse de seu convento, que haviam fundado sem licença do Papa (5). Em 1431 a 6 de Maio foi um dos Bispos assistentes á sagração do de Coimbra, D. Alvaro Ferreira (6). Em 1433 pelo breve *Piis fidelium votis* de Eugenio IV de 28 de Junho erigiu em convento regular o Oratorio do Espirito Santo de Gouvea (7). Em fim foi abbade commendatario do mosteiro de Pombeiro, logar que exerceu desde 1424, quando ainda era Bispo de Marrocos (8).

Falleceu em 1443 como consta do provimento do seu successor.

---

17 p. 577 e 689 — Seria Fr. Aymar apenas Bispo *titular* de Marrocos, ou teria effectiva jurisdicção? Wadding (*ad an.* 1413 n.° 6) não o considera simples titular, e colloca-o na serie dos Prelados que tinham exercicio da sua jurisdicção, como successor do Bispo de Marrocos D. Fr. Diogo de Xeris; e o mesmo segue o P. Esperança loc. cit. cap. 43 e liv. 12 cap. 19.

(1) *Dissert. Chronol.* tom. 5.° p. 218.

(2) Vide os documentos.

(3) Lima *Geograph. historica* (Lisboa 1734) tom. 1.° p. 365; Figueiredo loc. cit. 135.

(4) Loc. cit.

(5) N'este tempo era elle Capellão mór de D. Duarte, ainda Infante, como declara o escrivão do processo de execução da bulla; *estando ahi D. Aymaro Bispo de Ceuta e Capellão mór do Infante* etc. — Esperança, loc. cit.; Fr. Martinho do Amor de Deus, *Chron. da provincia de S. Antonio* tom. 1.° liv. 1 cap. 20.

(6) Leitão, *Catal. dos Bispos de Coimbra* nas Mem. da Acad. de Historia de 1724.

(7) Figueiredo, loc. cit. fol. 136; Wadding, loc. cit. tom. 10, etc.

(8) Fr. Leão de S. Thomaz, *Benedictina Lusitana* tom. 2.° (Coimbra 1651) p. 73.

II.

D. Fr. JOÃO MANOEL.

(1443 — 1458)

Era natural de Lisboa, e filho illegitimo de ElRei D. Duarte, e de D. Joanna Manoel da illustre familia dos Manoeis em Castella, que deduz a sua origem do Infante D. João Manoel filho do Santo Rei D. Fernando (1). Foi creado no convento do Carmo em companhia de D. Numo de Santa Maria, o antigo condestavel do reino; e tomou o habito aos quatorze annos, professando logo que chegou á idade competente (2).

Em 1441 foi feito Provincial da sua religião, e ao mesmo tempo Prior do convento de Lisboa, e Vigario geral neste reino do Geral da Ordem carmelitana Fr. João Fasci, logares que conservou por muito tempo ainda depois de Bispo (3).

Seu tio o Infante D. Pedro, regente na minoridade de D. Affonso V, conhecendo a sua capacidade o encarregou de missões diplomaticas importantes na Hungria e em Roma (4). A primeira embaixada a Roma, aonde foi acompanhado com o mesmo caracter pelo Prior da collegiada de Guimarães Ruy da Cunha, e donde voltou em 1440, teve por objecto principal a dispensa para o casamento de D. Affonso V com sua prima D. Isabel, filha do Regente, e a isempção total dos Mestrados de Santiago e Aviz das Ordens de Vellez e Calatrava, a que estavam sujeitas: tudo conseguiu, sem embargo da opposição de Castella; mas Eugenio IV concedeu a dispensa sómente *vivae vocis oraculo*, tal-

(1) Fr. Manuel de Sá, *Memor. histor. dos Arcebispos e Bispos da Ordem do Carmo*, Lisboa 1724, p. 213 e seg.; Sousa, *Hist. genealog. da Casa Real* tom. 11.° pag. 380 e seg.; Figueiredo, loc. cit. fol. 137.

(2) Mariz, *Dial.* 4 p. 212; Fr. J. B. Lezana, *Ann.* tom. 4.° p. 856 n.° 4.

(3) Fr. Manuel de Sá; loc. cit. p. 216; Figueiredo, ibidem.

(4) Desta embaixada á Hungria falla elle mesmo na escriptura de instituição do morgado que fez para D. João Manoel. — Sá p. 216.

vez para dissimular com a opposição promovida pela Rainha D. Leonor em odio ao Infante regente (1).

Nesta occasião foi elevado pelo Pontifice a Bispo de Tiberiades *in partibus infidelium;* e posto que alguem duvidou que elle chegasse a ser sagrado, e o julgou apenas eleito, a bulla da sua transferencia para Ceuta convence do contrario, dizendo expressamente .... *a vinculo quo eidem Ecclesiae Tiberiadensi, cui tunc praeerat de Fratrum nostrorum consilio, et apostolicae potestatis plenitudine absolventes* etc. (2).

Por morte de D. Fr. Aymar foi nomeado Bispo de Ceuta, e confirmado por bulla de Eugenio IV de 20 de Julho de 1443; e pela de 14 de Julho do seguinte anno lhe deu o mesmo Pontifice o titulo de Primaz de Africa, assignando-lhe para sustentação as administrações de Valença do Minho e de Olivença, annexadas á sua diocese, e concedendo-lhe tambem para ella muitas graças e privilegios (3). Ainda que D. João Manoel foi a Ceuta tomar posse, a sua residencia lá foi mui curta, porque seu irmão D. Affonso V o nomeou seu Capellão mór, cargo que já exercia em principios de 1450, como se vê de uma procuração que em 20 de Janeiro deu a Gonçalo Pires seu creado, para em seu nome tomar posse do casal da Torre, que Mestre Henrique, medico de ElRei D. Duarte, deixára em testamento ao convento do Carmo de Lisboa (4).

Vagando em 1458 o bispado da Guarda foi para elle nomeado por D. Affonso, e confirmado por Pio II em bulla de 15 de Janeiro do seguinte anno (5); mas a pedido seu ou a desejos do proprio Rei que queria tel-o em Lisboa, lhe foi dado coadjutor por Xisto IV, a 24 de Julho de 1476, o seu amigo D. João Affonso Ferraz que lhe succedêra na Igreja de Ceuta. Pouco lhe aproveitou isto, porque no fim desse anno falleceu em Lisboa, e foi sepultado no convento do Carmo (6).

---

(1) Duarte Nunes, *Chron. de D. Affonso V*; Sousa, *Hist. genealog.* tom. 11.° p. 381 e seg.; Faria e Sousa, *Europa portugueza*, tom. 2.° p. 269; Sá, loc. cit. p. 217; Figueiredo, loc cit.

(2) Sousa, ibidem; Sá, ibidem; *Specul. Carmelit.* P. 2.ª tom. 2.° pag. 935, n.° 3275.

(3) Cunha, *Hist. de Braga*, P. 2.ª cap. 57 p. 240; Sousa, p. 384; Fr. José Pereira de S. Anna, *Chronica do Carmo*, tom. 2.° n.° 93.

(4) Carvalho, *Corographia*, tom. 3.° p. 663; M. de Sousa Moreira, *Theatro genealogico da casa de Sousa*, p. 829. — O respectivo instrumento e auto de posse existia no cartorio do convento do Carmo de Collares. — Sá, loc. cit., p. 218.

(5 e 6) Leal, *Catal. dos Bispos da Idanha e Guarda* nas Mem. da Acad. de Hist. de 1726; Figueiredo, fol. 139 v°.

Teve D. Fr. João Manoel de Justa Rodrigues Pereira, mulher nobre que foi ama de leite de ElRei D. Manoel, e fundadora do mosteiro de Jesus de Setubal, dous filhos, D. João Manoel, que foi Camareiro mór do mesmo Rei e Alcaide mór de Santarem, e de quem descendem em Hespanha os senhores de Alconchel, e em Portugal os de Fermoselhe (1); e D. Nuno Manoel, que foi Guarda-mór do mesmo Rei, e senhor de Salvaterra de Magos e das Aguias, do qual descendem os Condes de Atalaya, Marquezes de Tancos (2).

(1) Casou com D. Isabel de Menezes, filha de Affonso Telles de Menezes, Alcaide mór de Campo Maior. — A. C. de Sousa, *Mem. hist. e genealog. dos Grandes de Portugal*. Lisboa 1755, pag. 286 e seg.

(2) Casou com D. Leonor de Milãa, filha de D. Jaime de Milãa, Conde de Albayada, e de D. Leonor de Aragão, filha de D. Affonso de Aragão, Mestre de Calatrava, e neta d'ElRei D. João de Aragão. — Figueiredo, fol. 140; Sousa, ibid. p. 287.

III.

D. JOÃO AFFONSO FERRAZ.

(1458? — 1476)

Foi natural de Aveiro, filho de Affonso Ferraz e de D. Isabel Fernandes, e sobrinho de D. Affonso Ferraz, Bispo da Guarda (1). Seguindo a carreira ecclesiastica, era sub-chantre do Porto, e abbade de Cedofeita, quando foi nomeado para *governador* da administração ecclesiastica de Valença do Minho, desmembrada de Tuy, e posteriormente annexada á diocese de Ceuta, como dissemos na parte 1.ª; nessa qualidade figura já em documentos de 1423 (2), e como tal assistiu em 22 de Dezembro 1426, com os Bispos da provincia ecclesiastica de Braga, ao Concilio convocado pelo Primaz D. Fernando da Guerra (3).

Vagando o bispado de Ceuta pela transferencia de D. Fr. João Manoel para a Guarda em 1458, foi nomeado para seu successor por D. Affonso V, e confirmado por Pio II. Durante o seu governo teve logar, como já notámos, a cedencia da administração de Olivença aos Arcebispos de Braga, confirmada por Xisto IV em bulla de 18 de Dezembro de 1473.

Em 1476 foi nomeado coadjutor do Bispo da Guarda D. Fr. João Manoel, tomando posse por procurador a 18 de Dezembro; e por morte do coadjuto logo no principio do seguinte anno foi promovido a Prelado da mesma Diocese por bullas expedidas pelo mesmo Pontifice antes de Junho de 1477. Tomou igualmente posse por procurador a 24 de Março de 1478; e falleceu em principios de 1479, porque de uma carta de D. Affonso V desse anno consta estar já então vago o bispado (4).

---

(1) Leal, *Catal. dos Bispos da Idanha e Guarda* nas Mem. da Acad. de Hist. anno de 1726; Figueiredo, loc. cit. fol. 140.

(2) Flores, *España Sagrada* tom. 22 p. 201.

(3) Ibidem p. 202, e append. 21 p. 307 e seg.

(4) Leal, loc cit.; J. Pedro Ribeiro, *Dissert. chronol.* tom. 5.º p. 167 e 198.

IV.

D. JOÃO GALVÃO.

(1477—1480?)

Que houve um Bispo d'este nome em Ceuta não ha duvida, e nisso concordam todos os escriptores; mas que foi em 1461 transferido para Coimbra, e que é anterior a essa época o seu episcopado em Ceuta, é o que não pode sustentar-se, segundo nos parece.

D. Vasco de Atayde, Prior do Crato, e filho primeiro do Conde d'Atouguia na *lista das mercês* feitas por D. Affonso V, em cujo tempo escreve, diz: *Deu o bispado de Coimbra tres vezes. S. a D. Affonso Nogueira, e a D. Luiz Coutinho, e a D. João Galvão que* ORA HE. — Destas ultimas palavras collige-se ser feita esta lista *antes* de 1480, porque nesse anno já D. João Galvão, Bispo de Coimbra, estava eleito de Braga.

Continúa elle: *Deu o Bispado da Guarda duas vezes: S. a D. João que foi Bispo de Ceuta* (é D. João Manuel), *e a D. João Ferraz que falleceu em Roma, e* AGORA NÃO SEI QUEM O HAVERÁ. — Estas expressões mostram tambem que a lista foi escripta depois de 1478, porque nesse anno morreu D. João Ferraz.

Sendo assim escreveu Vasco d'Atayde entre 1478 e 1480; mas dizendo elle em seguida: *Deu o bispado de Septa quatro vezes: S. a D. João, que foi Bispo da Guarda,* (é D. João Manuel) *e a D. João Ferraz, e a* D. JOÃO GALVÃO QUE ORA HE, *e que veio por Embaixador ao Duque de Borgonha;* duas conclusões importantes tirâmos: 1.ª que entre 1478 e 1480 era Bispo de Ceuta D. João Galvão; 2.ª que na mesma época era Bispo de Coimbra um individuo do mesmo nome.

Em vista da 1.ª é claro que o pontificado de D. João Galvão em Ceuta foi entre D. João Affonso Ferraz, transferido para a Guarda em 1477, e D. Justo Baldino nomeado em 1480 ou 81; o que se confirma com a referida lista aonde vem collocado depois daquelle Ferraz; por conseguinte este Galvão ou renunciou em 1480 ou 81, ou já estava morto, porque tinha successor nessa época.

Admittida a 2.ª consequencia segue-se que D. João Galvão de Ceuta não era o D. João Galvão de Coimbra; porque este governava essa cidade já em 1461, e lá se conservou até 1480 em que foi eleito para Braga.

Provada a diversidade de pessoas não achâmos duvida em admittir o que sobre a origem deste Bispo de Ceuta communicou ao Padre Antonio Pereira o Conego regular de S. Agostinho do real convento de Mafra, D. Ignacio de Nossa Senhora da Boa Morte, affirmando que era filho de Martim Fernandes Galvão, que recebeu o habito de Conego regrante em S. Cruz de Coimbra em 1448, e que foi nomeado por D. Affonso V Capellão de sua irmã D. Leonor noiva do Imperador Frederico III; ao que devemos accrescentar que foi tambem a Borgonha encarregado de uma embaixada, voltando da qual foi nomeado Bispo de Ceuta (1).

---

(1) Figueiredo, loc. cit. fol. 160 e seg.; Leitão, *Catalogo dos Bispos de Coimbra* nas Mem. da Acad. de Hist. de 1724, etc.

V.

D. FR. JUSTO BALDINO.

(1480?—1493).

Era italiano, religioso da Ordem de S. Domingos, e doutor em ambos os direitos. D. Affonso V desejando fazer escrever na lingua latina, em que elle era distincto, a historia portugueza o mandou para isso vir de Italia, e lhe incumbiu logo a traducção das chronicas de Fernão de Lopes; e alêm de lhe assignar grandes salarios, o veio a nomear Bispo de Ceuta (1). Não sabemos ao certo a data da sua nomeação, mas se o Cardeal Alpedrinha não foi Prelado da mesma diocese entre D. João Galvão e D. Fr. Justo, então é provavel que tivesse lugar em 1480 ou 1481. Em todo o caso, tendo elle sido nomeado por D. Affonso V, forçosamente o foi antes de Agosto deste ultimo anno, mez em que esse Monarcha falleceu.

Tudo nos leva a crer que este Bispo não residiu na Africa. Em 1483 auctorisado por bulla de Xisto IV erigiu em collegiada a Igreja da Assumpção de Vianna do Minho (2). Em 1488 conferiu o baptismo a Bemoi ou Bemoin, Rei dos Jalofos, que no anno antecedente havia chegado a Lisboa, e de que foi padrinho D. João II (3). Em 1487 foi encarregado do governo da diocese do Porto na ausencia do Bispo D. João de Azevedo (4). Em 1490 ben-

(1) J. Pinto Ribeiro, *Preferencia das letras ás armas* no tom. 2.° da edição de suas obras (Coimbra 1730) p. 181; D. Thomaz Caetano de Bem, *Memor. dos Conegos Regulares da Divina Providencia*, tomo 2.° p. XXIX; Damião de Goes, *Chron. de D. Manuel*, P. 4.ª cap. 38, o qual refere a carta que lhe escreveu João Rodrigues de Sá e Menezes, Alcaide-mór do Porto, que confirma o referido.

(2) Fr. Pedro Monteiro, *Claustro dominicano*, tom. 1.° p. 21. — Em 6 de Maio desse anno de 1483 já elle figura no livro moderno dos accordãos da collegiada f. 4.

(3) Garcia de Resende, *Vida e feitos de D. João II* cap. 77; Fr. Luiz de Sousa diz que foi em 1487, e João de Barros, *Decad.* 1.ª liv. 3 cap. 7 em 1489.

(4) Liv. das Vereações do concelho do Porto do anno de 1486 e seguintes, f. 78.

zeu em Setubal o chão em que se fundou a Igreja de Jesus das religiosas recoletas de S. Francisco (1). Foi referendario assistente de Xisto IV, e Nuncio apostolico em Portugal, nomeado por breve de 12 de Fevereiro de 1481 (2).

Falleceu de peste na villa de Almada em 1493, e posto não saibamos ao certo a época do seu fallecimento, é fóra de duvida que devia ser depois de 26 de Abril, porque em documento desse dia do cartorio da Fazenda da Universidade, referido por J. P. Ribeiro, ainda é dado como vivo (3). Jaz no convento da Batalha á entrada do Capitulo (4).

---

(1) Soledade, *Hist. Seraphica*, P. 3.ª liv. 4.° cap. 12.

(2 e 3) J. P. Ribeiro, *Dissert. Chronol.* tom. 5.° pag. 199 e 251.

(4) Leitão, *Noticias Chronologicas da Universidade de Coimbra* pag. 361 n.° 795; Manoel de Faria e Sousa, *Epitome* P. 3.ª cap. 13 n.° 24; J. Cardoso, *Agiologio* tom. 1.° p. 114; Cunha, *Hist. de Braga* cap. 63 n.° 4; Carvalho, *Corographia* tom. 1.° tr. 3 c. 1; Figueiredo, loc. cit. fol. 141 v.

31

VI.

D. FERNANDO DE ALMEIDA.

(1493 — 1499?)

Filho de D. Lopo d'Almeida, 1.° Conde de Abrantes, e de D. Brites da Silva, nasceu em Lisboa em 1459. Sendo eleito em 1488 Prior do Mosteiro de S. Jorge, junto a Coimbra, pelos Conegos Regulares de S. Agostinho, foi promovido a este bispado por D. João II, o qual o mandou a Roma em 1482 por seu Embaixador juntamente com D. Diogo de Sousa, que depois foi Bispo do Porto, e Arcebispo de Braga. Frustrando-se porêm a embaixada por morte de Innocencio VIII, e sendo eleito Alexandre VI, foi mandado pelo mesmo Monarcha dar obediencia ao novo Pontifice o Commendador mór de Aviz, D. Pedro da Silva, juntamente com este D. Fernando, seu irmão, e com D. Diogo, fazendo D. Fernando a oração de obediencia, que depois se imprimiu, e na qual se intitula eleito de Ceuta (1).

Ficando só em Roma com o mesmo caracter foi nomeado por Alexandre VI Assistente ao sólio, e enviado em 1498 como Nuncio a Carlos VIII de França, cargo que continuou a exercer no reinado do seu successor Luiz XII. Querendo este anullar o matrimonio contrahido com a Rainha Joanna de Valois foi elle escolhido pelo Papa para juiz da causa juntamente com o Cardeal Filippe de Luxembourg, e com o Bispo de Alby, Luiz d'Amboise, os quaes na cidade de Tours proferiram em 1499 sentença a favor do Rei (2). Mas como Luiz XII não podia, como desejava, casar com a Duqueza viuva de Bretanha sem dispensa de parentesco, e esta era occultada pelo Cardeal Cesar Borgia, Duque de Valentinois, para melhor adiantar as suas pretenções, D. Fernando descobriu o segredo ao Rei, e foi morto, com veneno mandado propinar pelo Cardeal. Deste modo perdeu a vida, pelos annos de 1500, e com ella o Bispado de Nevers a que o mesmo Rei o havia promovido, e o chapeo de Cardeal que tambem lhe havia promettido obter do Pontifice (3).

---

(1) Figueiredo, tom. 3.° fol. 145 e seg.; Resende, *Chron. de D. João II*, cap. 163; Fonseca, *Evora gloriosa*, p. 318.

(2) P.e Daniel, *Hist. de França* etc.

(3) Frizon, *Gallia purpurata*, na vida do Cardeal de Luxembourg.

VII.

D. DIOGO ORTIZ DE VILHEGAS 1.º.

(1500 — 1504?)

Era D. Diogo Bispo de Tangere, quando foi transferido para Ceuta, e como no catalogo dos Prelados daquella diocese fazemos delle mais especificada menção, occupar-nos-hemos tão sómente desta transferencia.

Não podemos determinar com certeza o anno della, mas de uma escriptura do Mosteiro de Tominó apontada por Sandoval vê-se que em principios de 1504 já D. Diogo era Bispo de Ceuta; porque é datada de 13 de Março desse anno, e começa: *João Alvares Mestre Escolla de Africa... Provisor e Vigario Geral... no Bispado de Ceuta entre Lima e Minho pelo Reverendissimo em Christo Padre Senhor D. Diogo Ortiz de Vilhegas, por mercê de Deos, e da Santa Igreja Romana, Bispo de Ceuta, e Primaz em Africa etc.* (1),

Se podessemos dar inteiro credito aos titulos que os nossos historiadores attribuem muitas vezes aos Prelados deste Reino, diriamos (o que nos parece provavel) que D. Diogo Ortiz já era Bispo de Ceuta em 1500; porque João de Barros (2), e Damião de Goes (3) tratando da armada que nesse anno partiu para a India, dizem que o Prelado que antes da partida fez pontifical em Belem, e benzeu uma bandeira foi D. Diogo Ortiz, Bispo *de Ceuta*.

Mas cumpre advertir que escrevendo estes chronistas depois da morte de D. Diogo Ortiz que, alem da mitra de Tanger, teve as de Ceuta e Viseu, o nomeavam com o titulo que primeiro lhes occorria, e não como pedia o tempo e ordem dos successos: assim, o mesmo Barros, fallando da commissão nomeada em 1491 por D. João II

---

(1) Sandoval, *Antiguedades de Tuy*, pag. 180.
(2) *Decad.* liv. 5.º cap. 1.
(3) *Chron. de D. Manuel* P. 1.ª cap. 54.

para examinar os projectos de Christovão Colombo, e da qual fez parte D. Diogo, já lhe chama Bispo de *Ceuta* quando então o era de *Tanger* (1); e da mesmo sorte Damião de Goes referindo a jornada de D. Manuel a Castella, em 1498, dá a D. Diogo o titulo de Bispo de *Viseu*, que elle só teve em 1505 (2)! Por isso embora seja provavel que a sua transferencia para Ceuta não fosse posterior a 1500, não podêmos todavia affirmal-o com segurança.

Regeu elle esta diocese até 27 de Junho de 1505, época em que foi passada a Bulla da sua trasladação para Viseu, no pontificado de Julio II (3). Figueiredo, suppondo erradamente a transferencia em 1507, e vendo já em 1505 provida a Igreja de Ceuta em Fr. Henrique, entendeu que D. Diogo renunciára provavelmente em 1504, quando D. Manuel o escolheu para mestre do Principe D. João (4). Alem do equivoco na data da transferencia, Figueiredo esqueceu-se de que em 1504 tinha o Principe apenas dous annos (5)!

---

(1) *Decad.* 1.ª liv. 3.º cap. 11.

(2) Loc. cit.

(3) D. Nicolau de Santa Maria *Chron. dos Conegos Regrantes*, liv. 11.º cap. 22; Souza, *Hist. genealog.* tom. 12.º p. 128 etc ; D. Franc. A. Lobo, *Obras*, Lisboa 1848, tom. 1.º pag. 235 e seg.

(4) Figueiredo, loc. cit. fol. 147.

(5) D. Franc. A. Lobo, loc. cit. p. 242, e not. 1.

VIII.

D. FR. HENRIQUE DE COIMBRA.

(1505 — 1532)

Religioso Franciscano da Provincia de Portugal, foi desembargador da Supplicação de Lisboa antes de tomar o habito. Na Religião foi theologo famoso, e exercia o logar de primeiro confessor do reformadissimo Mosteiro de Jesus de Setubal (que depois passou a pertencer á Provincia dos Algarves), quando ElRei D. Manuel o nomeou, em 1500, Vigario e director dos sete religiosos que na armada de Pedro Alvares Cabral partiam para as missões da India. Descobrindo-se nessa viagem o Brasil, foi Fr. Henrique o primeiro que disse missa nesta nova terra, como escreve Damião de Goes, ou que ahi prégou, como diz o Padre Soledade. Depois de ter feito na Asia grandes serviços á Religião, voltou para o Reino, e foi escolhido por ElRei para seu confessor, e Bispo de Ceuta, dignidade em que foi confirmado por Julio II em 30 de Janeiro de 1505. O Padre Soledade na *Historia seraphica*, e com elle Figueiredo na *Lusitania Sacra*, sustentam que a confirmação é de 1507, tendo por erronea a opinião do Padre Fr. Manuel de S. Damaso, que na *Verdade elucidada* a dá em 1505; mas a exactidão della comprova-se com o escripto de obrigação de 153$135 réis passado por Fr. Henrique, em 16 d'Abril de 1505, a ElRei D. Manuel por ter pago por elle a Bartholomeu Florentino essa quantia para a expedição das Bullas (1).

No fim do anno seguinte de 1506 foi encarregado por este Monarcha de ir dar os pezames á Rainha de Castella pelo fallecimento de seu marido, sendo datados de 4 de Dezembro os capitulos ou instrucções que para esse fim recebeu (2).

---

(1) Arch. nacional, Corpo chronol. P. 1.ª maço 5 n.º 17.
(2) Ibidem, n.º 119, 120.

No seu tempo se fez em 1512 a troca de Valença por Olivença com o Arcebispo de Braga, como já referimos.

Em 1528 estava governando o Arcebispado de Lisboa, como se vê do documento do cartorio da Fazenda da Universidade referido por João Pedro Ribeiro nas suas *Dissertações chronologicas e criticas* (1).

Foi elle quem deu aos Religiosos descalços da Provincia de S. Gabriel do Reino de Castella a notavel imagem da Virgem que estava em Olivença, e que existe no Mosteiro da Madre de Deus de Valverde junto á raia (2).

Falleceu emfim na sua villa de Olivença a 14 de Setembro de 1532, conforme os documentos que allega Fr. Jeronymo de Belem na *Chronica da Provincia dos Algarves*, e pelos quaes se deve emendar o epitaphio que posteriormente foi collocado em sua sêpultura na Igreja da Magdalena da mesma villa (3).

Cumpre advertir n'este logar que antes de D. Fr. Henrique esteve para ser Bispo de Ceuta D. João de Noronha, que era filho de D. Pedro de Menezes, 3.° Conde e 1.° Marquez de Villa Real, e de D. Brites, filha de D. Fernando, 3.° Duque de Bragança, e que tomou o habito de Conego regrante no mosteiro de S. Cruz de Coimbra, aonde veio a ser Prior. D. João II assistindo-lhe nessa cidade á Missa nova, em 1483, lançou ao tempo do offertorio no prato dà offerta uma cedula com estas palavras: *Faço-vos Arcebispo de Braga, Eu ElRei;* mercê que não acceitou por não largar o priorado de S. Cruz, igual naquelle tempo á Primacial de Braga em rendas e preeminencias. D. Manuel quiz nomeal-o Arcebispo de Lisboa em 1498, pretendendo que o Cardeal D. Jorge da Costa, que então regia essa diocese, renunciasse n'elle; mas como este, em paga da renuncia, exigia para seu irmão D. Martinho da Costa as rendas do priorado, e D. João de Noronha persistia em não as ceder, não foram ávante os desejos d'ElRei, e D. Jorge renunciou no irmão. Offendido D. Manuel com este proceder prometteu ao Prior de S.

---

(1) Tom. 5.° p. 199.

(2) Antonio Gonçalves de Novaes, *Relação do bispado de Elvas* (n.° 17), junto ás constituições desse bispado da edição de Lisboa de 1635.

(3) Soledade, *Hist. seraphica*, P. 4.ª liv. 3.° cap. 11; Fr. Manuel de S. Damaso, *Verdade elucidada*, p. 8 e seg.; Fr. Jeronymo de Belem, *Chron. da Provincia dos Algarves*, liv. 12.° cap. 19; Fonseca, *Evora gloriosa*, p. 329; Damião de Goes P. 1.ª cap. 54; Figueiredo, *Lusit. sacra*, tom. 3.° fol. 149 e seg.

Cruz o capello de Cardeal, escrevendo para isso a Innocencio VIII, ao Sacro Collegio, e a varios Cardeaes em particular; mas D. Jorge da Costa lhe embaraçou a pretenção com a sua influencia na Curia. ElRei, não obstante o seu empenho, não quiz dobrar-se a elle, mas veio a fazel-o, quando subiu ao solio pontificio Julio II, escrevendo então ao novo Papa e a D. Jorge em 22 de Março de 1504.

Respondeu o Pontifice em 1504 ou 1505 promettendo fazer *Bispo de Ceuta* e Primaz d'Africa a D. João de Noronha, e dar-lhe o capello, mas com o titulo de *Cardeal de Ceuta* ou *de S. Cruz em Portugal*, aonde era Prior, promettendo enviar-lh'o pelo Arcebispo de Tarragona. Causou a ElRei estranheza a novidade no titulo, e escreveu novamente para Roma; mas no entanto foi nomeado e confirmado Bispo de Ceuta Fr. Henrique, e a pendencia do capello de D. João não chegou a ter solução, fallecendo elle a 2 de Junho de 1506.

Foi sepultado na casa do Capitulo de S. Cruz de Coimbra, e trasladado depois, pelo Bispo da Guarda D. Pedro Gavião, para uma sepultura na capella de Jesus no claustro com este epitaphio:

Aqui jaz D. João de Noronha e Menezes, Prior XXV deste Mosteiro, filho de D. Pedro de Menezes primeiro Marquez de Villa Real. Faleceu no anno de 1506 *em* 2 *de Junho* (1).

---

(1) Este epitaphio está errado porque elle foi XXIV e não XXV Prior de S. Cruz. — Vide D. Nicolau de S. Maria, *Chronica dos Regrantes*; D. Manuel Caetano de Sousa, *Catalogo dos Pontifices e Cardeaes Portuguezes* etc., nas Mem. da Academ. de historia de 1725.; Figueiredo, fol. 147 v.° e seg.

IX.

D. FR. DIOGO DA SILVA.

(1534 — 1539)

Naseeu em 1485 na aldêa nova do Cabo, termo de Covilhã, sendo seus pacs João Gomes da Silva, Commendador da Ordem de Christo, e D. Beatriz Barreiros de Oliveira (1). Graduado na Universidade de Coimbra, *in utroque jure*, foi logo nomeado por D. João III Desembargador dos Aggravos e do seu Conselho. Motivos que ignorâmos, e que Fr. Manuel de Monforte attribue ao maravilhoso, o levaram a abandonar o seculo, e a professar na Ordem de S. Francisco da Provincia da Piedade. Foi então confessor daquelle Monarcha, que o nomeou Bispo de Ceuta, dignidade em que foi confirmado por Clemente VII, pela Bulla *Gratiæ Divinæ præmium* de 4 de Março de 1534 (2). Tomando posse do bispado instituiu em Olivença uma prebenda de pulpito perpetuo nas duas parochias de Nossa Senhora, e da Magdalena, deixando a eleição dos prégadores á Camara daquella villa; esta prebenda, que era de sete moios de trigo e um de cevada, andava ha mais de cem annos nos Religiosos Franciscanos da Provincia dos Algarves, já no tempo do Padre Antonio Pereira de Figueiredo (3). Determinou igualmente, por Provisão de 23 de Janeiro de 1539, que do monte maior do celleiro da mesma villa se dessem todos os annos pela festa da Assumpção sete moios de trigo a um mestre que alli ensinasse grammatica e poetica latina aos estudantes do bispado, e que devia ser eleito de dois em dois annos pelos proprios discipulos (4).

---

(1) Seu pai era irmão de Rui Gomes da Silva, primeiro senhor da Chamusca e Ulme, e pertencia a uma das familias mais antigas do reino.

(2) Wadding *ad ann.* 1534 n.° 77, e o seu addicionador *ad ann.* 1539 n.° 31, fundados nas actas consistoriaes, dão em 1534 a confirmação, que Fr. Manuel de S. Damaso faz datar de 1533.

(3) Fr. Jeronymo de Belem, *Chron. da Prov. dos Algarves*, liv. 12.° cap. 16.

(4) Figueiredo, tom. 3.° fol. 150 v°.

Em 1539 renunciou o cargo de Inquisidor geral, para o qual fôra nomeado por Bulla de 23 de Maio de 1536, e foi provido no Arcebispado de Braga. Fr. Manuel de S. Damaso affirma que elle exerceu juntamente os dois logares de prelado de Braga e Ceuta, o que era possivel porque então ainda se não oppunha á posse das duas cadeiras o cap. 2 sess. 7 *de reformat.* do Concilio de Trento, publicado em 1564. Mas como para isso se funda apenas em dizer a Bulla de confirmação de D. Jayme de Lencastre em Bispo de Ceuta, de 9 de Outubro de 1545, que era provido por fallecimento de *Diogo*; não prova isto que o Pontifice se referia a D. Diogo da Silva, antes é certo referir-se a D. Diogo Ortiz, segundo do nome, que foi o antecessor de D. Jaime; e assim mais fundada parece a opinião de Fr. Manuel de Monforte, e dos que com elle sustentam ter D. Fr. Diogo renunciado a mitra de Ceuta quando transferido para a Primacial das Hespanhas em 1539.

Falleceu em Braga em Dezembro de 1541, com 56 annos de idade, e foi sepultado na Sé, defronte da porta da capella mór, donde depois foi trasladado pelo Arcebispo D. Agostinho de Castro para a capella de S. Giraldo (1).

---

(1) Fr. Manuel de Monforte, *Chronica da Soledade*, p. 333 e seg.; D. Rodrigo da Cunha, *Hist. ecclesiast. de Braga*, P. 2.ª cap. 76; Fr. Manuel de S. Damaso, *Verdade elucidada*, p. 8 e seg., e os AA. por elle citados; Figueiredo, tom. 3.º fol. 150 e seg. etc.

X.

D. DIOGO ORTIZ DE VILHEGAS, 2.º

(1540 — 1544)

Já notámos o erro de Fr. Manuel de S. Damaso em suppor que não houve outro Bispo entre D. Fr. Diogo da Silva e D. Jayme de Lencastre, tomando, como referindo-se áquelle, o nome de *Diogo* que na Bulla de confirmação deste apparece designando o seu antecessor (1); é certo com effeito que entre elles existiu D. Diogo Ortiz de Vilhegas, sobrinho do outro Bispo do mesmo nome, e filho de seu irmão D. Fernando Ortiz de Vilhegas, que com elle veio para Portugal, segundo escreve Sousa nos Annaes de D. João III.

Tres fundamentos nos convencem da existencia deste Bispo de Ceuta, D. Diogo Ortiz, segundo do nome: — 1.º a doação feita por este Prelado a 22 de Abril de 1542 de umas casas na villa de Olivença, defronte da porta travessa da parochia de Santa Maria, para residencia do professor de latim, creado por D. Fr. Diogo da Silva, doação que começa: *D. Diogo Ortiz de Vilhegas por graça de Deus e da Santa Madre Igreja de Roma, Bispo de Septa, do Conselho d'ElRei Nosso Senhor, e seu Deão etc*; — 2.º a lista dos moradores da casa de D. João III transcripta por D. Antonio Caetano de Sousa nas provas do livro 4.º da *Historia genealogica*, n.º 132, na qual um dos indicados é *D. Diogo Ortiz de Vilhegas, Bispo Deão*; — 3.º a sepultura do mesmo Bispo que existia na capella do Santissimo da Igreja da Trindade de Lisboa, aonde (como refere o P.º Carvalho na *Corographia*) elle estava sepultado, e sua irmã D. Maria Or-

(1) D. Antonio Caetano de Sousa caiu no mesmo erro na *Hist. genealog.* quando no tom. 11.º p. 34 apresenta D. Jaime de Lencastre como successor de D. Fr. Diogo da Silva.

tiz, lendo-se no epitaphio: *Aqui jaz D. Diogo Ortiz de Vilhegas Bispo de Ceuta, do Conselho de ElRei nosso Senhor D. João III, Deão da sua Capella. Falleceu no anno de* 1544 *a* 4 *de Julho* (1).

Mas quando foi este D. Diogo provido na mitra de Ceuta? Figueiredo, referindo-se a uns apontamentos manuscriptos de D. Antonio Caetano de Souza, indica ser em 1540, o que é muito provavel, por coincidir quasi com a transferencia de D. Fr. Diogo da Silva para a Primacial de Braga. Nesses mesmos apontamentos achou Figueiredo, que D. Diogo Ortiz fôra Bispo de Congo, antes de eleito para Ceuta, e que exercendo aquella dignidade fôra nomeado Deão da Real Capella (2).

---

(1) Esta inscripção que traz o Padre Antonio Pereira de Figueiredo, é copiada dos apontamentos manuscriptos de D. Antonio Caetano de Sousa.

(2) Figueiredo, tom. 3.° fol. 151 e seg.

41

XI.

D. JAYME DE LENCASTRE.

(1545 — 1569)

Era quarto filho de D. Jorge, Duque de Coimbra e Mestre das Ordens de Santiago e Aviz, e de D. Brites de Vilhena, e irmão de D. João de Lencastre, primeiro Duque de Aveiro. Destinado á vida ecclesiastica, o primeiro logar que exerceu foi o de Prior de S. Pedro de Torres Novas e de mais tres Igrejas, que nessa villa tinha a casa de Aveiro (1). A Rainha D. Catharina o fez depois seu Capellão mór; e nomeado em seguida Bispo de Ceuta, foi confirmado por Paulo III pela Bulla *Gratiæ divinæ præmium* de 9 de Outubro de 1545.

Deste Prelado achâmos varias menções na historia. A 19 de Outubro de 1551 assistiu á trasladação que D. João III fez dos ossos da Rainha D. Maria, sua mãe, do convento da Madre de Deus para o de Belem (2); em 16 de Julho de 1557 assistiu á acclamação de D. Sebastião (3); e em 13 de Dezembro de 1562 foi presente nas côrtes convocadas em Lisboa por este monarcha (4). No concilio de Trento, concluido no anno seguinte, foi representado D. Jayme pelo celebre Belchior Cornejo, presbytero secular e doutor em canones, que subscreveu por esta fórma como seu procurador nas actas do mesmo concilio: *Ego Melchior Cornelius Lusitanus, Procurator Reverendissimi Dominis Jametis ab Alencastro, Episcopi Septensis, subscripsi* (5).

---

(1) Consta de uma escriptura do 1.° de Julho de 1548 que do cartorio da Sé de Lisboa foi mandada por copia á Real Academia de Historia, como attesta Sousa na *Hist. genealog.* tom. 11.° liv. 11 cap. 1.

(2) Sousa, loc. cit. tom 3.° p. 192.

(3 e 4) Barbosa Machado, *Memor. Sebasticas*, tom. 2.° p. 169.

(5) Muito se distinguiu no concilio, principalmente n'uma congregação de Junho sustentando ser a missa um verdadeiro sacrificio propiciatorio, n'um discurso que vem no tom. 8.° col. 1281 e seg. *Veterum scriptorum monument.* de Martene, e n'outra de Setembro mostrando serem as ordens menores verdadeiro sacramento. — Pallavicini liv. 1.° cap. 1; Figueiredo, *Portuguezes nos concilios geraes*, p. 78, 79, 82 e 91.

Em 1567 assistiu o mesmo D. Jayme, como suffraganeo, ao concilio provincial celebrado pelo Arcebispo D. João de Mello (1). Na villa de Torres Novas fundou o convento do Carmo, ao qual deu a ermida de S. Gregorio, e como reliquia a cabeça deste Pontifice (2).

Não consta ao certo o dia e anno da sua morte, mas dizem ser anterior a 9 de Junho de 1570, época em que, estando vaga a Sé, foi este bispado unido ao de Tanger; porêm Jorge Cardoso no *Agiologio*, dá-o morto a 12 de Março de 1569. Foi enterrado na capella mór do convento do Carmo de Lisboa em uma sepultura grande debaixo da estante do côro (3).

(1) Figueiredo, *Lusit. sacra*, fol. 152 v.° e seg.

(2) Figueiredo, loc. cit. — Este convento foi fundado em 1558. — Vide Fr. Manuel de Sá, *Mem. hist. da ordem do Carmo* p. 343.

(3) Figueiredo, loc. cit.; Fr. Manuel de Sá, ibid. p. 107.

SECÇÃO 2.ª

DEPOIS DA UNIÃO DOS DOIS BISPADOS.

I.

D. Fr. FRANCISCO QUARESMA.

(1570 — 1576).

Remettemos o leitor para o que dizemos deste Prelado no capitulo seguinte, aonde vai collocado como Bispo de Tanger.

II.

D. MANOEL DE SEABRA.

(1576 — 1583?)

Era natural do Porto, filho de Mem Rodrigues de Seabra, senhor de Montealegre, feira de S. Maria, Cubanhões, Comba e Barqueiros. Era Conego doutoral da Sé do Porto, quando em 1576 foi nomeado por D. Sebastião Bispo de Ceuta e Tanger (1). Vindo em 1582 de Ceuta para Lisboa o corpo desse Monarcha foi elle um dos Prelados que o acompanharam por ordem de Filippe II até Lisboa (2). Desde então ficou no reino, e renunciou o bispado antes de Junho de 1583, porque pela Carta Regia de 11 desse mez foi nomeado Deão da Capella Real (3). Em 1588 foi um dos Prelados assistentes á sagração de D. Sebastião de Moraes, Bispo do Japão (4); e em 1589 foi executor apostolico de uma Bulla de Xisto V de subsidio para resgate dos que haviam ficado captivos na batalha de Alcacer Ceguer, como consta do edital respectivo, que começa: *D. Manoel de Seabra, Bispo que foi de Ceuta, Deão da Capella Real etc.* (5). Posteriormente foi nomeado Bispo de Miranda, e falleceu já no seculo XVII; ignorâmos porém tanto a data desta promoção, como a da morte (6).

---

(1) Fr. Manuel dos Santos, *Hist. Sebastica* no appendice.

(2) Cabrera, *Vida de Filippe II*; Figueiredo, fol. 155; Lopes, *Hist. do Algarve*, p. 356.

(3) Real Archivo — L. 10 da Chancellaria desse Monarcha, fol. 54 v°.

(4) Franco, *Imagem da virtude do noviciado de Coimbra.*

(5) Figueiredo, fol. 155 v°.

(6) Fr. Fernando d'Abreu, *Catal. dos Bispos de Miranda* nas Mem da Acad. do Hist. de 1721.

III.

D. DIOGO DE SOUSA.

(1586 — 1598).

Era filho de Francisco Vaz Telles ou Correa, Alcaide-mór de Braga e Ervededo, e de Catharina Correa, e sobrinho do Arcebispo de Braga D. Fr. Bartholomeu dos Martyres, em cuja casa foi creado. Seguindo o estado ecclesiastico, foi feito Conego da Sé de Braga, e dahi elevado á cadeira pontifical de Ceuta (1). Do Padre Franco, *Synopse dos Annaes da Companhia de Jesus* (2), se vê que já estava Bispo desta diocese em 1586, pois diz que foi transferido para Portalegre em 1598, depois de ter governado Ceuta doze annos. Para esse bispado foi mudado por Pilippe II, e nelle confirmado por Clemente VIII; tomou posse a 19 de Julho e governou até ao de 1614 em que falleceu a 9 de Outubro, sendo sepultado em sepultura rasa na capella mór da Sé. Em ambas as dioceses se houve como perfeito pastor, distinguindo-se pela sua caridade, e seguindo os exemplos que recebêra do venerando Arcebispo seu tio (3).

---

(1) Cunha, *Hist. de Braga*, P. 2.ª cap. 88; D. Ant. Caet. de Sousa, *Agiologia Lusitana*, tom. 4.º comm. ao dia 16 de Julho, let. A; Carvalho, *Corographia*, tom. 2.º tract. 6 cap. 1; Conde de Monsanto, *Catal. dos Bispos de Portalegre* nas Mem. da Acad. de Hist. de 1721.

(2) Ad an. 1614 n.º 13 e seg.

(3) Figueiredo, fol 156.

IV.

D. Fr. JERONIMO DE GOUVEA, DE LISBOA, OU CORTESÃO.

(1600 — 1602).

Com todos estes appellidos é designado este Bispo, que foi natural de Lisboa, religioso de S. Francisco da provincia de Portugal, e um dos mais famosos eruditos e prégadores do seu tempo (1). Tendo seguido o partido de D. Antonio, Prior do Crato, na pretensão da coroa portugueza, foi desterrado para Madrid; mas nessa côrte soube por tal modo insinuar-se, que em breve foi nomeado confessor do mosteiro dos Descalços, fundado naquella cidade pela Princeza D. Joanna, mãe d'ElRei D. Sebastião, logar de importancia, e para o qual se escolhiam sempre ecclesiasticos dos mais distinctos. Em 1600 foi promovido a Bispo de Ceuta e Tanger, vindo então a Lisboa; a Imperatriz D. Maria d'Austria o fez voltar para Madrid na qualidade de seu confessor, o que o obrigou a renunciar o bispado em 1602; mas fallecendo ella no anno seguinte veio outra vez para Lisboa, aonde foi Capellão-mór, director dos orphãos do castello e cathecumenos, e visitador do mosteiro de Santos (2). Foi elle quem sagrou em Bispo da Guarda o celebre D. Affonso Furtado de Mendonça, que depois teve tambem as mitras de Coimbra e de Lisboa (3). Em Abril de 1616 benzeu o mosteiro de Santa Martha das religiosas de S. Clara, collocando-se por essa occasião nos alicerces da igreja uma lamina com a seguinte inscripção (4).

---

(1) Soledade, *Hist. seraphica*, P. 5.ª n.º 825.

(2) Soledade, ibidem; Cunha, *Catal. dos Bispos do Porto*, P. 2.ª cap. 42; Lima, *Geograph. historica*, tom. 1.º p. 369-371; Figueiredo fol. 157.

(3) Figueiredo, ibidem.

(4) Cardoso, *Agiolog. lusitano*, Comm. ao dia 11 de Maio, let. E.

47

PAULO V. PONT. MAX. MATHIA. CÆS. I. ROM. IMP. PHILIPO II. PORTUG. REG. ALMÆ URB. ARCHIEP. DOM MICHAEL A CASTRO. STATUS CONCILIARIO. REGNI MODERATORE. SECUNDO FRANCISCAN. HUJUS. PARTHENONIS. PRÆSULE CURATORE. BONAS. PRECES PRECATO. ET BENED. DOM. HIERON. A GOUVEA SEPTENS. EPISCOP. DIV. MART. MONIALIUM. ABBATISSÆ I. COMMUNI AC ONT. MATRI DICATUM. APRIL. MDCVI.

Falleceu a 11 de Julho desse mesmo anno de 1616, e foi sepultado na sachristia de S. Roque (1).

---

(1) Franco, *Synopsis*, ad an. 1631 n.° 8 ; Figueiredo, fol. 157 v°.

V.

D. AGOSTINHO RIBEIRO.

(1602 — 1613).

Era natural da Bahia, doutor em theologia, e Conego magistral na Sé de Lisboa. Foi promovido a Bispo de Ceuta, segundo pensâmos, em 1602 pela renuncia de D. Fr. Jeronymo de Gouvea, e regeu essa diócese até 1613, em que foi transferido para o bispado de S. Salvador de Angra, no qual succedeu a D. Jeronymo Teixeira Cabral, e que governou até á sua morte em 12 de Julho de 1621. Foi sepultado na sua cathedral (1).

---

(1) Rocha Pita, *Hist. da America*, liv. 10.° p. 659; D. Ant. Cact. de Sousa, *Catal. dos Bispos de Angra* nas Mem. da Acad. de Hist. de 1725; Cordeiro, *Hist. insulana*, p. 277.

VI.

D. HEITOR DE VALLADARES SOTTOMAIOR.

(1613 — 1625 ?)

Foi natural de Alcochete, e filho de Antonio de Sotomaior: seguindo em Coimbra a faculdade de theologia, nella se doutorou, e foi collegial do collegio de S. Pedro d'essa cidade, e lente da Universidade. Ignorâmos a data da sua promoção a este Bispado; mas como a transferencia de D. Agostinho Ribeiro teve logar em 1613, e em 1625 já a Sé de Ceuta era regida por D. Antonio de Aguiar, vem o seu pontificado a ficar incluido entre esses dous annos (1). A Carta Regia de 20 de Outubro de 1620 avisou este Bispo para não usar de censuras n'aquellas fronteiras sem muita causa e consideração, e para não declarar interdictos sem dar conta a ElRei do motivo (2).

---

(1) D. Nicolau de S. Maria, *Chron.ª dos Regrantes*, liv. 10.º cap. 19; Manoel Pereira da Silva Leal, *Catal. dos Collegiaes do Real Collegio de S. Pedro de Coimbra* nas Mem. da Acad. de Hist. de 1725; Figueiredo fol. 158.

(2) Veja-se a *Collecção de Legislação* do Sr. J. Justino d'Andrade nesse anno.

VII.

D. ANTONIO DE AGUIAR.

(1623 — 1634?)

Pelo que diz D. Rodrigo da Cunha referindo os Bispos que em 1623 havia em Portugal, vemos que já a esse tempo o era de Ceuta D. Antonio de Aguiar, mas ignorâmos a data precisa da sua nomeação, bem como a da sua morte, sabendo apenas que o seu pontificado não se estendeu alem de 1634, porque em 1635 já era seu successor D. Gonsalo da Silva (1). Jorge Cardoso faz menção deste Prelado no anno de 1625 fallando do servo de Deos Fr. Manoel Nunes, religioso da Ordem da Trindade: *em nosso poder*, diz elle, *estão as inquirições, que por authoridade do Bispo D. Antonio de Aguiar se tiraram em Ceuta... em ordem á sua canonisação; o que foi causa para se elevarem as suas reliquias, anno de* 1625, *assistindo o dito Bispo e com licença sua etc.* (2). Não encontrâmos nos auctores mais noticias deste Prelado.

---

(1) Cunha, *Catal. dos Bispos do Porto*, P. 2.ª cap. 42.

(2) Cardoso, loc. cit. comment. ao dia 10 de Março e 14 de Abril; Figueiredo fol. 158 v°.

VIII.

D. GONSALO DA SILVA.

(1635 — 165?).

O Doutor Gonsalo da Silva que na India exerceu o logar de Inquisidor de Goa, para que fôra nomeado em 1605 (1), foi escolhido em 1610 para Bispo de Malaca, e depois de confirmado tomou logo posse, e entrou a reger a diocese (2). Em 1629 deixou o governo do bispado aos Padres Francisco Soares e Lourenço da Costa, por occasião da sua vinda para o Reino, no qual se conservou sempre até á sua trasladação para Ceuta em 1635, residindo em Portugal ou Hespanha neste intervallo de seis annos (3). Nessa época achâmos delle noticia a 13 de Julho de 1631 na sagração de D. Fr. Bernardino de Sena, Bispo de Viseu, a que assistiu com o Bispo de Merida na Igreja das Descalças de Madrid, sendo sagrante o de Siguenza, D. Fr. Pedro Gonsalves de Mendonça (4).

Da bulla *Apostolatus officium* pela qual Urbano VIII nomeou Bispo de Malaca a D. Fr. Antonio do Rosario, da Ordem dos Prégadores, se vê claramente ter-se verificado em 1635 a trasladação para Ceuta deste seu antecessor D. Gonsalo da Silva, o qual ainda governava esta diocese em 1640, como diz Faria e Sousa no catalogo que escreveu dos Bispos de Malaca do seu tempo (5). Ignorâmos porêm o anno da sua morte.

---

(1) Fr. Pedro Monteiro, *Catal. dos Inquisidores*, nas Mem. da Acad. de Hist. de 1724.

(2) Faria e Sousa, *Asia portug.*, tom. 3.° p. 520; — D. Ant. Caet. de Sousa no catalogo dos Bispos de Malaca, publicado nas *Mem. da Acad. de Hist.* de 1722, diz que a nomeação foi em 1632, mas é tão infundada esta asserção que em 1629 já D. Gonsalo, sagrado ha muitos annos, voltava para o Reino deixando o governo da diocese aos referidos governadores.

(3) Fr. Jacintho de Deos, *Vergel de plantas*, (Lisboa 1690) p. 535 e seg.

(4) D. Franc. Alex. Lobo, *Obras*, tom. 1.° p. 285 e nota 1.

(5) *Asia portugueza*, loc. cit.; Figueiredo fol. 159.

IX.

Fr. JOÃO DE ANDRADE, *ELEITO.*

(1655).

Apesar de Ceuta na restauração de 1640 não reconhecer o legitimo Rei D. João IV, e ficar em poder de Castella, este monarcha, que antes da paz de 1668 se considerou sempre senhor dessa praça, entendeu que por morte de D. Gonsalo da Silva devia nomear Bispo para ella; e por isso em 25 d'Outubro de 1655 escolheu a Fr. João de Andrade, religioso da Ordem da Santissima Trindade.

Nasceu este Padre em Ceuta a 27 de Janeiro de 1588, e foram seus paes Manoel de Azevedo, almoxarife da cidade, e Violante André. Abraçando em 1603 o instituto da redempção dos captivos no mosteiro da sua patria, e tendo feito os votos, foi mandado seguir os estudos em Lisboa; e taes progressos fez que veio a ser Mestre na Ordem, e um dos maiores theologos do reino. Em 1618 foi a Roma com o prégador geral Fr. Duarte Pacheco para obter de Paulo V a confirmação das addições á Constituição Albertina da Provincia; depois foi Reitor do Collegio de Coimbra, Ministro do mosteiro de Lisboa, Provincial em 1651, e emfim Visitador geral. Fóra do claustro teve os cargos de examinador das Ordens militares, e do Priorado do Crato, e de Juiz da Legacia, e foi eleito, como dissemos, Bispo de Ceuta.

As nossas dissenções com a Curia Romana, que insistia em não reconhecer a D. João IV, foram causa de não ser confirmado, fallecendo a 2 de Novembro de 1655. Deixou escriptas *Quæstiones selectæ in universam theologiam* (ms.); *Apologia pro vero et proprio martyrio per pestem*; e *Apologia Patriarchal Sagrada* (1).

---

(1) Figueiredo fol. 159 v°; Fr. Jeron. de S. José, *Hist. chronol. da SS. Trindade*; Barbosa, *Bibliotheca Lusitana*; Barbosa Canaes, *Estudos biographicos*, p. 217.

SECÇÃO 3.ª

DUVIDOSOS OU INCERTOS.

I.

D. JORGE DA COSTA.

Quasi todos os escriptores que fallam de D. Jorge da Costa, chamado vulgarmente o Cardeal Alpedrinha, contam entre os bispados que teve, o de Ceuta (1). Mas ainda admittindo como fóra de duvida esta asserção, restaria designar a época em que teve esta mitra; Figueiredo não acha outra, a não ser entre D. João Affonso Ferraz e D. Justo Baldino; mas entre estes dous episcopados temos, como já mostrámos, o de D. João Galvão, de modo que nesta impossibilidade fica o ponto por decidir (2).

---

(1) D. Rodrigo da Cunha, *Hist. de Braga*, P. 2ª; Macedo, *Lusitania Purpurata*; Fonseca, *Evora gloriosa*; Crasbeeck, *Catalogo dos Dom Priores de Guimarães*.

(2) Figueiredo fol. 163 vº.

II.

D. PEDRO GAVIÃO.

Ruy Correa Lucas no seu *Nobiliario*, titulo de Teixeiras, fallando de D. Pedro Gavião, que foi Bispo da Guarda em tempo de D. Manoel, affirma ter sido tambem de Ceuta (1). Não só não temos encontrado noticias sobre este facto, mas nem achámos meio de *nessa época* poder determinar com probabilidade a existencia de tal pontificado.

---

(1) Figueiredo fol. 161.

III.

D. FRANCISCO HENRIQUES.

Pereira de Figueiredo declara ter encontrado, entre os informes apontamentos de Antonio Caetano de Sousa sobre os Bispos ultramarinos, menção de D. Francisco Henriques, baseada no testemunho do auctor da vida de S. Pedro de Alcantara impressa em Napoles em 1667. Porêm não obstante dizer Fr. João de S. Bernardo a pag. 156 dessa obra, que D. Francisco Henriques, *Bispo de Ceuta*, fôra mui devoto de S. Pedro de Alcantara e do seu convento de Valverde, e quê o santo o visitára em Olivença em 1551, semelhante asserção, na parte em que o declara prelado daquella diocese, é inadmissivel, porque de 1545 a 1570 não houve lá outro senão D. Jayme de Lencastre (1).

(1) Figueiredo fol. 165.

CAPITULO II.

BISPOS DE TANGER (•).

I.

D. Fr. NUNO ALVARES OU DE AGUIAR.

(1468 — 1491).

D. Nuno Alvares ou de Aguiar, religioso da Ordem de Cister, foi Abbade de S. Maria de Aguiar de Riba-Coa no bispado de Lamego. Achava-se em Roma em 1463 tratando negocios do seu mosteiro, quando lá chegou a noticia de ter vagado por morte de D. João Gil o Priorado-mór de S. Vicente de Lisboa; e Pio II, que então occupava a cadeira de S. Pedro, elegeu logo em Prior Commendatario o Cardeal do titulo de S. Nicolau, Rodrigo de Lenzoli, depois elevado ao Pontificado com o nome de Alexandre VI. ElRei D. Affonso V, como o mosteiro de S. Vicente era da sua camara real e padroado, oppoz-se immediatamente a semelhante nomeação, expondo ao Pontifice as razões do seu aggravo. Quando as cartas de D. Affonso chegaram a Roma já era fallecido Pio II, e eleito em seu logar Paulo II; reparou este o aggravo, e como o priorado devia ser provido em pessoa natural de Portugal, fez que o referido Cardeal desistisse, e o renunciasse, com reserva de pensão annual, em D. Fr. Nuno Alvares, authorisando tudo por Bulla de 18 de Junho de 1465.

(•) Antes de elevada Tanger a diocese no tempo de D. Affonso V achamos noticia de dous Bispos *in partibus* desta região. — 1.° no seculo XIV um D. Fr. Gualter, nomeado por Clemente VI, e fallecido em Bolonha em 1375; — 2.° outro no seculo XV D. Fr. João, nomeado por Nicolau V em 1451. — Fr. Lucas de S. Catharina, *Hist. de S. Domingos*, tom. 4.° pag. 793; Figueiredo, fol. 166.

Voltando ao reino para tomar posse do priorado soffreu grande opposição da parte dos Conegos Regrantes, os quaes por elle não ser da propria Ordem, mas dos de Cister, o não quizeram receber fundados porventura na Bulla de Nicolau V de 12 de Junho de 1452, em virtude da qual os mosteiros das ordens de S. Agostinho, S. Bento, e S. Bernardo só podiam ter prelados do proprio Instituto. D. Nuno teve emfim de ceder, mesmo porque na Bulla de Paulo II se lhe impunha a obrigação de tomar o habito de S. Agostinho, o qual recebeu com effeito das mãos do Arcebispo de Lisboa D. Jorge da Costa; e feita profissão e prestado o juramento, tomou posse do priorado no fim de 1466.

Em 1468 foi nomeado Bispo de Tanger *in partibus infidelium* (1); e tres annos depois acompanhou D. Affonso V á expugnação de Arzilla e á tomada de Tanger, ficando então em effectivo exercicio de um bispado do qual era só Bispo titular. É notavel porêm que este Prelado, em vez de ficar residindo na diocese, como era de esperar, voltasse a Portugal acompanhando o Monarcha; a Bulla que antes de 1471 obtivera de Paulo II, dispensando-o de residir, por certo que deixára de vigorar depois de reduzido á fé o territorio tingitano (2).

O governo de D. Nuno em S. Vicente apresenta-nos uma lucta continua com os Conegos. Não obstante ter feito grandes beneficios ao mosteiro (3), o Prelado era porventura nimiamente austero, e os Conegos sobremaneira relaxados; a prudencia que acaso permittiria operar as necessarias reformas, parece que faltou a D. Nuno, e os Conegos sublevados chegaram a eleger Prior mór em 11 de Março de 1480 a D. João Alvares. Se D. Nuno tivera então desistido do Priorado, não soffreria os desgostos que soffreu; não passaria pelo desaire de se vêr suspenso em 1482 do ingresso da sua Igreja por sentença do Vigario geral, Desembargadores e Arcebispo; e não seria forçado emfim, por novas hostilidades, e pela convicção de que lhe era

---

(1) Fr. Fortunato de S. Boaventura na continuação á *Alcobaça* de Fr. Manoel dos Santos, pag. 147 e seg., desfaz, como notámos, o equivoco de D. Nicolau de S. Maria, o qual na *Chronica dos Conegos Regrantes* P. 2.ª liv. 11 cap. 25 fazia datar de 1471 a nomeação de D. Nuno.

(2) Esta Bulla dispensava-o de residir no bispado, occupado de infieis, e permittia-lhe exercer no reino as funcções episcopaes com authorisação dos Ordinarios. — Fr. Fortunato loc. cit.

(3) Como foi o pagar muitas dividas do convento, e separar da Mesa Prioral, a beneficio da conventual, os rendimentos da Igreja de S. Maria da Arruda.

impossivel reformar os Conegos, a renunciar o Priorado seis annos depois, reservando para sua subsistencia o que pertencia á Mesa Prioral (1).

Consta que em 1472 exerceu em Lamego as funcções episcopaes, dando Ordens por commissão do Bispo D. Rodrigo de Noronha, que nessa época acompanhava a côrte na qualidade de Capellão mór, Regedor da Casa da Supplicação e Governador da Universidade de Lisboa; nas cartas de Ordens se intitula elle Bispo de Tanger e da ilha da Madeira por ter alcançado um breve que unia esta ilha á sua diocese, e que como já dissemos não chegou a ter effeito (2). Do livro dos obituarios de S. Cruz de Coimbra vê-se ter fallecido a 15 de Junho de 1491: *Decimo septimo Kalendas Jul. obiit D. Nunius Episcopus de Tangere, Prior, et Canonicus S. Vincentii, Anno Domini* 1491 (3).

---

(1) Fr. Fortunato, loc. cit. p. 148.

(2) Fr. Fortunato, ibidem not. 2.

(3) Sobre este Bispo de Tanger vejam-se, alem de Fr. Fortunato de S. Boaventura, e de D. Nicolau de S. Maria, Goes, *Vida de D. João II*, cap. 31; D. Nunes de Leão, *Vida de D. Affonso V*, cap. 41; Faria e Sousa, *Africa Portugueza*, cap. 6, e Figueiredo, *Lusit. sacra*, fol. 166.

II.

D. DIOGO ORTIZ DE VILHEGAS.

(1491 — 1500?).

Foi D. Diogo natural de Calçadilha no reino de Leão, e filho de D. Affonso Ortiz de Vilhegas, de quem descendem em Castella os Marquezes de Villar, e de D. Maria da Silva. Passou a Portugal como confessor e director espiritual da Princeza D. Joanna, conhecida na historia pelo titulo de *Excellente Senhora*; e semelhante escolha nos faz presumir nelle uma capacidade e virtude que em toda a sua vida não desmentiu. D. Diogo foi mais venturoso na sua vinda para Portugal do que essa Princeza, que veio acabar a vida no mosteiro de S. Clara de Coimbra. Foi muito estimado tanto de D. João II como de D. Manoel, e os seus parentes aproveitando o seu valimento poderam vir estabelecer-se neste reino com vantagem (1).

Fallecendo em 1491 D. Nuno, Prior de S. Vicente de Fóra, e primeiro Bispo de Tanger, nomeou D. João II Diogo Ortiz para lhe succeder no priorado e no bispado. Nesse mesmo anno o escolheu El-Rei para conjunctamente com Mestre Rodrigo e Mestre *Josepe* examinarem os planos de navegação que lhe viera propor Christovão Colombo (2). Em 1494 o nomeou Provedor mór da redempção dos captivos por carta dada em Evora a 11 de Novembro (3), e Capellão mór da Capella que nesse anno ordenára em virtude de uma Bulla de Alexandre VI. Nessa qualidade de Capellão assistiu em Alvor a 29 de Setembro de 1485 á morte d'ElRei (4), o qual ainda no seu tes-

---

(1) D. Francisco Alexandre Lobo, *Resumida noticia dos Bispos de Viseu* no tom. 1.° p. 235 e seg. das suas obras (Lisboa 1848); Padre João Col, *Catal. dos Bispos de Viseu* nas Mem. da Acad. de Hist. de 1722.

(2) Barros, *Decada* 1 liv. 3.° cap. 11.

(3) Fr. Fortunato de S. Boaventura, addições á *Alcobaça* de Fr. Manoel dos Santos.

(4) Garcia de Resende, *Chron. de D. João II*, cap. 23.

tamento lhe deu uma prova da affeição que lhe tinha, pois nomeando por seu testamenteiro ao Duque de Beja (ElRei D. Manoel) mandou, que na execução do testamento se aconselhasse sempre com D. Diogo (1).

Não foi o Bispo de Tanger menos favorecido de D. Manoel; bastaria para isso lembrar que lhe encarregou o ensino e educação de seu filho o Sr. D. João III, ensino que provavelmente começou de 1508 a 1510, como conjectura o Bispo de Viseu Alexandre Lobo (2); mas alem disso foi promovido pelo mesmo Monarcha a Bispo de Ceuta (como já fica dito no catalogo dos Prelados dessa diocese), e em 1505 a Bispo de Viseu (Bulla de 27 de Junho).

Não obstante não ter residido em Tanger, nem em Ceuta, e pouco tempo porventura em Viseu, é certo que sendo Bispo de Ceuta escreveu um pequeno cathecismo doutrinal com o titulo de *Rudium cathecismum pentadecadem* publicado em 1504, e dedicado a D. Manoel (3); e sendo Prelado de Viseu deixou provas não equivocas do seu zêlo episcopal; fez estatutos que ainda existiam reunidos em livro no tempo de D. Jorge de Ataide, e dos quaes ao presente só resta uma certidão no archivo do Cabido (4); e consagrou a cathedral, tendo antes feito construir com sumptuosidade a abobada principal e a que serve de pavimento ao côro (5).

Passou no seu tempo por muito litterato e grande theologo. Alem do referido cathecismo deixou escripta a Historia da Paixão, segundo os quatro Evangelistas, dedicada a D. João II, a qual foi publicada por seu sobrinho D. Diogo Ortiz, Bispo tambem de Ceuta, e Doutor Parisiense (6). Como prégador ha memoria notavel das seguintes orações; em 1499 a da trasladação de D. João II na Igreja da Batalha (7); em 1500 a que fez em Restello por occasião da partida da armada de Pedralvares Cabral (8); e em 1505 a da ac-

---

(1) Tomo 2.° das Provas da *Hist. genealog.* n.° 28.

(2) D. Francisco Alex. Lobo, loc. cit. p. 242; Andrade, *Chron. de D. João III*; Castilho, *Panegyrico d'ElRei D. João III* copiado por Severim nas *Noticias de Portugal* p. 291.

(3) Alex. Lobo, loc. cit. p. 244.

(4) Existe um exemplar delle na livraria e cartorio da casa dos Ribeiros Vasconcellos de S. Eulalia, de quem D. Diogo foi parente collateral. Assim nos informa o digno Chantre da Sé de Coimbra, e nosso amigo, o Sr. Miguel Ribeiro de Vasconcellos.

(5) Alex. Lobo p. 244 e seg.

(6) Alex. Lobo p. 245; D. Fr. Manuel do Cenaculo, *Cuidados litterarios*, p. 218.

(7) Garcia de Rezende, *Chron. de D. João II* no fim.

(8) Barros, Decad. 1 liv. 5.° cap. 10; Goes, *Chron. de D. Manoel*, P. 1 cap. 54.

ção de graças pelas victorias alcançadas por Duarte Pacheco na India (1).

Falleceu em 1519 em Almeirim, e está sepultado no convento de S. Maria da Serra da Ordem de S. Domingos (2).

---

(1) Alex. Lobo p. 241 ; Goes, loc. cit. cap. 100.
(2) J. Col, *Catal. dos Bispos de Viseu.*

III.

D. JOÃO LOBO.

(1508 — ?)

D. Manuel Caetano de Sousa diz que este Prelado fôra primeiramente Bispo titular de uma *diocese in partibus infidelium*, de cujo titulo não temos noticia; que fôra em 1508 mandado á ilha da Madeira chrismar e dar Ordens pela Ordem de Christo, e que depois disso fôra nomeado Bispo de Tanger; por conseguinte depois da transferencia de D. Diogo Ortiz para Ceuta (1). O mesmo diz D. Antonio Caetano de Sousa no preambulo do *Catalogo dos Bispos do Funchal*, e confirma no catalogo de Angra, mas conclue que foi Bispo de Tanger ou *coadjutor* de algum delles (2).

---

(1) D. Manuel Caet. de Sousa, *Catal. dos Prelados que tiveram titulos de Igrejas fóra de Portugal*, nas Mem. da Acad. de Hist. de 1725; Cordeiro, *Hist. insulana*, liv. 3.° cap. 16 n.° 99.

(2) Figueiredo, tom. 3.° fol. 167 v°.

IV.

D. NICOLAU ZACOTO.

(?—1542?).

Deste Prelado se faz menção entre os Capellães no *livro das moradias* da casa d'ElRei D. João III, que vem no tomo 2.° das provas da Historia Genealogica da Casa Real (1); ignora-se o anno da sua promoção, a qual sómente sabemos que devia ser anterior a 1542 ou 1543 (2).

(1) Num. 132.
(2) Figueiredo, tom. 3.° fol. 168.

V.

D. GONSALO PINHEIRO.

(1542 ou 43 — 1552).

Foi natural de Alcacer, filho de João Pires e de Leonor Rodrigues Pinheiro, e neto pela parte paterna de Affonso Fernandes, secretario da Rainha D. Philippa mulher d'ElRei D. João I, e pela materna de Gonsalo Rodrigues, Cavalleiro d'ElRei D. João II. Estudou canones na Universidade, que então estava em Lisboa; foi continuar os estudos em Salamanca, e por tal fórma se distinguiu que antes de doutorado lhe deram um logar no collegio de S. Bartholomeu. Vindo para o reino alcançou por intervenção do Duque D. Jaime alguns beneficios, e o Cardeal D. Affonso, filho d'ElRei D. Manoel, o escolheu para conego de Evora, como diz seu sobrinho Diogo Mendes de Vasconcellos no livro *de municipio eborensi* (1). Promovido a Bispo de Çafim por D. João III, logar que já exercia em 1534, foi transferido para Tanger em 1542, como quer Fonseca (2), ou em 1543, como dá a entender Barbosa (3). Em 1548 foi encarregado em França juntamente com D. Francisco de Noronha de proteger e ajudar os Portuguezes na Commissão do juiso das prêzas em París; expedindo-se a carta credencial a 13 de Dezembro, e na mesma data, e para o mesmo fim, outra para o licenciado Braz d'Alvide, que devia coadjuval-os naquelle negocio (4); por essa occasião e durante a sua estada em Bayonna governou por algum tempo esse bispado a pedido do respectivo cabido (5). Foi depois transferido para Bispo de Viseu por bulla de 1552, e ahi falleceu de 77 annos em 1567, sendo sepultado na capella mór da cathedral (6).

---

(1) P.e Col, *Catalogo dos Bispos de Viseu* nas Mem. da Acad. de hist. de 1722.
(2) *Evora gloriosa* p. 329.
(3) *Bibliotheca Lusitana* tom. 2.° p. 400.
(4) Visconde de Santarem, *Quadro elementar*, tom. 3.° p. 317 e seg.; Sr. Figanière, *Catal. dos manuscriptos portug. do Museu Britanico*, p. 53.
(5) Figueiredo, loc. cit. fol. 174.
(6) Col, loc. cit.; P.e Luiz Cardoso, *Dicc. geogr.*, v.° Alcacer.

VI.

D. Fr. FRANCISCO QUARESMA.

(1552 — 1576).

Era natural de Serpa e religioso franciscano da Provincia dos Algarves, na qual foi eleito provincial em 1541 (1). Vaga a Sé de Tanger pela transferencia de D. Gonsalo Pinheiro para Viseu em 1552 foi eleito para ella D. Fr. Francisco Quaresma, e confirmado por Paulo IV a 15 de Dezembro de 1557 (2). Quasi treze annos havia que elle regia este bispado, quando em 1570, e por morte de D. Jaime de Lencastre, como fica dito, foram unidas as duas dioceses de Ceuta e Tanger por bulla de 9 de Junho, ambas as quaes ficou governando.

Depois da união achamos memoria deste Bispo n'uma carta que lhe escreveu D. Sebastião em 18 de Fevereiro de 1574 sobre a troca do convento da Trindade de Tanger pelo de S. Jorge de Ceuta dos Dominicos (3). Não sabemos o anno da sua morte, mas é certo que em 1576 já tinha por successor a D. Manoel de Seabra.

Terminamos com este o catalogo dos Bispos de Tanger; os que se lhe seguiram depois da união a Ceuta vão indicados no dos Bispos dessa diocese.

---

(1) Ancona, continuador de Wadding ad an. 1557 n.° 13; Rodulph. *Historiarum Seraph. Religion.* fol 234 v°. — Já se vê que erradamente affirma Fr. Jeronymo de Belem, *Chron. da Prov. dos Algarves* tom. 1.° introd. p. 269, ter sido Fr. Francisco Quaresma eleito Provincial em 1541, e dahi a *tres* annos Bispo.

(2) A.A. cit.; Figueiredo fol. 154 e 169.

(3) Figueiredo, ibidem.

DOCUMENTOS.

N.º 1.

Bulla Romanus Pontifex *de Martinho V dada em Constança a 4 de Abril de* 1417, *pela qual, a instancia de D. João I, erigiu em Cathedral a Igreja de Ceuta. Inserta em uma Carta executoria, passada em nome dos Arcebispos de Braga e de Lisboa, Juizes executores da mesma Bulla.*

Fernandus dei et Apostolice sedis gratia Archiepiscopus Bracarensis et Primas necnon Didacus eadem gratia Archiepiscopus Ulixbonensis Executores auctoritàte apostolica ad infrascripta specialiter deputati Universis et singulis presentes literas inspecturis salutem in redemptore nostro Jeshu, qui est omnium vera salus. Et mandatis nostris ymo verius appostolicis firmiter obedire. Noveritis quod pro parte serenissimi principis et domini domñi nostri Regis illustris nobis fuit presentata quedam litera sanctissimi in Christo patris et domini nostri domñi Martini divina providentia pape Quinti Executoria cum cordula canapi bullata sua vera bulla pumblea more Romane curie pendenti non viciata non cancellata nec aliqua sui parte suspecta sed prorsus omni vicio et suspectione carens ut prima facie apparebat cujus tenor de verbo ad verbum sequitur et est talis—«Martinus Episcopus servus servorum dei venerabilibus fratribus Bracharensi et Ulixbonensi archiepiscopis salutem et apostolicam benedictionem. Romanus Pontifex beati Petri celestis Regni clavigeri successor et vicarius Jeshus Christi cuncta mundi climata omniumque nationum in illis digentium qualitates paterna consideratione discutit et examinat dili-

genter ex officii debito salutem querens et appetens singulorum supernaque suffultus potencia illa suadentibus rationibus et causis propropensa deliberatione salubriter ordinat atque disponit que grata divine magestati fore considerat et per que oves divinitus creditas ad ovile reducit dominicum eisque felicitatis eterne policito premio veniam impetrat animarum. Que siquidem auctoritate domino certius tunc et acceptius provenire nom ambigimus cum veritas catholice fidei ad laudem et gloriam divini nominis dilatationem suscipit pariter et incrementa. Sane nuper pro parte carissimi in Christo fillii nostri Johannis Portugalie Regis Illustris nobis fuit expositum quod locus de Cepta, quem Rex ipsi Christi videlicet pugil et atheleta ministerio cooperant divino a perfidorum spurcissimoruinque Serracenorum et agarenorum dominice crucis obtractorum et emulorum, qui tunc etiam suam inibi pro ydolorum, et simulacrorum cultu tenentes mesquitam sinagogam occupabant eundem manibus victoriosis eripuit illum sue dictioni subjugando populosus multum et honestus ipsaque mesquita sive sinagoga apta evidenter existunt ad hoc quod illa in Cathedralem erigatur ecclesiam presule inibi et clero residentibus pro tempore per quorum actus et opera etiam cum ingenti animarum partium illarum habitatorum et incolarum propagatione salutis fidei firmamentum solidabitur orthodoxe divinus quoque cuitus ac populi devotio pullulabunt et instriurabuntur non mediocriter in partibus memoratis. Quare pro parte dicti Regis nobis fuit humiliter supplicatum ut super hiis opportune consulere de benegnitate apostolica dignaremur. Nos igitur qui de premissis certam noticiam non habemus quique cultum et fidem eosdem nostris temporibus vigere et augeri intensis desideriis affectamus hujusmodi supplicationibus inclinati fraternitati nostre per apostolica scripta mandamus quatinus super premissis et eorum qualitatibus universis auctoritate nostra nos delligentius informetis, et si per informationem hujusmodi locum quod in civitatem et Mesquitam sive sinagogam predictos ut in ipsam Cathedralem ecclesiam erigantur aptos et ydoneos fore inveneritis locum in Civitatem et Mesquitam sive sinagogam eosdem in ecclesiam prefatam Ceptensem perpetuo nuncupandos etiam cum juribus et signiis quibusvis aliis eisdem partibus contiguiis civitatibus et ecclesiis cathedralibus sub nostra et Romane ecclesie devotione consistentibus de jure vel consuetudine quomodolibet debitis auctoritate nostra erigatis facientes necnon disponentes et ordinantes preterea omnia et singula que in premissis et circa ea expedire videritis ac necessaria fuerint seu quomodolibet opportune. Datum Constancie secundo nonas aprillis pontificatus nostri an-

no primo.—Quibus quidem literis sic ut premittitur nobis presentatis cum ea qua decuit reverencia per nos receptis pro parte ejusdem domini nostri Regis fuimus cum debita instancia requisiti, quatinus ad executionem dictarum literarum procederemus secundum formam et tenorem earundem et juxta tradictam seu directam in eisdem a sede apostolica nobis formam. Nos vero Executores prefati suis precibus inclinati volentes in hac parte obedire prefatis literis et verius mandatis apostolicis et reverenter in eisdem contenta exsequi ut tenemur examinatis deligenter per nos prius dictis literis ut tenor earum exigigit et requirit auctoritate apostolica nobis in eisdem comissa et pro ulteriori nostra informatione fecimus aliquos certos nobiles et alios providos discretos et honestos viros fidedignos expertos et plenariam de premissis in eisdem literis noticiam habentes coram nobis convocari. Cum aliàs in partibus affrice et specialiter in regno de fez et eadem villa de Cepta et regno Granate et tempore quo dicta villa de Cepta erat in potestate infidelium, et per dei gratiam post recuperationem ejusdem ad fidem et potestatem ejusdem domini regis prefati reperti fuerunt pro tempore conversari habita per nos solerti et diligenti inquisitione singulariter cum predictis super premissis in eisdem literis apostolicis contentis quia reperimus et fuimus ex eorum dictis dilligenter certi et informati quod eadem villa de Cepta est locus aptus condecendens et ydoneus ad erigendum in civitatem. Et quia etiam reperimus quod Mesquitam ejusdem ville que nunc est in ecclesiam erecta est ydonea et sufficiens ad erigendum in ecclesiam cathedralem. Idcirco nos auctoritate apostolica nobis in hac parte comissam predictam villam de Cepta in civitatem et ecclesiam predictam olim Mesquitam in ecclesiam cathedralem erigimus constituimus, facimus et ordinamus et eadem auctoritate precipimus constituimus et ordinamus predictam civitatem et ecclesiam cathedralem perpetuo Ceptensis nominari haberi et reputari et auctoritate predicta eidem civitati concedimus et assignamus perpetuo in territorium limitem diocesis totum regnum de fez. Item omnia loca et territoria magis propinqua et contigua mari de regno Granate, quod regnum et loca reperimus per inquisicionem prefatam fore et esse propinquiora et viciniora eidem civitati et decenciora in ejusdem territorium terminum diocesis et limitem. Ideo auctoritate predicta mandamus, statuimus, concedimus et ordinamus, quod eadem civitas et ecclesia cathedralis ejusdem deinceps et in perpetuum gaudeant et gaudere possint omnibus privilegiis, gratiis, libertatibus et insigniis quibusvis aliis eisdem partibus contiguis civitatibus et ecclesiis cathedralibus sub sancte

Romane ecclesie obediencia et prefati domini nostri pape devotione consistentibus de jure vel de consuetudine quōmodolibet debiter et generaliter concedimus et eisdem donamus omnia et singula que de jure et consuetudine sunt necessaria ad reformationem prefate civitatis de Cepta et ecclesie Cathedralis ejusdem. In quorum testimonium fieri mandavimus hanc literam sub nostris signo et sigillo. Datum in Sintria diocesis Ulixbonensis die sexta mensis Septembris Anno domini millesimo quatuor centesimo vicesimo. «Fernandus archiepiscopus» — Didacus Archiepiscopus Ulixbonensis (1).

(1) Archivo Nacional, *Maço* 11 *de Bullas*, n.° 13.

N.º 2.

Bulla de Martinho V do anno 1423, *mandando restituir á Diocese de Tuy a parte della separada no Reino de Portugal no tempo do schisma.*

Illustrissimis et Serenissimis Principibus et Dominis Dominis divina favente clementia Castellae et Legionis, ac Portugaliae et Algarbii Regibus, vestrorum Regnorum felicis prosperitatis augmentum: necnon Reverendis in Christo Patribus et Dominis Dominis Dei et Apostolicae Sedis gratia Compostellano, Bracarensi, Archiepiscopis, ac Salamantino, Auriensi, Zamorensi, necnon Portugalensi, Colimbriensi, Visensi, Elborensi, Lamacensi, omnibusque aliis et singulis dictorum Regnorum Castellae et Legionis, necnon Portugaliae et Algarbii Archiepiscopis, et Episcopis, eorumque et cujuslibet ipsorum in spiritualibus et temporalibus Vicariis et officialibus, necnon universis et singulis Dñis Abbatibus, Prioribus, Praepositis, Decanis, Archidiaconis, Scholasticis, Cantoribus, Thesaurariis, Sacristis, tam Cathedralium quam Collegiatarum Canonicis, Parochialiumque Rectoribus Ecclesiarum et loca tenentium eorundem, Monasteriorum quorumcumque et Religiosorum virorum Ministris, Generalibus, Provincialibus, Vicariis, Custodibus, Guardianis, et S. Joannis Jerosolimitani, et S. Jacobi de Spata Magistris, Prioribus, Comendatoribus, praeceptoribus, et ipsorum domorum fratribus, et Conventualibus, Praedicatorum, Minorum, Eremitarum S. Augustini, et B. Mariae Carmelitarum, ac quorumcumque aliorum Ordinum fratribus, ceterisque Presbyteris, curatis et non curatis, Vicariis perpetuis, Capellanis, et Altaristis: tam Regularibus quam saecularibus, exemptis et non exemptis, Clericis, Notariis, et Tabellionibus publicis, quibuscumque praedictorum Archiepiscoporum et Episcoporum, per Civitates et Dioeceses, ac alias ubilibet constitutis, necnon illustribus Principibus Duardo, Petro, Enrico, Joanni et Fernando Portugaliae et ceteris Infantibus, ac Alfonso Comiti de Barcelis, ceterisque Ducibus, Marchionibus, Comitibus, Baronibus, Commestabilis, Senescallis, Bavilis, Bailivis, officiariis, Militibus, nobilibus, justitiariis, Judicibus eorumque officialibus quibuscumque curiarum

et locorum saecularia terrarum, civitatum, oppidorum, Castrorum, Universitatum, Communitatum et Villarum, majoribus, necnon Rectoribus, Advocatis, Capitaneis, Magistris Civium Ministratoribus, Scultetis, Proconsulibus, Consulibus, Stabinis Civibus, oppidanis incolis servientibus: Notariis, Scribis et procuratoribus, ac omnibus aliis et singulis armigeris Christi fidelibus, tam in spiritualibus, quam in temporalibus ab Ecclesia seu auctoritate regia civilem vel temporalem jurisdictionem mediate vel immediate recipientibus, vel habentibus, conjunctim vel divisim, quibuscumque nominibus censeantur, et specialiter Joanni Alfonsi Pro-Cantore Portugalensi, et administratori Tudensi in parte Regni Portugaliae Ecclesiarum, necnon Gundisalvo Martini, Joanni Roderici de Felgueyra pro Canonicis, et generalibus Vicariis Ecclesiae Tudensis in dicta parte Regni Portugaliae, Alvaro Alfonsi pro de Cerveyra, Roderico Joãnis, pro de Alabruia Archidiaconis, Roderico Stephani, Joanni Dominici, Gomecio Martini, Dominico Stephani, Laurentio Corrigia, Gundisalvo Velasci, Martino Alfonsi, Joanni Dominici, Joanni Fernandi, Joanni Alfonsi, Gundisalvo Velasci, Alfonso Gundisalvi, Joanni Stephani, Dominico Alvari, Garsiae Gomecii, Clericis pro Canonicis, ac ceteris aliis pro perpetuis Beneficiatis sive Porcionariis in Ecclesia *S. Stephani de Valentia* Tudensis Dioecesis se gerentibus, ac universis et singulis Monasteriorum Abbatibus, Prioribus, Abbatisis, Priorisis, Conventibus, Parochialiumque Ecclesiarum Rectoribus, ac Clero et populo in dicta parte Regni Portugaliae, Reverendo in Christo Patri et dilecto Joanni moderno Episcopo Tudensi, et ejus successoribus, ac Decano et Capitulo ejusdem Ecclesiae Tudensis Dioecesana lege subjectis, quorumcumque fructuum, reddituum, proventuum, jurium, obventionum et emolumentorum ad ipsos Dominum Episcopum Decanum et Capitulum Ecclesiae Tudensis communiter vel divisim pertinentium occupatoribus, detentoribus, omnibusque aliis et singulis in administratione Archidiaconatibus, Canonicatibus, Prebendis, et Beneficiis creatis et erectis, ut profetur, necnon fructibus, redditibus, proventibus, juribus et obventionibus hujusmodi jam forsan intrusis, vel imposterum intrudendis, ac aliis quorum interest, vel intererit, et quos infrascriptum tangit negotium, seu tangere poterit, quomodolibet in futurum quibuscumque nominibus censeantur, et quacumque praefulgeant dignitate: PETRUS eadem gratia Episcopus Electensis executor ad infrascripta, unà cum infrascriptis nostris in hac parte Collegis cum illa clausula quatinus vos, vel duo aut unus Vestrum, per vos vel alium seu alios, et etc. à Sede Apostolica specialiter deputatus, salutem in Domino, et

praesentibus fidem indubiam adhibere, et mandatis nostris hujusmodi, imò verius Apostolicis, firmiter obedire.

2 Duplices literas executorias, unam videlicet in forma *Petitio*, et aliam in forma *Exhibita*, nuncupatas, *Domini nostri* Papae Martini Quinti unius sententiae diffinitivae per Reverendissimum in Christo Patrem et Dñm Dñum Lucidum Sanctae Mariae in Cosmedim sacrosanctae Romanae Ecclesiae Diaconum Cardinalem Judicem et Comissarium à Sede Apostolica specialiter deputatum de et super restitutione et reintegratione nonnullorum membrorum, Castrorum, Villarum, et aliorum locorum ac bonorum, fructuumque, reddituum, pro ventuum, jurium, et emolumentorum ad ipsam Ecclesiam Tudensem spectantium pro tempore pestiferi schismatis dudum in Ecclesiam dictam, et de anno Dñi millesimo trecentesimo octuagesimo primo incoepti, et nuper in sacro Constantiensi Concilio extirpati, segregatorum sive separatorum, et eorum occasione pro dictis Dñis Episcopo, Decano, et Capitulo Ecclesiae Tudensis contra dictos Rectores, Abbates, Priores, Abbatisas, Priorisas, Conventus Clericorum, et populum dictae Dioecesis Tudensis in parte Regni Portugaliae per dictam constitutionem latae, veris bullis plumbeis ipsius Dñi ñri Papae, more Romanae Curiae impendentibus, et bullatis, sanas et integras, non vitiatas, non cancellatas, nec in aliqua sui parte suspectas, sed omni prorsus vitio et suspicione carentes, nobis per venerabilem virum Magistrum Stephanum Enrici, (1) in Romana Curia et dictorum Dominorum Joannis Episcopi, Decani et Capituli Ecclesiae Tudensis procuratorem, de cujus procurationis mandato nobis legitime constabat, coram Notario publico et testibus infrascriptis praesentatas; Nos cum ea qua decuit reverentia recepisse noveritis, quarum literarum executoriarum, unius videlicet informa Petitio, tenor sic incipit.

3 MARTINUS Episcopus servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus Electensi, et Mindoniensi Episcopis, ac dilecto filio Officiali Auriensi, salutem et Apostolicam benedictionem. Petitio Venerabilis fratris nostri Joannis Episcopi Tudensis, et dilectorum filiorum Decani et Capituli Ecclesiae Tudensis, nobis exhibita continebat, quod licet ab olim dictam Ecclesiam infra Regnum Portugaliae nonnulla, Ecclesias, Monasteria, Prioratus, Capellas, et alia beneficia Ecclesiastica, saecularia, et regularia, necnon oppida, Villas, Castra, Villagia, et alia diversa loca in suis districtibus appendentiis membrorum, et

(1) *Infra dicitur* Stephanus Tritici, *eratque Scholasticus Ecclesiæ Tudensis, ut à tergo ejusdem Bullæ originalis legitur. Vide* Flores, *tom.* 22 *cap. IX. n.* 85. *pag.* 220.

possessionibus, juribus et pertinentiis universis Dioecesana lege sibi subjecta, necnon Episcopus Tudensis, et Decanus dictae Ecclesiae pro tempore existentis et Capitulum praedictum etiam nonnulla, fructus, redditus proventus, et jura, in dicta parte Diocesis infra Regnum praedictum consistentia, communiter, et divisim habere consueverint, tamen postmodum, videlicet de anno Domini millesimo trecentesimo octuagesimo primo, dum pestiferum schisma nuper in sacro generali Concilio Constantiensi extirpatum, oriri incoeperat, Clerus et populus partis dictae Dioecesis infra hujusmodi Regnum, consistentes..... à subjectione, jurisdictione, et obdientia Episcopi tunc existentis, et Ecclesiae Tudensis se indebite subtraxerunt, necnon quemdam *Turibium* Clericum in administratorem earundem Ecclesiarum, Monasteriorum, Prioratuum, Capellarum, ac Ecclesiasticorum saecularium et regularium, ac oppidorum, Villarum, Castrorum, Villagiorum, et aliorum locorum, necnon fructuum, reddituum, proventuum et jurium ad praefatam Ecclesiam et ejus fabricam, necnon Episcopum, et Decanum pro tempore existentes, et Capitulum praefatos, communiter et divisin spectantium, intruserunt: illumque pro administratore seu Episcopo Tudensi in dicta parte Dioecesis habuerunt, sibique jura Episcopalia, necnon fructus, redditus, et proventus ad ipsos Episcopum, Decanum, et Capitulum, et Ecclesiam spectantia, tradiderunt, et etiam persolverunt.

4 Et subsequenti post dicti Turibii obitum hujusmodi schismate adhuc vigente, quidam *Joannes Archiepiscopus Compostellanus* ipsi Turibio in dicta administratione in vicarium succedens, in Ecclesia S. Stephani de Valentia dictae Dioecesis, unum de Cerveyra, et alium de Alabruja, Archidiaconatus, ac nonnulla, Canonicatus, et Praebendas, et alia Beneficia Ecclesiastica, de facto erexit, instituit, et creavit, illisque nonnulla, fructus, redditus, et proventus, et jura ad dictos Ecclesiam Tudensem ac Decanum, et Capitulum, spectantia, applicavit, necnon Archidiaconatus, Canon. et Praeben. et Beneficia hujusmodi diversis personis contulit, et assignavit similiter de facto.

5 Postmodum vero dicto Joanne Archiepiscopo defuncto, quidam *Antonius* frater Ordinis Eremitarum S. Augustini, ipsi Joanni Archiepiscopo in eadem administratione similiter in Vicarium succesit, et Episcopum Tudensem; ac ipsos Clericos pro Archidiaconis, Canonicis, et Beneficiatis in dicta Ecclesia S. Stephani se gerentibus, Archidiaconos, Canonicos et Beneficiatis Ecclesiae Tudensis appellari voluit et mandavit: necnon ipse cum aliis Clericis supradictis fructus, redditus, proventus et jura ad Episcopum, Decanum, et Capitulum

praefatos spectantia occupavit, detinuit, et usurpavit etiam de facto. Et cum nuper in eodem Concilio fuisset provide ordinatum, quod si ab aliquibus Ecclesiis, Praelaturis, Dignitatibus, vel aliis Beneficiis ecclesiasticis quibuscumque durante hujusmodi schismate aliqua membra, et Castra, Villae seu alia bona, fructus, redditus, et jura quaecumque, de quibus forsan aliis provisum foret, vel facta collatio seu infeudatio segregata sive separata forent; hujusmodi membra, Castra, Villae vel alia bona, fructus, redditus, emolumenta, et jura ipsis Ecclesis, Praelaturis, Dignitatibus, vel aliis Beneficiis praefatis tamquam Capiti restitui deberent pariter et reintegrari.

6 Et successive Gundisalvus Martini, Joannes Roderici de Felgueyra Clerici, pro generalibus Vicariis in dicta parte dioecesis hujusmodi post obitum dicti Antonii, et subsequentis *Joannis Alfonsi*, Clericus pro Cantore Ecclesiae Portugalensis, qui postmodum ipsi Antonio in administratione hujusmodi in Vicarium successerit; necnon Alvarus Alfonsi pro de Cerveyra, et Rodericus Joannis pro de Albruia Archidiaconus, Rodericus Stephani, Joannis Dominici, Gomecius Martini, Dominicus Stephani, Laurentius Corrigia, Gundisalvus Velasci, Martinus Alfonsi, Joannes Dominici, Joannes Fernandi, Joannes Alfonsi, Gundisalvus Velasci, Alfonsus Gundisalvi, Joannes Stephani, Dominicus Alvari, Garsias Gomecii, clerici pro Canonicis, ac ceteri alii pro perpetuis Beneficiatis sive Porcionariis in eadem Ecclesia S. Stephani se gerentibus, necnon singuli Rectores Parochialium Ecclesiarum, ac Abbates, Priores, Abbatissae, Priorissae ac conventus Monasteriorum, Prioratuum, et aliorum locorum Ecclesiasticorum, ac alii universi Clerus et populus in eadem parte Dioecesis degentes, pro parte Episcopi, Decani, et Capituli praedictorum, fuissent debite requisiti, ut ad obedientiam, unitatem, et reintegrationem dictae Ecclesiae Tudensis cum humilitate redirent, et per eos occupata cum suis juribus universis eidem Ecclesiae Tudensi restituerent, ac obedientiam, reverentiam, et honorem debitos eidem Joanni Episcopo exhiberent, juxta ordinationem et decretum Concilii memorati, ac fructibus, redditibus et proventibus Episcopo, Decano, et Capitulo praefatis communiter et divisim debitis responderent; tamen ipsi Clerici, Rectores, Abbates, Priores, Abbatissae, Priorissae, Conventus, Clerus et populus id facere neglexerunt, recusarunt, et contradixerunt: necnon praefati Clerici fructus, redditus, proventus, jura, obventiones, et emolumenta ad eosdem Episcopum, Decanum, et Capitulum, communiter vel divisim in dicta parte Dioecesis spectantia, occuparunt, detinuerunt, ac usibus suis applicuerunt.

7. Praeterea inter ipsum Decanum et Capitulum ex una, necnon Clericos, Rectores, Abbates, Priores, Abbatissas, Priorissas, Conventus, Clerum et Populum praefatos partibus ex altera, super praemissis et eorum occasione materia quaestionis etc. et sic finit. Nos..... Episcopi, Decani, et Capituli supplicationibus inclinati, quae super iis ab eodem Lucido Cardinali provida facta sunt, rata habentes et grata, dictamque sententiam auctoritate Apostolica confirmantes, discretioni vestrae per Apostolica scripta mandamus, quatinus vos vel duo, aut unus vestrum, per vos vel alium, seu alios p..... restitutione debite demandan. Episcopum, Decanum, et Capitulum praefatos, vel procuratores suos, ipsorum et cujuslibet eorum nomine quantum ipsum contingit, ad corporalem possessionem, vel quasi jurisdictionis obedientiae jurium, fructuum, reddituum, et proventuum ad ipsos communiter vel divisim, et mensas Episcopalem et Capitularem hujusmodi pertinentium, amotis exinde dictis Clericis, restituatis, et reintegretis: ipsosque restitutores..... exigentiam defendat..... facientes per Clericos, Rectores, Abbates, Priores, Abbatissas, Priorissas, Conventus, Clerum et populum praefatos, Joanni Episcopo et successoribus suis Tudensibus Episcopis pro tempore, ac Decano et Capitulo praedictis, communiter vel divisim, quantum quemlibet ipsorum contingit, obedientiam, reverentiam, et honorem sibi debitos exhiberi, et de praedictis perceptis fructibus, et florenorum summa pro deductis expensis juxta..... nistri earundem condepnationis et taxationis tenorem, plenam et debitam satisfactionem impendi, contradictores per censuram Ecclesiasticam appellatione postposita, compescendo. Datum Romae apud Sanctam Mariam majorem XVI, Kal. Januarias, Pontificatus nostri anno sexto.

8 Alterius vero literae executoriae videlicet in forma Exhibita nuncupata, tenor de verbo ad verbum sequitur, et est talis. MARTINUS Episcopus servus servorum Dei. Venerabilibus fratribus Electensi, et Mindoniensi Episcopis, ac dilectis filio officiali Auriensi, salutem et Apostolicam benedictionem. Exhibita nobis pro parte venerabilis fratris nostri Joannis Episcopi Tudensis, et dilectorum filiorum Decani et Capituli Ecclesiae Tudensis, petitio continebat, quod olim ipsi in causa per eos contra dilectos filios Joannem Alfonsi pro Cantore Portugalensi et Administratore Tudensi in Parte Regni Portugaliae Ecclesiarum, necnon Gundisalvum Martini, Joannem Roderici de Felgueyra pro Canonicis et generalibus Vicariis Ecclesiae Tudensis in parte Regni hujusmodi, Alvarum Alfonsi pro de Cerveyra, Rodericum Joannis pro de Alabruia Archidiaconis, Rodericum Stephani,

Joannem Dominici, Gomecium Martini, Dominicum Stephani, Laurentium Corrigia, Gundisalvum Velasci, Martinum Alfonsi, Joannem Dominici, Joannem Fernandi, Joannem Alfonsi, Gundisalvum Velasci, Alfonsum Gundisalvi, Joannem Stephani, Dominicum Alvari, Garsiam Gomecii, clericos pro Canonicis, ac ceteros alios pro perpetuis beneficiatis sive portionariis, in Ecclesia S. Stephani de Valentia Tudensis Dioecesis se gerentibus, necnon universos Monasteriorum Abbates, Priores, Abbatissas, Priorissas, Conventus, Parochialium quoque Ecclesiarium Rectores, ac Clerum et populum in dicta parte Regni super jurisdictione, subjectione, et obedientia Ecclesiarum, Monasteriorum, Prioratuum, Capellarum, et aliorum Beneficiorum Ecclesiasticorum, saecularium, et regularium, necnon oppidorum, Villarum, Castrorum, Villagiorum, et aliorum diversorum locorum cum suis districtibus, appendentiis, membris, possessionibus, juribus et pertinentiis eisdem Episcopo Decano et Capitulo Dioecesana lege subjectorum, ac super fructibus, redditibus, proventibus, juribus, obventionibus, et emolumentis, ad ipsos Episcopum Decanum et Capitulum communiter vel divisim spectantibus, quae ipsi Clerici, Abbates, Priores, Abbatissae, Priorissae, Conventus, Rectores, Clerus, et populus, etiam communiter vel divisim occupaverant, et detinuerant, prout detinebant indebite occupata, fructus percipiendo etiam ex eisdem amota, et in Romana Curia coram dilecto filio nostro Lucido Sanctae Mariae in Cosmedim Diacono Cardinali diutius ventilata, unam pro se et contra ipsos Clericos, Abbates, Priores, Abbatissas, Priorissas, Conventus, Clerum, et populum, per quam inter cetera ipsi Clerici, Abbates, Priores, Abbatissae, Priorissae, Conventus, Rectores, Clerus et populus, et quilibet eorum quantum ipsum contingit in fructibus ex administratione, Archidiaconatibus, Canonicatibus, Praebendis, et Beneficiis hujusmodi, necnon aliis bonis ad Ecclesiam Tudensem, ac Episcopalem et Capitularem mensas praefatas communiter vel divisim quomodolibet spectantibus, à tempore motae litis hujusmodi citra percepta et in expensis coram eo in hujusmodi causa legitime factis condemnati extiterant, diffinitivam sententiam reportarunt, et super executione dictae sententiae quae etiam nulla provocatione suspensa in rem transivit judicatam, necnon restitutione fructuum, et satisfactione expensarum hujusmodi: (quae quidem expensae, ad centum florenorum auri summam taxatae fuerunt) nostras ad vos subscripta forma literas impetrarunt. Cum autem sicut eadem petitio subjungebat, Episcopus, Decanus, et Capitulum praefati dubitetur ne etiam aliqua alii in administratione, Archidiaconatibus, Canonicatibus, praebendis et be-

neficis curatis et erectis in dicta Ecclesia Sancti Stephani, necnon fructibus, redditibus, proventibus, juribus, et obventionibus ad Ecclesiam Tudensem et mensas praefatas communiter vel divisim spectantibus, lite hujusmodi sic indecisa pendenti, aut interim, se intruserint, vel imposterum intrudant, quidquid etiam pradictae literae et processus earum vigore per vos habendi, eisdem Clericis, Abbatibus, Prioribus, Abbatissis, Priorissis, Conventibus, Rectoribus, Clero, et populo, tute publicare non possint, pro parte Episcopi, Decani, et Capituli praedictorum fuit nobis humiliter supplicatum, ut providere sibi super hoc de opportuno remedio de benignitate Apostolica dignaremur.

9 Nos igitur hujusmodi supplicationibus inclinati discretioni vestrae per Apostolica scripta mandamus, quatinus vos, vel duo, aut unus vestrum per vos, vel alium, seu alios ad executionem dictae sententiae perinde etiam contra hujusmodi in eisdem etiam Administratione, Archidiaconatibus, Canonicatibus, Praebendis, et Beneficiis curatis et erectis, ut praefertur, necnon fructibus. redditibus, proventibus, juribus, et obventionibus hujusmodi jam forsan intrusos, vel imposterum intrudendos, quoad possessionem Administrationis, Archidiaconatuum, Canonicatuum, Praebendarum, et Beneficiorum curatorum, et erectorum, ut praefertur, necnon fructuum, reddituum, proventuum, jurium, et obventionum hujusmodi, eisdem Episcopo, Decano, et Capitulo, quantum quemlibet eorum contingit dumtaxat tradendum, auctoritate nostra procedatis, ac si sententia ipsa contra eos lata foret. Et nihilominus legitimis super iis per vos habendis servatis processibus, etiam quotiens expedierit aggravare curetis contradictores per censuram ecclesiasticam appellatione postposita compescendo. invocato ad hoc si opus fuerit auxilio brachii saecularis. Ceterum si eorumdem Clericorum, Abbatum, Priorum, Abbatissarum, Priorissarum, Conventuum, Rectorum, Cleri et populi, et aliorum quos hujusmodi processus continent pñtia pro monitionibus et citationibus de ipsis faciendis haberi secure nequiret; Nos vobis processus et monitionis hujusmodi, ac citationes quaslibet, per edicta publica in locis affigenda publicis, et vicinis, de quibus sit verisimilis conjectura quod ad notitiam citatorum et monitorum hujusmodi pervenire valeat, faciendi plenam et liberam concedimus tenore praesentium facultatem: et volumus quod processus, monitiones, et citationes ipsos perinde dictos monitos et citatos arctent, ac si eis intimatae et insinuatae personaliter et praesentiliter extitissent, non obstantibus Constitutionibus Apostolicis, et aliis contrariis quibuscumque. Aut si eisdem Abbatibus, Prioribus, Abbatissis, Priorissis, Conventibus, Recto-

ribus, Clero, et Populo, vel quibusvis aliis communiter vel divisim à praedicta Sede indultum existat quod interdici, suspendi, vel excommunicati non possint per literas Apostolicas non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de indulto hujusmodi mentionem. Datum Romae apud Sanctum Petrum XI. Kal. Januar. Pontificatus nostri anno sexto.

10 POST QUARUM QUIDEM literarum Apostolicarum executoriarum praesentationem et receptionem productis coram nobis certis testibus fidedignis ad informandum animum nostrum de et super in dictis literis executoriis, in forma Exhibita nuncupatis, contentis, ipsisque testibus per nos in forma juris rite receptis, juratis, et diligenter examinatis, fuimus per praefatum Magistrum Stephanum Enrici procuratorem procuratorio nomine quo supra coram nobis constitutum cum instantia debita requisiti, quatinus ad executionem dictarum literarum Apostolicarum et contentorum in eisdem procedere dignaremur juxta traditam seu directam à Sede Apostolica nobis formam. Nos igitur Petrus Episcopus, et executor praefatus volentes mandatum Apostolicum nobis in hac parte directum reverenter exequi ut tenemur; idcirco auctoritate Apostolica nobis in hac parte commissa praefatos Joannem Alfonsi pro Cantore Portugalensi et Administratore Tudensi in parte Regni Portugaliae Ecclesiarum, necnon Gundisalvum Martini, Joannem Roderici de Felgueyra pro Canonicis et generalibus Vicariis Ecclesiae Tudensis in dicta parte Regni Portugaliae, Alvarum Alfonsi pro de Cerveyra, Rodericum Joannis pro de Alabruia Archidiaconis, Rodericum Stephani, Joannem Dominici, Gometium Martini, Dominicum Stephani, Laurentium Corrigia, Gundisalvum Velasci, Martinum Alfonsi, Joannem Dominici, Joannem Fernandi, Joannem Alfonsi, Gundisalvum Velasci, Alfonsum Gundisalvi; Joannem Stephani, Dominicum Alvari, Garsiam Gomecii Clericos pro Canonicis, ac ceteros alios se perpetuos Beneficiatos sive Porcionarios in Ecclesia S. Stephani de Valentia Tudensis Diocesis gerentes, necnon universos et singulos Monasteriorum Abbates, Priores, Abbatissas, Prioriasas, Conventus, Parochialiumque Ecclesiarum Rectores, ac Clerum et populum dicta parte Regni Portugaliae, quorumcumque fructuum, reddituum, proventuum, jurium, obventionum et emolumentorum in dicta parte Regni Portugaliae existentium, ac ad praefatos Dños Episcopum, Decanum, et Capitulum Ecclesiae Tudensis communiter vel divisim pertinentium occupatores et detentores, ac etiam in eisdem Administratione, Archidiaconatibus, Canonicatibus, Praebendis, et Beneficiis creatis et erectis, ut praefertur, necnon fru-

ctibus, redditibus, proventibus, juribus, et obventionibus hujusmodi jam forsan intrusos vel imposterum intrudendos, omnesque alios et singulos quorum interest vel intererit, communiter vel divisim, ab occupatione et detentione hujusmodi amovimus, ac tenore praesentium denuntiamus amotos.

11 Et nihilominus eadem auctoritate praefatos Dominus Joannem modernum Episcopum Tudensem, ac Decanum, et Capitulum Ecclesiae Tudensis id et ad corporalem possessionem vel quasi jurisdictionis obedientiae, jurium, fructuum, reddituum, proventuum, obventionum et emolumentorum hujusmodi restituimus et reintegramus; ac tenore praesentium restituimus et reintegramus, investiendo praefatum Magistrum Stephanum Tritici procuratorem nomine quo supra, in personam dictorum Dominorum Joannis Episcopi, ac Decani et Capituli Ecclesiae Tudensis, per anuli nostri traditionem et digiti sui impositionem praesentialiter de eisdem. Et insuper quia ex informatione dictorum testium per nos, ut praemittitur, receptorum et examinatorum, invenimus contenta in dictis literis Apostolicis veritate fulciri, dictosque Joannem Alfonsi et alios Clericos, Rectores, Abbates, Priores, Abbatissas, Priorissas, Conventus, Clerumque et populum dictae Dioecesis in dicta parte Regni Portugaliae existentes, et alios supradictos jam forsan intrusos vel imposterum intrudendos in Administratione, Archidiaconatibus, Canonicatibus, Praebendis, Beneficiis, fructibus et aliis supradictis, ut praedicitur, pro publicatione et insinuatione hujusmodi nostrorum processuum in eorum praesentia aut in eorum Parochiis facienda tute adiri non posse; id circo auctoritate Apostolica, qua supra, praefatas literas Apostolicas executorias, et hunc nostrum processum ac omnia et singula in eis contenta, praefatis Joanni Alfonsi, et aliis Clericis, Rectoribus, Abbatibus, Prioribus, Abbatissis, Priorissis, Cleroque et populo in dicta parte Regni Portugaliae constitutis superius nominatis, ac aliis in Administratione, Archidiaconatibus, Canonicatibus, Praebendis, et Beneficiis creatis et erectis, ut praefertur, necnon fructibus, redditibus, proventibus, juribus, et obventionibus hujusmodi jam forsan intrusis, vel imposterum intrudendis, per hoc praesens publicum edictum, et in audientia publica literarum contraditarum more Romanae curiae legendi, ac Palaci causarum Apostolici, et Basilicae Principis Apostolorum de Urbe, necnon Ecclesiae Cathedralis Tudensis, et de Salvaterra, et Guardia, Villarum Parochialium dictae Tudensis Dioecesis in partibus in locis circumvicinis Ecclesiarum valvis, seu portis, affigendi et publicandi: vobis vero omnibus et singulis supradictis ligitime intimamus, insi-

nuamus, et notificamus, ac ad eorum et vestrum ac cujuslibet eorum, et vestrum notitiam deducimus, et deduci volumus per praesentes. Et nihilominus per hoc idem edictum modo et forma praemissis publicandum et exequendum praefatos Joannem Alfonsi et alios Clericos, Rectores, Abbates, Priores, Abbatissas, Priorissas, Conventus, Clerum, et populum dictae Dioecesis Tudensis superius nominatos, etiam intrusos, vel imposterum intrudendos hujusmodi in Administratione, Archidiaconatibus, Canonicatibus, Praebendis, Beneficiis, redditibus, et aliis supradictis, ut praedicitur, et alios quorum interest, vel interereit, communiter vel divisim requirimus, et monemus primò, secundò, tertio, et peremptoriè, eisque et eorum cuilibet in virtute sanctae obedientiae, et sub infrascriptis sententiarum poenis districte praecipiendo mandamus, quatenus infra sex dierum spatium post publicationem et executionem praesentium in valvis, seu portis ante dictis modo praemisso factas immediate sequentes, quorum sex dierum duos pro primo, duos pro secundo, et reliquos duos dies, eis et eorum cuilibet pro tertio et peremptorio termino ac monitione canonica assignamus, praefato Domino Joanni Episcopo et successoribus suis Tudensibus Episcopis pro tempore, ac Decano, Capitulo praedictis communiter et divisim, quantum quemlibet ipsorum concernit, obedientiam, reverentiam, et honorem debitus exhibeant realiter et cum effectu, ac eorum monitionibus et mandatis pareant et intendant.

12 MONEMUS insuper modo et forma praemissis, per hoc idem edictum praefatos Joannem Alfonsi et alios Clericos, Rectores, Abbates, Priores, Abbatissas, Priorissas, Conventus, Clerum et Populum dictae Dioecesis Tudensis superius nominatos, ac alios quoscumque in Administratione, Archidiaconatibus, Canonicatibus, Praebendis, et Beneficiis creatis et erectis, ut praefertur, necnon fructibus, redditibus, juribus, proventibus et obventionibus hujusmodi jam forsan intrusos vel imposterum intrudendos, quatinus infra sexaginta dierum spatium post publicationem et affixionem praesentium in valvis dictarum Ecclesiarum factas immediate sequentes, quorum sexaginta dierum viginti pro primo, viginti pro secundo, et singulos viginti dies eis et eorum cuilibet pro tertio et peremptorio termino ac monitione canonica assignamus, praefatis Dñis Joanni Epo. Tudensi, ac Decano et Capitulo dictae Ecclesiae Tudensis communiter et divisim, quantum etiam quemlibet ipsorum contingit de dictis fructibus, redditibus, proventibus, juribus et obventionibus, necnon aliis bonis ad ipsos Dños pro tempore Episcopum Tudensem, ac Decanum et Capitulum Ecclesiae Tudensis communiter et divisim, ac mensas Episcopalem et

Capitularem dictae Ecclesiae Tudensis pertinentibus, et in dicta parte Regni Portugaliae existentibus perceptis, necnon de sexaginta florenis auri de Camera, boni et justi ponderis, ratione expensarum per ipsos Dños Joannem modernum Episcopum Tudensem, ac Decanum et Capitulum Ecclesiae Tudensis, seu nomine eorum in hujusmodi lite et causa factarum, et in quibus ut praefertur, ipsi Joannes Alfonsi et alii Clerici, Rectores, Abbates, Priores, Abbatissae, Priorissae, Conventus, Clerus, et populus dictae partis Dioecesis Tudensis per praefatum Dñm Lucidum Cardinalem sententialiter condepnati existunt, necnon de quadraginta similibus florenis ratione expensarum pro dictis literis executoriis et praesentibus nostris processibus factarum, ad quos quidem quadraginta florenos expensas hujusmodi provida moderatione praevia taxavimus et taxamus per praesentes, ipsius Magistri Stephani procuratoris nomine quo supra, super expensis ipsis juramento subsecuto; debitam, plenam, et integram satisfactionem et absolutionem impendent. et impendere procurent realiter et cum effectu.

13 QUOD SI FORTE ipsi Joannes Alfonsi, et alii Clerici, necnon Rectores, Abbates, Priores, Abbatissae, Priorissae, Conventus; Clerus, et populus dictae Dioecesis Tudensis superius nominati, necnon quicumque alii intrusi vel imposterum intrudendi in Administratione, Archidiaconatibus, Canonicatibus, Praebendis, Beneficiis, redditibus, et aliis supradictis hujusmodi praedictis nostris, imò verius Apostolicis, monitionibus et mandatis, non paruerint realiter, et cum effectu; Nos in eos et eorum quemlibet lapsis terminis in dictis nostris processibus contentis, ex nunc prout ex tunc excommunicationis sententiam dicta canonica monitione praemissa ferimus in his scriptis, et etiam promulgamus. Si vero praefati Joannes Alfonsi, et alii Clerici, Rectores, Abbates, Priores, Abbatissae, Priorissae, Conventus, Clerus, et populus dictae Dioecesis Tudensis supranominati, ac alii quicumque occupatores et detentores dictorum fructuum, reddituum, proventuum, jurium, obventionum, necnon alii contradictores, et rebelles praemissis nostris, imò verius Apostolicis, monitionibus et mandatis non paruerit, excommunicationibus sententiam temere incurrendo, vos omnes et singulos Dños Abbates, Priores, et alias personas Ecclesiasticas supradictas, quibus praesentes nostri processus diriguntur, communiter et divisim requirimus et monemus, vobisque et vestrum cuilibet in virtute sanctae obedientiae, et sub poenis infrascriptis, stricte praecipiendo mandamus, quatenus singulis diebus Dominicis et festivis in vestris Monasteriis, Ecclesiis et Cappellis quotiens, et quando vobis visum fuerit expedire, et pro parte dictorum dominorum Joannis

Episcopi Tudensis, ac Decani et Capituli dictae Ecclesiae Tudensis, fueritis requisit, seu alter vestrum fuerit requisitus, infra Missarum solemnia dum ibidem populi multitudo ad divina audienda convenerit, praefatos Joannem Alfonsi, et alios Clericos, necnon Rectores, Abbates, Priores, Abbatissas, Priorissas, Conventus, Clerum, et Populum dictae Dioecesis Tudensis, superius nominatos, ac alios quoscumque intrusos jam forsan, vel imposterum intrudendos in Administratione, Archidiaconatibus, Canonicatibus, Beneficiis, et aliis supradictis, ut dictum est, sic excommunicatos publicos nuntietis, et ab aliis ita nuntiari, et ab omnibus Christi fidelibus arctius evitari faciatis, donec et quosque absolutionis beneficium desuper a nobis meruerint obtinere, aut donec aliud à nobis acceperitis in mandatis.

14 Si vero praefati Joannes Alfonsi, et alii Clerici, Rectores, Abbates, Priores, Abbatissae, Priorissae, Conventus, Clerus, et Populus dictae Dioecesis Tudensis, superius nominati, ac alii quicumque jam forsan intrusi vel imposterum intrudendi, in Administratione, et aliis supradictis ut praemittitur, hujusmodi denuntiationem non curaverint, sed per quindecim dies post publicationem et affixionem praesentium modo et forma praemisso factas immediate sequentes, pertinaciter insorduerint; ex tunc processus nostros hujusmodi continuando et aggravando, attendentes quod tanto graviora sunt peccata, quanto diutius infelices animos detinent alligatos, quodque crescente contumacia, crescere debeat et poena, ne facilitas veniae audaciam tribuat delinquendi, auctoritate praedita qua fungimur in hac parte, vos Dños Abbates, Priores, Praepositos, Decanos, et alias personas ecclesiasticas requirimus et monemus, modo quo supra, vobis et vestrum cuilibet sub eisdem infrascriptis poenis et sententiis districte praecipiendo mandamus, quatenus singulis diebus Dominicis et festivis quotiens et quando pro parte dictorum Dominorum Joannis Episcopi Tudensis ac Decani et Capituli dictae Ecclesiae Tudensis communiter et divisim fueritis requisiti, seu aliquis vestrum fuerit requisitus, infra Missarum solemnia, dum ibidem populi multitudo ad divina audienda convenerit, praedictam denuntiationem innovando, praefactos Joannem Alfonsi, et alios clericos, Rectores, Abbates, Priores, Abbatissas, Priorissas, Conventus, Clerum et Populum dictae Dioecesis Tudensis superius nominatos, ac quoscumque jam forsan intrusos vel imposterum intrudendos in Administratione, Archidiaconatibus, et aliis supradictis hujusmodi, sic excommunicatos, pulsatis campanis et candelis accensis et demum ad terram projectis, cruce erecta, et Religione induta, aquam benedictam aspergendo ad fugandos daemones, qui sic eos de-

tinent ligatos, ac suis laqueis carceratos, orando quod Dominus noster Jesus Christus ipsos ad catholicam fidem et S. Matris Ecclesiae gremium reducere dignetur, ne eos in sali duritia et preversitate permittat dies eorum finire, cum decantatione Responsorii, *Revelabunt Cæli iniquitatem Judæ*, et cetera, ac Psalmum: *Deus laudem meam ne tacueris*, et cetera, cum Antiphona media vita, ac hujusmodi Psalmo totaliter finito, ad januas Ecclesiarum vestrarum una cum Clericis et Parochianis accedentes, et ad terrorem, ut ipsi Joannes Alfonsi, et alii Clerici Rectores, Abbates, Priores, Abbatissae, et Priorissae Conventus, Clerus, et populus dictae Dioecesis Tudensis superius nominati, et alii jam forsan intrusi vel imposterum intrudendi, in Administratione, Archidiaconatibus, Canonicatibus, Beneficiis et aliis supradictis, ut praefertur, eo citius ad obedientiam redeant, tres lapides adversus domos habitationum suarum projiciendo in signum maledictionis aeternae quam Deus dedit Datan et Abiron, quos terra vivos absorbuit, etiam post Missam et in Vesperis, et aliis quibuscumque horis canonicis, et praedicationibus, publicetis: ac supradictis denuntiationis innovando, denuntietis, et ab aliis ita denuntiari et publicari faciatis, et mandetis, quousque aliud à nobis vel superiori nostro habueritis in mandatis.

15 Si vero praefati Joannes Alfonsi, et alii Clerici, Rectores, Abbates, Priores, Abbatissae, Priorissae, Conventus, Clerus, et Populus dictae Dioecesis Tudensis, superius nominati, et alii intrusi vel imposterum intrudendi in Administratione, Archidiaconatibus, Canonicatibus, Beneficiis, et aliis supradictis, ut praefertur, denuntiationem et innovationem hujusmodi per alios quindecim dies immediate sequentes, animo, quod absit, sustinuerint indurato; ex tunc processus nostros hujusmodi reaggravando requiratis et moneatis, auctoritate praedicta modo et forma praemissis, omnes et singulos Christi fideles utriusque sexus, quo nos etiam tenore praesentium sic requirimus, et monemus, eisque et eorum cuilibet in virtute Sanctae Obedientiae et sub excommunicationis poena, quam in quemlibet contra facientem ferimus in his scriptis, districtius injungatis, prout nos etiam tenore praesentium injungimus, sic eisdem et praesertim familiaribus et servientibus praefatorum denuntiatorum, quatinus infra sex dierum spatium post monitionem et requisitionem vestras hujusmodi, ut praefertur, factas, immediata sequentes, quorum sex dierum duos pro primo, duos pro secundo, et reliquos duos dies ipsis familiaribus et servientibus, ac universis et singulis Christi fidelibus utriusque sexus pro tertio et peremptorio termino, ac monitione canonica, assignetis,

quos et nos sic assignamus eisdem, ut ipsi familiares servientes, à familiaritate et servitio, ceterique Christi fideles omnes utriusque sexus à participatione et communione ipsorum denuntiatorum, et aggravatorum, penitus et omnino desistant, et quilibet eorùm desistat, nec cum eisdem denuntiatis et aggravatis serviendo, loquendo, sedendo, assurgendo, stando, ambulando, salutando, hospitando, comedendo, bibendo, molendo, cibum, potum, ignem, aquam, vel alia quaecumque vitae seu usus necessaria quomodolibet ministrando, aut alio quovis humanitatis solatio ullo modo amplius participare praesumant, seu eorum alter praesumat. Quod si contrarium fecerint, seu alter eorum fecerit, Nos in eos et eorum quemlibet contra facientem ex tunc prout ex nunc, in his scriptis dictam sex dierum canonica monitione praemissa excommunicationis sententiam ferimus, et etiam promulgamus. Et nihilominus..... omnes et singulos supradictos, et praesertim ecclesiasticas personas, modo et forma praemissis auctoritate qua supra requirimus et monemus, quatinus singulis diebus Dominicis et festivis, quotiens et quando pro parte dictorum dominorum Joannis Episcopi Tudensis, ac Decani et Capituli dictae Ecclesiae Tudensis, fueritis requisiti, seu alter vestrum fuerit requisitus, praefatos familiares et servientes dictorum denuntiatorum et aggravatorum, cum eisdem modo premisso participantes, in vestris Monasteriis, et Cappellis infra Missarum solemnia, dum ibidem populi multitudo convenerit ad divina audienda, per nos ut praemittitur excõmunicatos publice nuntietis, et ab aliis denuntiari, et ab omnibus Christi fidelibus arctius evitari faciatis, donec et quousque absolutionis beneficium meruerint obtinere, et aliud à nobis vel superiori nostro habueritis in mandatis. Volumus autem et dicta auctoritate omnibus Christi fidelibus praecipimus, ac modo et forma praemissis mandamus, sub poenis et sententiis infrascriptis, ne aliquis eorum dictis denuntiatis, aut alter eorumdem quamdiu in hujusmodi rebellione perstiterint vel perstiterit et obedire non curaverint, sive non curaverit, super debitis et aliis negotiis in foro ecclesiastico et saeculari respondere praesumat, sed eis ut praemittitur rebellibus omnis judicii ordo et actus judicialis praecludatur penitus et negetur: nec eorum testimoniis fides adhibeatur: ipsi tamen aliis omnino respondere teneantur.

16 Si vero praefati Joannes Alfonsi, et alii Clerici, Rectores, Abbates, Priores, Abbatissae, Priorissae, Conventus, Clerus et populus dictae Dioecesis Tudensis, superius nominati, et alii jam forsan intrusi, vel imposterum intrudendi in Administratione, Archidiaco-

natibus, Canonicatibus, Beneficiis, et aliis supradictis, ut praefertur, sic denuntiati, aggravati et reaggravati, per alios quindecim dies post dictos triginta dies immediate sequentes praemissa omnia et singula sustinuerint, animis induratis Pharaonis duritiam imitando, ad modum aspidum surdarum aures suas obturantium, ne vocem audiant incantantium; Nos enim ex nunc prout ex tunc dictis quindecim diebus elapsis, quem terminum eis et eorum cuilibet super hoc pro primo, secundo, tertio, et peremptorio termino ac monitione canonica assignamus; omnes et singulas Civitates, Oppida, Terras, Castra, Villas, suburbia, quarumcumque Ecclesiarum, tam Cathedralium quam Collegiatarum, Collegia, Parochias, et generaliter quaecumque loca in et sub quibus dicti denuntiati, aggravati, et reaggravati fuerint, aut ipsos morari, et ad quas et quae eosdem declinare contigerit, quamdiu ibidem fuerint, in his scriptis ecclesiastico supponimus interdicto, mandando vobis omnibus, et singulis, modo et forma quibus supra, sub infrascriptis sententiis et poenis, quatenus ex tunc quamdiu praefati Joannes Alfonsi, et alii Clerici, Rectores, Abbates, Priores, Abbatissae, Priorissae, Conventus, Clerus et populus dictae Dioecesis Tudensis supranominati, et quicumque alii jam forsan intrusi vel imposterum intrudendi in Administratione, Archidiaconatibus, Canonicatibus, Beneficiis, et aliis supradictis, ut praemittitur, in locis praedictis fuerint, cessetis et ab aliis cessari faciatis, apertis januis et in praesentia populi, à divinis. Quam quidem cessationem per tres dies, duos continuos post ipsorum seu alterius eorumdem recessum, continuetis, et observetis, et ab aliis continuari et observari faciatis, et permittatis, ita et taliter quod hujusmodi stante Interdicto, nulla sacramenta ecclesiastica in et sub eisdem locis, in et sub quibus praedicti denuntiati, aggravati, et reaggravati fuerint, penitus ministrentur, nisi poenitentia et Baptismus omnibus indiferenter, et Eucharistia infirmis tantum, ac matrimonium sine ecclesiastica solemnitate contrahatur, in quibus et sub eisdem locis decedentibus ecclesiastica sepultura denegetur.

17 Si vero praenominati denuntiati, aggravati et reaggravati, infra alios quindecim dies dictos terminos immediate sequentes, processibus hujusmodi et mandatis nostris supradictis non paruerint cum effectu (quod Deus avertat) Nos attendentes quod mucrone non proficiente ecclesiastico temporalis gladius non immerito suffragantur, ut quos timor Dei à malo non revocat, temporalis saltem coerceat severitas disciplinae; HINC est quod vos illustrissimos Principes et Dños Dños Castellae et Legionis ac Portugaliae et Algarbii Reges, justitiae

zelatores in Dño exhortamur, necnon Vos Dños Duces, Comites, Barones, Comestabiles, Bavilos, Bailivos, justitiarios, Officiarios, Advocatos, Capitaneos, et alios ab ecclesiastica vel auctoritate Regia temporalem jurisdictionem exercentes, quibus praesentes nostri processus diriguntur, auctoritate Apostolica qua supra tenore praesentium requirimus et monemus, primo, secundo, tertio et peremptorie, communiter et divisim, vobisque nihilominus et vestrum cuilibet in virtute sanctae obedientiae et sub infrascriptis sententiarum poenis districte praecipiendo mandamus, quatenus infra sex *dierum terminum* elapsum omnium et singulorum terminorum praedictorum, et postquam hujusmodi nostri processus vobis aut vestrum alicui in jurisdictionibus et districtibus vestris fuerint publicati, immediate sequentes, quorum sex dierum duos pro primo, duos pro secundo, et reliquos duos dies vobis et vestrum cuilibet pro tertio et peremptorio termino ac monitione canonica assignamus; vos omnes et singuli Dñi Reges, Duces, Comites, Officiales, justitiari et aliae saeculares..... et vestrum quilibet, quorum omnium super hoc brachii saecularis invocamus auxilium, quotiens et quando pro parte dictorum dominorum Joannis Episcopi, ac Decani et Capituli dictae Ecclesiae Tudensis pro tempore existentium vigore praesentium fueritis requisiti, seu alter vestrum fuerit requisitus, in juris subsidium contra praefatos denuntiatos, aggravatos, et reaggravatos, auctoritate qua supra per captionem, invasionem, incarcerationem, et detentionem personarum, corporum, et rerum dictorum denuntiatorum, aggravatorum, et reaggravatorum, insurgatis, et alios insurgere faciatis, ac personas, corpora, et res eorundem capiatis, invadatis, incarceretis, et in custodia teneatis, arrestetis, occupetis per vos vel alium seu alios, et quilibet vestrum qui super hoc requisitus fuerit, capiat, invadat, incarceret, et custodiat, detineat, occupet, ac arrestet libere et licite, super quibus omnibus et singulis vobis lici..... s..... ctem per praesentes concedimus: dictosque denuntiatos, aggravatos, et reaggravatos, ita et taliter astringatis et compellatis, potenter et manu forti, absque tamen gravi lesione corporum eorundem, usque ad integram satisfactionem omnium et singulorum praemissorum dictis Dominis Joanni Episcopo, Decano, et Capitulo Ecclesiae Tudensis impendentes, ac donec et quousque dicti Joannes Alfonsi, et alii Clerici, necnon Rectores, Abbates, Priores, Abbatissae, Priorissae, Conventus, Clerus, et populus dictae Dioecesis Tudensis, superius nominati, necnon alii quicumque jam forsan intrusi, vel imposterum intrudendi in Administratione, Archidiaconatibus, Canonicatibus, Beneficiis, et aliis supra-

dictis ut praefertur, de dictis fructibus, redditibus, proventibus, juribus, et obventionibus, necnon aliis bonis ad ipsos Dominos pro tempore Episcopum Tudensem ac Decanum et Capitulum Ecclesiae Tudensis communiter et divisim, ac mensas Episcopalem et Capitularem ejusdem ..... supradicta parte Regni Portugaliae pertinentibus perceptis, necnon de florenorum summis pro expensis praedictis satisfecerint competenter, ac donec et quousque iidem Joannes Alfonsi, et alii Clerici, necnon Rectores, Abbates, Priores, Abbatissae, Priorissae, Conventus, Clerus et populus dictae Dioecesis Tudensis, superius nominati, et alii intrusi vel imposterum intrudendi in Administratione, Archidiaconatibus, Canonicatibus, Beneficiis, et aliis supradictis, ut dictum est, dènun*tiati aggravati et reag*gravati, à predictis, rebellione et impedimentis destiterint, et ad gremium Sanctae Matris Ecclesiae redierint, beneficiumque absolutionis à praedictis sententiis meruerint obtinere, aut aliud à Nobis, vel superiori nostro receperitis in mandatis.

18 INHIBEMUS praeterea vobis omnibus et singulis supradictis, tam Ecclesiasticis quam saecularibus personis cujuscumque dignitatis, status, gradus, ordinis, aut praeeminentiae extiterit, ne praenominatis Joanni Alfonsi..... *Rectori*bus, Abbatibus, Prioribus, Abbatissis, Priorissis, Conventibus, Clero et populo dictae Dioecesis Tudensis, superius nominatis, necnon aliis jam forsan intrusis, vel imposterum intrudendis in Administratione, Archidiaconatibus, Canonicatibus, Beneficiis, et aliis supradictis, ut praedicitur, vel procuratoribus eorum nomine, quominus praesentis nostri processus, et in eis contenta, debite executioni demandentur, ac omnia et singula supradita suum debitum sortiantur effectum, impedimentum aliquod praestetis, seu praestet, nec impedientibus de..... auxilium, consilium, vel favorem, publice vel occulte, directe vel indirecte, quovis quaesito colore. Quod si forte vos Illustrissimi et Serenissimi Principes, et Dñi Dñi Reges executores justitiae praesentis nostri processus et mandatorum nostrorum, imò verius Apostolicorum, transgressores, contradictores, vel neglectores fueritis, quod tamen vestrarum Serenitatum praefulgidarum in obedientia suspicari non sinit; proculdubio etiam judicium justi judicis offenderetis, et p..... executione hujusmodi justitiae à Deo paratum nihilominus amitteretis. Et licet vos hujusmodi nostris sententiis infrascriptis prout feruntur et promulgantur, sic ligari nolumus, vobis ob reverentiam vestrarum Regalium Majestatum non immerito deferentes intuitu tamen justitiae, et ob sedis Apostolicae et reverentiam vestrarum Se-

renitatum ad praefatam executionem efficaciter administrandam prout ad ipsas Serenitates vestras spectat et pertinet, exhortamur. Si vero vos Reverendis..... Archiepiscopi, Episcopi, Duces, Comites, Barones, Judices, Officiales, Justitiarii, et alii praenominati, tam ecclesiasticae, quam saeculares personae, supradictis mandatis non parueritis, seu alter vestrum non paruerit cum effectu, aut aliquid in contrarium feceritis, seu alter vestrum fecerit; Nos in vos omnes et singulos supradictos, tam ecclesiasticas, quam saeculares personas, si in praemissis aliquo modo culpabiles fueritis, aut praedictis Dnis Joanni Episcopo Tudensi, ac Decano et Capitulo..... impedimentum aliquod praestiteritis, quominus omnia et singula supradicta suum debitum sortiantur effectum aut impedien..... eos dante..... auxilium consilium vel favorem, et generaliter in singulos contradictores in hac parte et rebelles, excõmunicationis..... In Capitula vero sive Conventus quorumcumque rebellium, suspensionis à Divinis, necnon in Castro, Universitates, Villas, et districtus ac Monasteria, et alia loca quorumcumque inobedientium et rebellium interdicti..... ex nunc prout ex tunc, et ex tunc prout ex nunc supradictis canonicis monitionibus praemissis in his scriptis ferimus, et etiam promulgamus. Vobis vero Reverendis Patribus Dñis Archiepiscopis, et Episcopis, ob reverentiam vestrarum Pontificialium dignitarum deferendum duximus in hac parte, si contra praemissa vel aliquod praemissorum feceritis per vos vel submissam personam, vos dictis canonicis monitionibus praemissis ex nunc prout ex tunc ingressum Ecclesiae..... et si hujusmodi interdictum per sex dies postquam ad vestram notitiam pervenerit immediate sequentes, sustinueritis, vos in scriptis ex nunc prout ex tunc suspendimus à divinis. Si vero praefatas interdicti et suspensionis sententias per alios sex dies immediate sequentes sustinueritis animis (quod absit) induratis; vos simili canonica monitione praemissa ex tunc prout ex nunc, et ex nunc prout ex tunc in his scriptis, eãdem excommunicationis sententia innodamus.

19 CETERUM cum ad executionem ulteriorem hujusmodi negotii faciendam nequeamus quoad praesens pluribus aliis arduis negotiis in Romana Curia praepediti, personaliter interesse, Universis et singulis Dñis Abbatibus, Prioribus, Praepositis, Decanis, Archidiaconis, Scholasticis, Cantoribus, Sacristis, Succentoribus, tam Cathedralium, quam Collegiatarum Canonicis, Parochialiumque Rectoribus Ecclesiarum, ac loca tenentibus eorumdem plebanis', vice plebanis, *Capellanis* curatis, et non curatis, Vicariis perpetuis, ceterisque Pres-

byteris, Clericis, Notariis, et Tabellionibus publicis quibuscumque per civitates et Dioeceses praedictas, et aliis ubilibet constitutis, tenore praesentium plenarie committimus literas nostras, donec eas ad nos duxerimus revocandas, quosque et eorum quemlibet requirimus et monemus, primo, secundo, tertio et peremptorie, ipsisque et eorum cuilibet in virtute sanctae obedientiae et sub excommunicationis poena, quam in eos et eorum quemlibet, si ea quae eis in hac parte committimus et mandamus, neglexerint contumaciter adimplere; ex nunc prout ex tunc ferimus in his scriptis, districte praecipiendo mandamus, quatenus infra sex dies post publicationem et notificationem praesentium ipsis seu eorum alteri factas immediate sequentes, quem terminum eis et eorum cuilibet pro primo, secundo, tertia et peremptorio termino ac monitione canonica assignamus, praefatas literas Apostolicas executorias, et praesentes nostros processus, ac in eis contenta, valvis dictarum et aliarum Civitatum, ac locorum vicinorum, ubi tutè fieri poterit, ubi quando et quotiens requisiti fuerint, aut alter eorum fuerit requisitus, communiter vel divisim intiment, legant, affigant, publicent, et insinuent, et ad vestrorum et aliorum quorumcumque Christi fidelium in materna lingua et alias prout melius poterunt, exponant, et alia praemissa executione debite demandent.

20 ET NICHILOMINUS omnia alia et singula nobis in hac parte commissa plenarie exequantur juxta traditam seu directam à Sede Apostolica nobis formam: ita tamen quod ipsi subdelegati nostri, vel alter eorum, aut quicumque alius nichil in praejudicium dictorum Dominorum Episcopi, Decani, et Capituli, valeant attemptare: nec in processibus nostris hujusmodi et sententiis per nos latis absolvendo vel suspendendo aliquid immutare. Et si forte contingat, nos in aliquo super praemissis procedere, de quo nobis potestatem omnimodam reservamus, non intendimus propter hoc commissionem nostram hujusmodi in aliquos revocare, nisi de revocatione ipsa specialem et expressam in nostris fecerimus literis mentionem. Per hunc autem nostrum processum nolumus, nec intendimus nostris, in aliquo praejudicium Collegis, quominus ipsi vel eorum alter, servato tamen hoc nostro processu, possint et valeant in hujusmodi negotio procedere, prout ipsis vel eorum alteri vissum fuerit expedire. Praefatas quoque literas Apostolicas, et hunc nostrum processum volumus penes Dños Episcopum Tudensem, Decanum et Capitulum dictae Ecclesiae Tudensis pro tempore, vel eorum procuratores, remanere: et non per vos, aut quemvis alium, contra ipsorum voluntatem quomo-

dolibet detineri, aut de locis quibus hujusmodi processus affigantur, quomodolibet detineri. Mandamus tamen vobis, et aliis quorum interest, copiam fieri de praemissis ipsam petentibus, et habere debentibus, petentium quidem sumptibus et expensis. Contrarium vero facientes, praefatis nostris sententiis, prout in scriptis latae sunt, ipso facto volumus subjacere. Absolutionem vero omnium et singulorum praemissorum, qui praefatas nostras sententias vel earum aliquam incurrerint, seu incurrerit, quoquomodo nobis, vel superiori nostro tantummodo reservamus.

21 LOCA vero audientiae publicae, ac valvarum, et locorum praedictorum, tamquam publica et idonea ad processus nostros hujusmodi publicandos, duximus eligenda ad instar edictorum publicorum, quae olim in Albo Procuratorum scribebantur, ut per ipsorum inspectionem et lecturam cunctis fiant manifesta. Volentes igitur et dicta auctoritate Apostolica decernentes, quod dicti nostri processus modo et forma quibus supra publicati praenominatos Joannem Alfonsi, et alios Clericos, Rectores, Abbates, Priores, Abbatissas, Priorissas, Conventus, Clerum et populum dictae Dioecesis Tudensis, ac alios quoscumque jam forsan intrusos, vel imposterum intrudendos in Administratione, Archidiaconatibus, Canonicatibus, Beneficiis, et aliis supradictis, ut praefertur, denuntiatos, aggravatos, reaggravatos, et eorum quemlibet sic arceat et astringat, ac si in ipsorum praesentia iidem processus lecti fuissent et publicati, cum non sit verisimile apud ipsos sic denuntiatos, aggravatos et reaggravatos, remanere incognitum, quod tam patenter et notorie omnibus extitit publicatum.

22 IN QUORUM omnium et singulorum fidem et testimonium praemissorum, praesentes literas, et hunc nostrum processum ex inde fieri, et per Notarium publicum infrascriptum subscribi mandavimus, nostrique sigilli jussimus appensione communiri. Datum et actum Romae in domo habitationis nostrae sub anno à Nativitate Domini millesimo quadringentesimo vicesimo tertio. Indictione prima, die vero vicesima tertia mensis Januarii, Pontificatus praefati Dñi nostri Papae Martini Quinti anno sexto. Praesentibus ibidem Reverendis Patribus Dominis Joanne de Fabreca, electo confirmato Ecclesiae Lascurrensis, Sacri Palatii causarum Apostolici auditore, fratre Bernardo de Ruppe Ordinis Minorum in Sacra Theologia Magistro, et Joanne de Campo, Clerico Leodiensis Dioecesis, familiari nostro, Testibus ad praemissa vocatis specialiter, et rogatis.

(Signa hic facta à Notario.)

23 Et ego Ugerius Luppi de Galgones, Clericus Ilerdensis Diocesis, publicus Apostolica auctoritate Notarius, praemissis omnibus sic peractis, et dum ut praemititur per Reverendum in Christo Patrem Dominum Petrum Electensem Episcopum Judicem et executorem praefatum, et coram eo agerentur, dicerentur, et fierent, una cum praenominatis Testibus praesens interfui, eaque omnia et singula supradicta sic fieri vidi, et audivi, ac in notam recepi, indeque hoc praesens publicum instrumentum extraxi, signoque meo consueto simul cum appensione sigilli memorati Domini Executoris signavi, in fidem et testimonium omnium et singulorum praemissorum rogatus et requisitus.

24 *Sigillum hìc Carte appensum ex cera rubra, cum imagine Episcopi, ad cujus pedes stemmata gentilitia: litterae quae circum, detritae. Ex aversa parte sigillum, non cerae rubri coloris, sed nativi.*

25 *A tergo Bullae originalis constat, lectam publice à Magistro Alphonso de Camporegali, literarum contraditarum Lectore, ad instantiam Dñi Stephani Tritici, Scholastici Tudensis, praedicti Episcopi et Capituli Tudensis procuratoris: pauloque post Valvis Sacri Palatii instrumentum ipsum affixum, demum inde remotum, testatur Notarius publicus his verbis*: Ego Henricus Alphusensis, Clericus Osmalgensis Dioecesis, publicus Notarius... ac Curiae praedictae Scriba... et aliis praemissis interfui, ac affixiones et remotiones praeditas feci; ideo.... publicum instrumentum signo et nomine nostris solitis signavi rogatus (1).

---

(1) Flores, *España Sagrada*, P. 1.ª tom. 22.º append. XXI.

N.º 3.

Bulla de Nicolau V, Etsi de Singulis orbis ecclesiae, *de* 27 *de Junho de* 1452, *pela qual desmembrou dos Bispados de Tuy e de Badajoz, as terras e rendas que estavam dentro de Portugal, e as incorporou no Bispado de Ceutã.*

Nicolaus Episcopus Servus Servorum Dei. Venerabili Fratri Episcopo Elborensi, Salutem et Apostolicam Benedictionem. Etsi de singulis orbis ecclesiis, quibus nos praetulit Apostolica praeeminentia dignitatis, illarumque praelatis, et personis, ut ipsorum dignitatis et status compensata decentia debite respondeant facultates, assiduis tenemur cogitare studiis, ad ipsas tamen Ecclesias, quas in inimicorum christi nominis faucibus constitutas temporalium rerum premit inopia eo propensius convertere debemus solicitudinis nostrae curam ut illis presidentium aliarumque personarum suarum necessitatibus oportune provideatur quo si ipsorum egestas eos ecclesias ipsas urget deserere, maiora inde pericula et dispendia evenire formidantur. Dudum siquidem per felicis recordationis Eugenium papam quartum predecessorem nostrum accepto quod licet olim dum Civitas Ceptensis per inclitae memoriae Johanem Portugaliae et Algarbii Regem illustrem altissimo disponente ab infidelium Sarracenorum Christiani nominis inimicorum per quos occupata detinebatur potestate armata manu erepta fuerat in illa apostolicae sedis auctoritate sub vocabulo beatissime dei genitatis ecclesia pontificali honore adornata cum Altaribus et juribus et insigniis Cathedralibus institutis in ea Canonicatibus et prebendis dignitatibus personatibus administrationibus officiis et aliis beneficiis ecclesiasticis cum cura et sine cura primaria vice et quotiens illa vocare exinde contingeret ydoneis que in ecclesia et super altaribus predictis Missa et alia divina officia perpetuis futuris temporibus celebrarent personis conferendis erecta fuisset, tamen Episcopus Ceptensis pro tempore, ac dilecti filii Canonici et personae dictae ecclesiae pro eo quod diocesis Ceptensis pro maxima parte eisdem subdita dinoscebatur Sarracenis et ipsa ecclesia Ceptensis alias congrua dote carebat nullatenus haberent unde sustentari et alia eis incumbentia onera valerent supportare minime residerunt nec residerent

propter quod divinus cultus ibidem neglegeretur in non modicum obprobium religionis Christianae idem predecessor provide considerans, quod certae partes Pacensis et Tudensis Dioecesis infra Portugaliae et Algarbii Regnorum limites consistentes per speciales in temporalibus et spiritualibus per dictam sedem deputatos Administratores Portugalenses ex dispositione ipsius sedis a nonullis retractis temporibus recte et gubernatae fuerunt tumeque regebantur et gubernabantur ac quod sub suorum Episcoporum regiminibus verisimiliter pervenire non deberent quod que Episcopus, Canonici, et personae predicti decentius vivere et commodius eadem onera supportare possent, si dictae partes ab ipsis Pacensibus et Tudensibus ecclesiis in Regnis Castellae et Legionis constitutae, dimembratae prefatae ecclesiae Ceptensis cum omnibus juribus et pertinentiis suis ad dictas Pacenses et Tudenses ecclesias pertinentibus eidem Ceptensi Ecclesiae imperpetuum incorporarentur annecterentur et unirentur ac volens necessitatibus et indigentiis Episcopi Capituli Canonicorum et personarum predictorum necnon salute animarum illorum, qui ipsam civitatem Ceptensem inhabitant consulere auctorita apostolica ex certa scientia, et de apostolicae potestatis plenitudine partes prefatas in Regno Portugaliae existentes quarum fructus redditus et proventus Septagintarum librarum Turonensis parvorum secundum communem extimationem valorem annuum ut idem predecessor etiam acceperat non excedebant cum omnibus juribus et pertinentiis supradictis a Pacensi et Tudensi ecclesiis prefatis dimembravit segregavit et separavit easque pro diocesi ac ipsarum fructus redditus et proventus pro dote eidem Ceptensi Ecclesiae deputavit et assignavit Itaquod cedentibus vel decedentibus tunc existentibus dictarum partium administratoribus sive partes illas quomodolibet alias dimittentibus simul vel successive liceret Episcopo prefato per se vel alium seu alios corporalem possessionem partium et illarum jurium et pertinentiarum predictorum actoritate propria libere apprehendere ipsasque partes in spiritualibus et temporalibus regere et gubernare ac ab eis fructus redditus et proventus percipere et levare ac in suos et dictae ecclesiae Ceptensis usus juxta modum et forma subscriptos convertere et perpetuo retinere Pacensis et Tudensis Episcoporum ac cujusvis alterius licentia aut consensu super hoc minime requisitus statuens etiam et decernens ex tunc inantea perpetuis futuris temporibus dictas partes cum prefatis suis juribus et pertinentiis suis sicut ad Pacensem et Tudensem pertinuerunt ad Ceptenses Ecclesias predictas pleno jure pertinere et in ipsa Ceptensi Ecclesia pro Missis et aliis divinis officiis

diurnis pariter et nocturnis undecim Canonicorum, qui in sacerdotio deberent esse constituti et Capitulum simul facerent ac quorum unus decanus, qui in illa, et extra eam primum locum post Episcopum obtineret et Capitulo presset necnon alius Cantor qui specialius rescipere teneretur chorum et alius Sachrista qui custodire haberet vestimenta et paramenta atque alia sacro usui deputata ipsius Ceptensis Ecclesiae et animarum curam omnium in Civitate eadem habitantium gereret existerent, et quatuor aliorum beneficiatorum duntaxat numerum esse ac de fructibus redditibus et proventibus juribus obventionibus et emolumentis partium predictarum singulis ex undecim canonicis Triginta et singulis aliis beneficiatis Septem cum dimidio florenos auri de Camera singulis annis absque ulla difficultate solvendos ministrari ac residuum eorundem Episcopo prefatis remanere necnon fructus redditus proventus, jura obventiones et emolumenta ex quibuscunque aliis quam exipsis partibus ad eandem Ceptensem ecclesiam quovis modo spectantibus rebus et bonis pro tempore provenientia pro una Episcopo et pro alia mediatatibus illorum undecim Canonicis et quatuor aliis beneficiatis cedere de medietate quoque undecim Canonicis et quatuor aliis beneficiatis cedente hujusmodi singolos ex ipsis Canonicis singulas equales ac dictos alios quatuor beneficiatos tantam quantam unus canonicorum eorundem perciperet porciones percipere debere aliis etiam circa ea constitutionibus et ordenationibus et penis adjectis prout in dicti predecessoris inde confectis litteris plenius continetur; postmodum vero nos qui dicto predecessore sicut altissimo placuit sublato de medio fuimus divina favente clementia ad apicem summi apostolatus assumpti rationabilibus suadentibus causis omnes uniones annexiones et incorporationes de quibusvis cathedralibus et aliis ecclesiis invicem vel aliis ecclesiis dignitatibus personatibus officiis beneficiis et locis quomodolibet apostolica vel alia quavis auctoritate factas propter quas illorum intererat sic uniterum possessionem pacificam tunc non obtinebant revocavimus cassavimus et irritavimus nulliusque decrevimus existere firmitatis. Et sicut exhibita nobis nuper pro parte carissimo in Christo filii nostri Alfonsi Portugaliae et Algarbii Regis illustris petitio continebat, cum post revocationem, cassationem et irritationem hujusmodi quondam Petrus Gundisalvus qui alterius predictarum partium dum viveret administrationem auctoritate apostolica gessit, fuisset extra Romanam Curiam vita functus venerabilis frater noster Johannes Episcopus Ceptensis ejusdem partis possessionem litterarum necnon unionis et incorporationis predictarum obtentum apprehendit li-

cet de facto ac illam ex tunc detinuit illius fructus redditus et proventus in usus premissos alias tamen juxta constitutionem et ordenationem predecessoris hujusmodi convertendo et dilectus filius Magister Fernandus Alvari dalmeida notarius noster dictae alterius partis Administrator auctoritate apostolica deputatus omni juri sibi in administratione hujusmodi vel ad eam quomodolibet competenti illius possessione per eum non habita coram quibusdam notario publico et testibus extra predictam curiam sponte et libere cessit. Cum autem sicut eadem petitio subjungebat causae premissae propter quas unio, annexio, et incorporatio praedictae de dictis partibus ut premittitur factae fuerunt oportune requirant ut unionis, annexionis et incorporationis de dictis partibus factarum hujusmodi succedat effectus et ut per predictum Episcopum gesta in eo quo dictam alteram partem cujus possessionem ut premittitur aprehendit, concernunt nostrae opitulationis ministerio validentur pro parte dicti Alfonsi Regis nobis fuit humiliter supplicatum ut providere super hiis salubriter de benignitate apostolica dignaremur Nos igitur hujusmodi supplicationibus inclinati fraternitati tuae per apostolica scripta mandamus, quatinus vocatis dicto fernando et aliis qui fuerunt evocandi si et post quam tibi de cessione hujusmodi legitime constiterit illam si alias rite admissa non fuerit auctoritate nostra hac vice admittas et si premissa per predictum predecessorum accepta reppereris ita esse super quo tuam constientiam oneramus unionem, anexionem, incorporationem de dictis partibus factas ac litteras supradictas necnon omnia alia in dictis litteris contenta ac per ipsum predecessorem facta in idem robur eundemque vigorem in quibus ante revocationem cassassionem et irritationem predictas extiterant eadem auctoritate restituas et nichilominus partes predictas mense episcopali Ceptensi cujus fructus redditus et proventus Centum librarum semilium secundum extimationem predictam valorem annuum ut asseritur non excedunt sub onere ac modis quibus unio annexio et incorporatio predictae de illis factae sunt de novo perpetuo unias, incorpores et annectas Itaquod liceat dicto Episcopo pro tempore existenti alterius nunc administratore carentis ex nunc de novo necnon reliquae earundem partium quam primum illam etiam administratore carere contigeret possessionem ex tunc auctoritate propria apprehendere illarumque fructus, redditus et proventus in supradictos usos convertere juxta tenorem litterarum predictarum dictorum Pacensis et Tudensis Episcoporum et cujuscunque alterius super hoc licentia et consensu minime requisitis volumus autem quod si per te restituitionem ac de

novo unionem, annexionem et incorporationem hujusmodi fieri contigerit omnia et singula per prefatum predecessorem nostrum in prefatis litteris statuta et ordinata firmiter observentur sub penis per eum circa ea adjectis. Non obstantibus revocatione cassatione, et irritatione predictis necnon omnibus quae predecessor predictus in dictis litteris non obstare voluit ceterisque contrariis quibuscumque. Nos insuper si restitutionem, unionem, annexationem et incorporationem hujusmodi de novo per te fieri contigerit ut prefertur ex nunc irritum decernimus et inane si secus super hiis a quoquam quavis auctoritate scienter vel ignoranter contigerit attemptari. Datum Romae aput sanctum Petrum Anno Incarnationis dominicae Millesimo quadrigentesimo quinquagesimo secundo quinto Kalendas Julii Pontificatus nostri anno sexto — Locus sigilli pendentis (1).

(1) Archivo Nacional, *Mapo* 8 *de Bullas*, n.° 11.

N.º 4.

Bulla de Nicolau V, Ex clementi provisioni, *de* 5 *de Agosto de* 1452, *pela qual confirmou a união e applicação, que o Papa Eugenio IV havia feito ao Bispado de Ceuta, das rendas pertencentes ao Bispado de Badajoz, que estavam no Reino de Portugal, e que do mesmo Bispado havia desmembrado o dito Papa.*

Nicolaus Episcopus Servus Servorum Dei. Ad perpetuum rei memoriam. Ex clementi provisione sedis apostolicae necnon ecclesiasticarum presertim pontificali dignitate preditarum personarum devotione et meritis noscitur provenire ut Romanus Pontifex quandoque a predecessoribus suis Romanis pontificibus in personarum earundem ac illarum ecclesiarum favorem commodum et utilitate gesta etiam ab eo postea revocata corroboret et confirmet necnon ut debitum sortiantur effectum opem et operam impendit efficaces. Dudum siquidem per felicis recordationis Eugenium papam quartum predecessorem nostrum accepto quod, licet olim dum Civitas Ceptensis per inclitae memoriae Johannem Portugaliae et Algarbii Regem altissimo disponente ab infidelium Sarracenorum christiani nominis inimicorum per quos occupata detinebatur potestate armata manu erepta fuerat in illa apostolica sedis auctoritate ad laudem ipsius a quo cuncta bona procedunt et sanctorum omnium sub vocabulo beatissimae dei genitricis semper virginis Mariae ecclesia pontificali honore adornata cum altaribus ac juribus et insigniis Cathedralibus intitutis in ea canonicatibus et prebendis dignitatibus personatibus administrationibus officiis et aliis beneficiis ecclesiasticis cum cura et sine cura primaria vice et quotiens illa exinde vacare contingeret ydoneis que in ecclesia et super altaribus predictis Missas et alia divina officia perpetuis futuris temporibus celebrarent personis conferendis erecta foret tamen Episcopus Ceptensis pro tempore ac dilecti filii canonici et personae dictae ecclesiae pro eo quod diocesis Ceptensis pro maxima parte eisdem subdita dinoscebatur Sarracenis, et ipsa ecclesia Ceptensis alias congrua dote carebat nullatenus habebant unde sustentari et alia eis incumbentia onera aliquatenus valerent supportare minime resederant nec residebant et per inde erat quoad effectum ac si dicta constitutio fa-

cta non fuisset propter quod cultus divinus ibidem negligebatur in non modicum opprobium religionis christianae dictus predecessor provide considerans quod certae partes Pacensis et Tudensis diocesis infra dictorum Regnorum limites consistentes per speciales in spiritualibus et temporalibus per dictam sedem deputatos administratores Portugalenses ex dispositione ipsius sedis a nonnullis retroactis temporibus recte et gubernatae fuerant tuncque regebantur e gobernabantur ac quod sub suorum Episcoporum regiminibus verisimiliter pervenire non deberent quodque Episcopus Canonici et personae predicti decentius vivere et commodius eadem onera supportare possent si dictae partes ab ipsis Pacensibus et Tudensibus ecclesiis in Regnis Castellae et Legionis constitutae, dimembratae cum omnibus juribus et pertinentiis suis ad dictas Pacenses et Tudenses ecclesias pertinentibus eidem Ceptensi ecclesiae in perpetuum incorporarentur annexarentur et unirentur necessitatibus et indigentiis Episcopi, Capituli Canonicorum et personarum predictorum necnon saluti animarum illorum qui ipsam Civitatem Ceptensem inhabitabant consulere volens ex premissis et certis aliis quas idem predecessor pro expressis haberi voluit causis auctoritate apostolica ex certa scientia et de apostolicae potestatis plenitudine partes prefatas in Regno Portugaliae existentes quarum fructus redditus et proventus ad dictas Pacenses et Tudenses ecclesias pertinentes septingentarum librarum Turonensis parvorum secundum communem extimationem valorem annuum; ut idem predecessor acceperat non excedebant cum omnibus juribus et pertinentiis supradictis a Pacensibus et Tudensibus ecclesiis prefatis penitus et omnino dimembravit segregavit et separavit easque pro Diocesi ac ipsarum fructus redditus et proventus predictos pro dote eidem Ceptensi ecclesiae deputavit et assignavit ita quod cedentibus vel decedentibus tunc existentibus partium predictarum Administratoribus sive partes illa quomodolibet alias dimittentibus simul aut successive liceret Episcopo prefato per se vel alium seu alios corporalem possesionem partium ac illarum jurium et pertinentiarum predictorum auctoritate propria libere apprehendere ipsasque partes in spiritualibus et temporalibus regere et gubernare ac ab eis fructus redditus et proventus percipere et levare ac in suos et dictae Ceptensis ecclesiae usus juxta modum et formam subscriptos convertere et perpetuo retinere Pacensis et Tudensis Episcoporum predictorum ac cuiusvis alterius licentia aut consensu super hoc minime requisitus statuens et decernens ex tunc in antea perpetuis futuris temporibus dictas partes cum prefatis suis juribus et pertinentiis sicut ad Pacensem et Tudensem

pertinuerant ad Ceptenses Ecclesias predictas plenore jure pertinere et in ipsa Ceptensi Ecclesia pro Missis et aliis divinis officiis diurnis pariter et nocturnis undecim canonicorum qui in sacerdotio esse deberent constituti et in simul cápitulum facerent ac quorum unus decanus qui in illa et extra illam post Episcopum primum locum obtineret et Capitulo preesset necnon alius cantor qui spetialius respicere teneretur chorum et alius Sachrista qui custudire haberet vestimenta et paramenta atque alia sacro usui deputata ipsius Ceptensis ecclesiae et animarum curam omnium in eadem Civitate habitantium gereret, existerent et quatuor aliorum beneficiatorum duntaxat numerum esse ac de fructibus redditibus et proventibus juribus obventionibus et emolumentis partium predictarum singulis ex undecim Canonicis Triginta et singulis ex aliis beneficiatis Septem cum dimidio florenos auri de Camera singulis Annis cessanti omni excusatione, absque ulla difficultate solvendos ministrari ac residuum eorundem Episcopo prefatis remanere necnon fructus redditus proventus jura obventiones et emolumenta ex quibuscunque aliis quam ab ipsis partibus ad eandem Ceptensem Ecclesiam quovismodo spectantibus rebus et bonis pro tempore provenientia pro una Episcopo et pro alia medietatibus illorum undecim Canonicis et quatuor beneficiatis prefatis cedere de medietate quoque undecim canonicis et quatuor aliis beneficiatis cedente hujusmodi singulos ex ipsis canonicis singulas equales ac dictos alios quatuor beneficiatos tantam quantam unus canonicorum eorundem perciperet portiones percipere ac undecim canonicatuum et prebendarum qui aliis quam actu in sacerdotio constitutis personis conferre nequirent et quatuor aliorum beneficiatorum ecclesiae Ceptensis hujusmodi collationem, provisionem, presentationem seu quãvis aliam dispositionem quotienscunque ille fiendae occurrerent salvis in omnibus reservationibus et dispositionibus apostolicis necnon partium ac rerum et bonorum predictorum regimen et administrationem ad solum Episcopum prefatum pertinere debere ac irritum et inane nulliusque roboris vel momenti quicquid contra tenorem et effectum premissorum a quoqua apostolica vel alia quavis auctoritate scienter vel ignoranter circa numerum canonicorum et personarum predictorum ac regimen et administrationem rerum et bonorum prefatae Cepetensis Ecclesiae dispositum et ordinatum foret aut disponi et ordinari seu alias contingeret attemptari. Voluit autem predictus predecessor quod si Episcopus pro tempore post habitam plenam et integram possessionem partium predictarum asolutione partis et premittitur decanum Canonicos et beneficiatos prefatos contingentes cessaret sententiam excom-

municationis ipso facto incurreret quodque si eam animo indurato per tres menses sustineret videlicet non solvendo a parte ipsum contingentem foret ipso facto privatus prout in dicti predecessoris litteris super inde confectis plenius continetur. Postmodum vero cum nos qui dicto predecessore sicut domino placuit sublato de medio divina favente clementia ad apicem summi apostulatus assumpti fuimus rationalibus suadentibus causis omnes uniones annexiones et incorporationes de quibusvis Cathedralibus necnon aliis ecclesiis, monasteriis dignitatibus personatibus officiis ac beneficiis ecclesiasticis qualiacumque forent invicem vel aliis ecclesiis, monasteriis mensis dignitatibus personatibus officiis, beneficiis et locis quomodolibet apostolica vel alia quavis auctoritate factas propter quas illi quorum interesset sic unitorum possessionem pacificam tunc non tenebant revocavissemus cassavissimus et irritavissimus nulliusque decrevissemus existere firmitatis sicut exhibita nobis nuper pro parte carissimi in Christo filii nostri Alfonsi Portugaliae et Algarbii Regnorum predictorum Regis illustris petitio continebat dictus Episcopus unam dictarum partium videlicet Pacensis tunc per obitum quondam Petri Gundisalvi illius Administratoris extra Romanam curiam defuncti vacantem seu illius possessionem dictarum litterarum vigore assecutus illam ex tunc tenuit et possedit prout tenet et possidet de presenti fructus redditus et proventus percipiens ex eadem ac dilectus filius Magister Fernandus Alvari de Almeyda clericus notarius noster assererens quod interim de dicta parte ut premittitur vacante sibi per nos seu auctoritate litterarum nostrarum provisum fuit omni juri sibi in dicta parte vel ad eam quomodolibet competenti coram dilecto filio Philippo Alfonsi notario publico et nonnullis testibus fidedignis extra dictam curiam sponte et libere cessit seu renunciavit prout in instrumento publico manu dicti philippi notarii signato plenius continetur. Cum autem sicut eadem petitio subjungebat dictus Rex dimembrationem séparationem segregationem deputationem et assignationem predictas ac omnia alia et singula in dictis litteris contenta ipsasque litteras ac quaecunque indescuta pro eorum subsistentia firmiori nostro munimine roborari desideret. Nos pium et laudabile desiderium Regis hujusmodi in domino plurimum commendantes ac cessionem seu renuntiationem predictam de qua nobis perdicti instrumenti exhibitione plena fides facta extitit auctoritate apostolica harum serie admittentes ipsius Regis asserentis quod fructus redditus et proventus Ecclesiae Ceptensis centum librarum Turonensium similium, secundum extimationem predictam valorem annuum non excedunt in hac parte supplicationi-

bus inclinati auctoritate apostolica et ex certa sciencia tenore presentium dimembrationem separationem segregationem deputationem, et assignationem et contenta in predictis predecessoris litteris indesecuta prefata approbamus et confirmamus ac presentis scripti patrocinio communimus supplentes omnes defectus si qui forsan intervenerint in eisdem ac illa valere plenamque roboris firmitatem obtinere in omnibus et per omnia perinde ac si revocatio cassatio irritatio unionum predictae per nos factae nullatenus fuissent. Et nichilominus pro potioris cautele suffragio dimembrationem separationem segregationem deputationem et assignationem easdem ac omnia alia et singula in dictis litteris contenta in omnibus et per omnia alias juxta ipsarum litterarum tenorem continentiam atque formam auctoritate et sciencia similibus concedimus per presentes. Non obstantibus constitutionibus et ordinationibus apostolicis necnon statutis et consuetudinibus Pacensis et Ceptensis Ecclesiarum predictarum juramento confirmatione apostolica vel quacunque firmitate alia roboratis quibus omnibus et singulos illorum tenores de verbo ad verbum presentibus pro expressis habentes illis alias in suo robore permansuris quod ad premissa expresse derogamus ceterisque contrariis quibuscunque Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostrae admissionis approbationis confirmationis communitionis supplectionis concessionis et derogationis infringere vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attemptare presumpserit indignationem omnipotentis dei ac beatorum Petri et Pauli Apostolorum ejus se noverit incursurum. Datum Romae aput Sanctum Petrum Anno Incarnationis dominicae Millesimo quadringentesimo quinquagesimo secundo. Nonas Augusti Pontificatus nostri Anno Sexto. — Locus sigilli pendentis (1).

---

(1) Archivo Nacional, *Maço* 8 *de Bullas* n.° 16.

N.º 5.

Bulla de Martinho V, In eminenti specula, *de 4 de Junho de* 1420 *auctorisando a creação do convento franciscano de S. Thiago de Ceuta.*

In eminenti specula militantis Ecclesiae Romanus Pontifex, B. Petri celestis regni clavigeri successor, et Vicarius Jesu Christi habens super Orbis Ecclesias et Monasteria universa aliaque loca religiosa plenitudinem potestatis, privilegiis more Pastoris suae providentiae oculis universum Orbem terrarum, et nationum in illo degentium, qualitates paterna consideratione discutiens et examinans diligenter, ex injuncto sibi Apostolatus officio singulorum salutem appetens, et exquirens, quaedam ex locis hujusmodi pro reductione Infidelium ad ovile Dominicum, ad fastigia Ecclesiasticae dignitatis attolit, et tanquam munificus dispensator donis spiritualibus, ac allectivis muneribus erga devotos suos suum aperit Apostolicae largitatis thesaurum, praesertim versus ea loca, in quibus in agro militantis Ecclesiae novellae plantationes in odorem suavitatis, et exaltationem Christianae Fidei fructus in ubertate succedit, Catholici populi profectus acquiritur, animarum salus procuratur, et Divini cultus quaeritur augmentum: Unde quaedam ex illis interdum pro incremento Fidei Orthodoxae attolit per erectionis ministerium, ac titulo decoris, et gradus amplioris illustrat, prout, personarum et temporum qualitate pensata, id conspicit in domino salubriter expedire. Nuper siquidem pro parte dilecti nobilis viri Petri, charissimi in Christo Filii nostri Joannis Portugalliae et Algarbii Regis Illustris secundo geniti, Ducis Colimbrien. nobis fuit expositum, quod cum idem Rex morum praesidiis, et potentia suffultus, terraque marique contra Infidelium nationes, suis regnis conterminar, bella movens, novissime civitatem *Ceptae*, quae per ipsos Infideles tenebatur, multa potentia expugnaverit, atque devicerit: in qua, sicut accepimus, quodam Eremitorium in honorem, et sub vocabulo *S. Jacobi* fundatum existit, ac

cupiat idem Dux, sicut asserit, pro defensione et augmento Catholicae Fidei, ac reductione Infidellium et aberrantium circumiacentium populorum, ipsum Eremitorium in Monasterium et Conventum Fratrum Ordinis Minorum erigi, et Monasterii titulo decorari, in quo Guardianus et Fratres dicti Ordinis professores, pro tempore virtutum Domino famulantes, ad Divinae Majestatis obsequium, quandoque per praedicationes ministerium, quandoque ob singularem, et laudabilem vitam suam trahant alios per exemplum; pro parte dicti Ducis nobis fuit humiliter supplicatum, ut dictum Eremitorium in Monasterium erigere, ac in illo degentibus pro tempore de opportuno remedio providere de benignitate Apostolica digneremur. Nos igitur attendentes ex praemissis maximum Fidei Catholicae profectum verisimiliter proventurum, ac debita illis gravitate discussis, matura prius cum Venerabililus Fratribus nostris S. R. E. Cardinalibus super hoc deliberatione praehabita, ac de ipsorum Fratrum consilio, et assensu, ac Apostolicae potestatis plenitudine ad laudem et honorem Omnipotentis Dei Patris, et Filii, et Spiritus Sancti, ac B. Jacobi, sub cujus vocabulo dictum Eremitorium est constructum, Beatorumque Apostolorum Petri et Pauli, ac Beati Francisci, totiusque coelestis Curiae gloriam ac exaltationem militantis Ecclesiae, ipsorumque Divini cultus et Fidei incrementum, Fideliumque salutem, praefatum Eremitorium in Monasterium Fratrum Ordinis praefati authoritate Apostolica, tenore praesentium erigimus, ac Monasterium Fratrum ejusdem Ordinis, dignitatis et honoris titulo decoramus, et etiam insignimus, ipsumque Eremitorium Monasterium dicti Ordinis in memoriam indelebilem eorum, quae in hac parte geruntur, perpetuis futuris temporibus volumus ab omnibus appellari: Statuentes eadem authoritate, et etiam decernentes, quod tam Prior, et Guardianus, quam caeteri Fratres dicti Ordinis, qui in dicto Monasterio pro tempore residebunt, omnibus et singulis privilegiis, immunitatibus, exemptionibus, libertatibus, gratiis, et indultis eidem Ordini per sedem Apostolicam concessis hactenus et imposterum concedendis, et quibus Ministri, Priores, et Guardiani ac Fratres ejusdem Ordinis professores ubilibet constituti de consuetudine, vel de jure gaudent et gaudebunt quomodolibet in futurum, uti valeant, et etiam gaudere. Sancimus etiam, quod nullus ipsius prius Eremitorii Rector vel Administrator illius possessiones auferre, aut ablatas retinere, seu minuere; aut ipsos Guardianum et Fratres, qui ibi pro tempore residebunt, aliquibus molestiis fatigare, seu temere perturbare praesumant; sed omnia eis integra, et illibata ser-

ventur eorum, pro quorum gubernatione, et sustentatione concessa sunt, usibus omnibus profutura, Sedis praefatae reverentia in omnibus salva. Nos enim ex nunc irritum decernimus etc. Nulli ergo etc. nostrae erectionis, decorationis, insignitionis, statuti, voluntatis, sanctionis, et constitutionis infringere etc. Datum Florentiae 4 Nonas Junii, Pontificatus nostri anno tertio (1).

(1) Domin. de Gubernatis, *Orbis Seraphicus*, tom. 3.° p. 549.

N.º 6.

Bulla Romani Pontificis *de Martinho V, de* 5 *de Março de* 1421, *nomeando a D. Fr. Aymar primeiro Bispo de Ceuta.*

Martinus Episcopus servus servorum Dei. Venerabili fratri Aimaro Episcopo Ceptensi salutem et Apostolicam benedictionem. Romani Pontificis, quem pastor ille Caelestis, et Episcopus animarum potestatis sibi plenitudine tradita Ecclesiis praetulit universis plena vigiliis excogitet, neque prospiciat dilligenter, quod per ejus providentiam circunspectam nunc per simplicis provisionis officium, nunc vero per ministerium translationis accõmodè prout personarum, locorum et temporum qualitas exigit, et Ecclesiarum utilitas persuadet Ecclesiis singulis pastor accedat idoneus, et rector providus deputetur, qui commissum sibi populum per suam circunspectionem salubriter dirigat, et informet, ac bona Ecclesiae sibi cõmissae non solum gubernet utiliter, sed etiam multimodis efferat incrementis. Dudum siquidem pro parte charissimi in Christo filii nostri Joannis Regis Portugaliae illustris nobis exposito, quod locus de Cepta, quem Rex ipse videlicet ut Christi pugil, et Athleta ministerio cooperante Divino à perfidorum, spurcissimorumque Sarracenorum, et Agarenorum Dominicae Crucis obtrectatorum, et aemulor. qui tunc etiam inibi suam pro idolorum et simulacrorum cultu tenèntes Mesquitam sive Synagogam occupaverant eundem manibus victoriosis, iripuerat illũ suae dictioni subjugando populosus multum, et honestus, ipsaque Mesquita, sive Synagoga apta evidenter existebant ad hoc quod illa in Cathedralem erigeretur Ecclesiam praesule inibi, et clero residentibus pro tempore, per quor. actus et opera etiam eum ingenti animarum, partium illarum, habitatorum, et incolarum propagatione salutis fidei firmamentum solidaretur orthodoxe Divinus quoque cultus, ac populi devotio popularent, et instaurarentur non mediocriter in partibus memoratis. Nos tunc ipsius Regis in iis supplicationibus inclinati ac de praemissis certam, notitiam non habentes Bracharensibus, et Ulixbonensibus Archiepisco-

pis, et eorum propriis nominibus non expressis nostras dedimus litteras in mandatis, ut super praemissis, et eorum qualitatibus universis autoritate nostra se deligentius informarent, et si per informationem hujusmodi locum quod in Civitatem, et Mesquitam sive Synagogam praedictos, ut in Cathedralem Ecclesiam erigerentur aptos et idoneos fore invenirent locum in Civitatem et Mesquitam sive Synagogam eosdem in Ecclesiam Cathedralem Cepteñ, perpetuo nuncupandas etiam cum juribus, et Ecclesiis Cathedralibus sub nostra et Romanae Ecclesiae devotione consistentibus de jure vel consuetudine quomodolibet debitis auctoritate praefata erigerent faciendo, necnon disponendo, et ordinando praepterea omnia et singula quae in praemissis et circa eas expedire viderint, ac necessaria forent, seu quomodolibet opportuna, prout in ipsis litteris plenius continetur. Tum itaque postmodum Venerabiles fratres nostri Fernandus Bracharensis, et Didacus Ulixbonensis Archiepiscopi super praemissis dilligenti informatione recepta, eisque veris repertum locum in Civitatem, et Mesquitam sive Synagogã hujusmodi in Ecclesiam Cathedralem Cepteñ: perpetue nuncupandas juxta tenorem litterarum erexerint earundem. Nos cupientes eidem Ecclesiae Cepteñ: quae nondum alicujus provintiae existit de pastore secundum cor nostrum utili et idoneo per quem circumspecte regi et salubriter dirigi valeat providere, post deliberationem quam super iis cum fratribus nostris habuimus deligentem demum ad te Episcopum Marrochitañ: consideratis grandium virtutum meritis, quibus personam tuam illarum largitor Dominus insignivit, et quod tu qui Marrochitañ: Ecclesiae hactenus laudabiliter praefuisti eandem Cepteñ: Ecclesiam scies et poteris auctore Domino salubriter regere et feliciter gubernare convertimus oculos nostrae mentis. Intendentes igitur tam ipsi Cepteñ: Ecclesiae quam ejus gregi Dominico salubriter providere à vinculo quo praefatae Marrochitañ: Ecclesiae, cui tunc precrastenebaris de dictorum fratrum consilio et Apostolicae potestatis plenitudine absolventes te ad eandem Cepteñ: Ecclesiam auctoritate Apostolica transferimus, teque illi praeficimus in Episcopum et pastorẽ curam administrationem ipsius Ecclesiae Cepteñ: tibi in spiritualibus et temporalibus plenariè commitendo, liberamque tibi tribuendo licentiam ad ipsam Cepteñ: Ecclesiam transeundi firma spe fiduciaque conceptis, quod praefata Cepteñ: Ecclesia per tuae industriae et circunspectionis studium fructuosum gratia tibi assistente Divina regetur utiliter et prospere dirigetur, grataque in iisdem spiriritualibus et temporalibus suscipiet incrementa. Volumus autem quod antequam possessionem administrationis bonorum dictae Cepteñ: Ec-

clesiae ecipias fidelitatis debitae solitum praestes juramentũ sub forma quam Venerabilibus fratribus nostris Elboreñ: et Maioriceñ: Episcopis sub bulla nostra mittimus interclusam, quibus et eorum cuilibet per alias nostras litteras mandamus ut à te nostro et Romanae Ecclesiae nomine hujusmodi recipiant, aut eorum alter recipiat juramentum. Quocirca fraternitati tuae per Apostolica scripta mandamus quatenus ad praefatam Cepteñ: Ecclesiam cum gratia nostrae Benedictionis accedens curam et administrationem praedictas sic dilligenter geras et sollicite prosequaris, quod ipsa Cepteñ: Ecclesia gubernatori provido et fructuoso administratori gaudeat se commissam, ac bonae famae tuae odor ex laudabilibus tuis actibus lactius diffundatur, tuque praeter eternae retributionis praemium nostram et Apostolicae Sedis gratiam proinde uberius consequi merearis. Datum Romae apud Sanctum Petrum, III Noñ: Marcij Pontificatus nostri anno quarto (1).

(1) Provas da Historia Genealogica da Casa Real tom. 1.° p. 369 e seg.

ADDITAMENTOS.

1.º

Pag. 6 — *Troca dos fóros da rua Nova por Olivença.*

O escambo entre Affonso V e o Arcebispo de Braga, D. Luiz, das casas ou fóros da rua Nova por Olivença é de 18 de Março de 1473, e existe no Archivo Nacional, Corpo chronologico, P. 1.ª maço 1 n.º 26.

2.º

Pag. 7 — *Rendimento dos Bispos de Ceuta.*

De uma lista dos Bispos de Portugal e seus rendimentos, escripta em inglez, existente no Museo Britanico de Londres, Bibliotheca Harleiana, n.º 1074 fol. 189, e que seguramente é anterior a 1570, vê-se que o Prelado de Ceuta recebia annualmente 4:500$000 rs. (1).

3.º

Pag. 33 — *Nomeação de D. Diogo Ortiz para Bispo de Viseu.*

Dissemos que D. Diogo foi trasladado de Ceuta para Viseu por Bulla de 27 de Junho de 1505; devemos accrescencar que a 4 de Maio desse mesmo anno lhe escrevia ElRei D. Manuel participando-lhe a nomeação que delle fizera para essa diocese. A carta existe no Archivo Nacional, Corpo chronologico, P. 1.ª maço 5.º n.º 19.

---

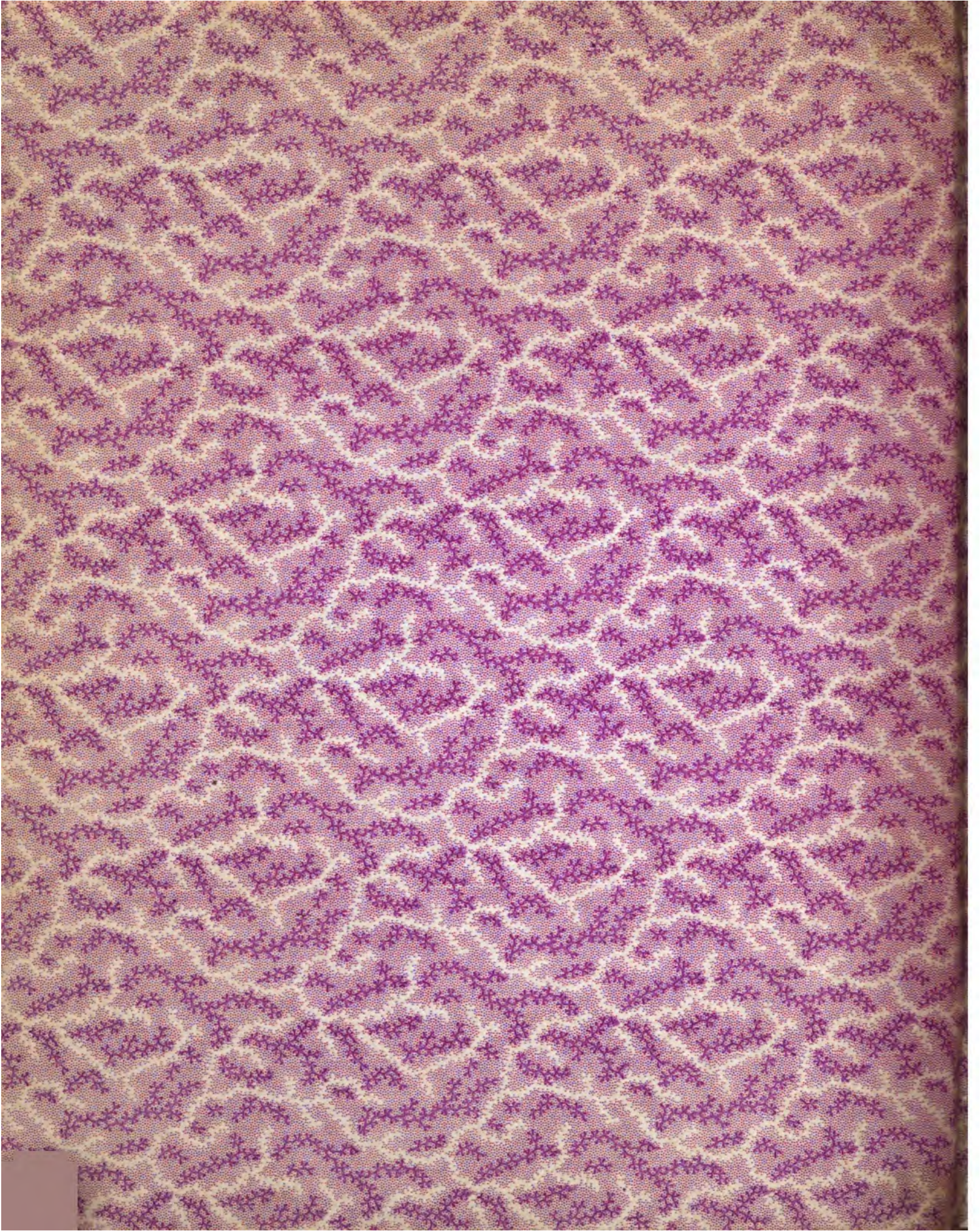
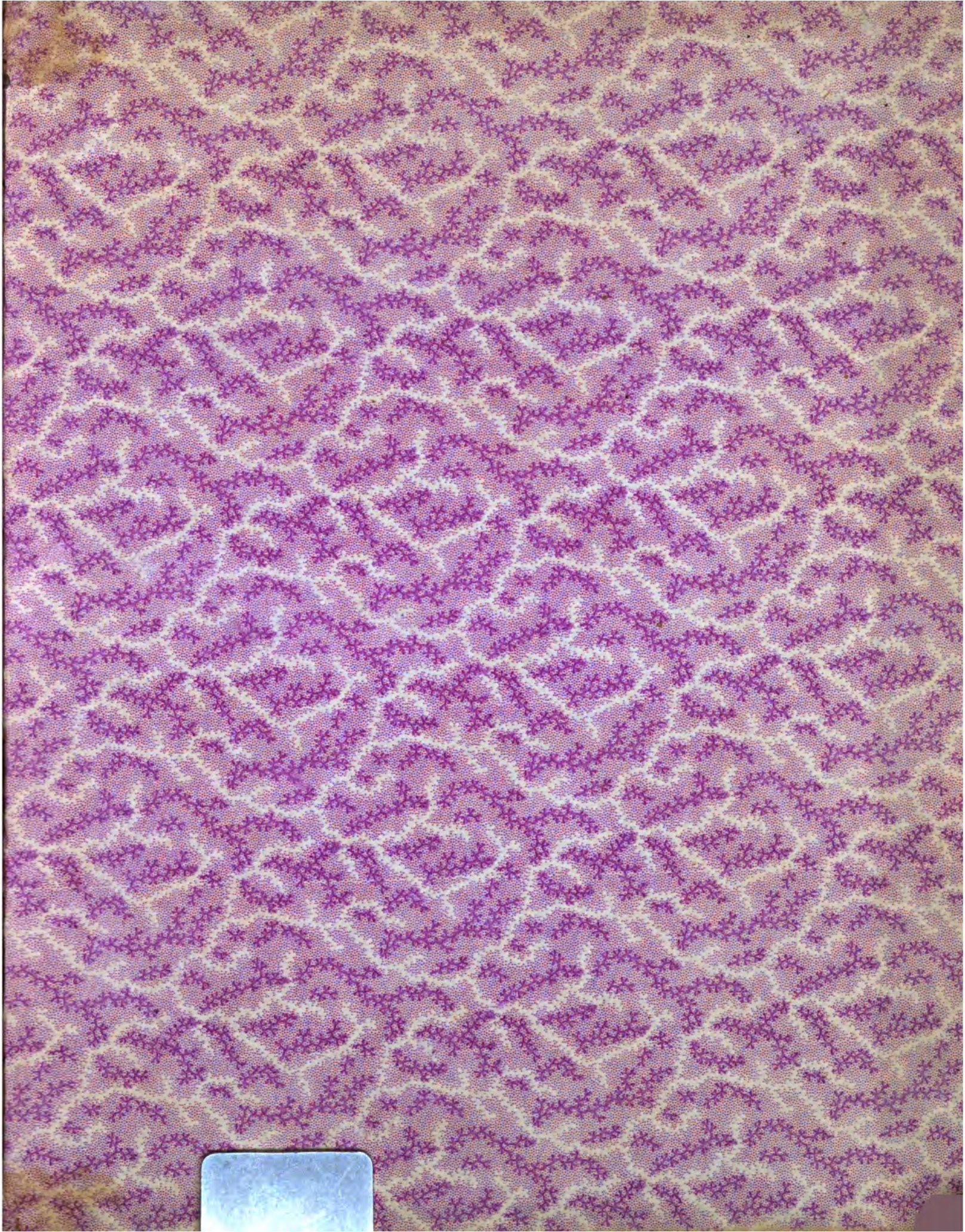
(1) O manuscripto calcula por *cuentos*, que, sendo hespanhoes, tem por unidade *reales* e não *réis*; e por isso os 3 *cuentos* que assigna ao Prelado de Ceuta equivalem a 4:500$000 réis.

4.°

Pag. 35 — *D. Fr. Henrique de Coimbra.*

Este Bispo de Ceuta foi tambem nomeado pelo Papa Visitador das freiras de Santa Clara de Villa do Conde, e nessa qualidade escrevia a ElRei em data de 10 de Dezembro de 1511, a proposito de uma rebellião dessas religiosas, uma carta pedindo-lhe licença para entrar dentro do convento, juntamente com o corregedor: conserva-se no Archivo Nacional, logar citado, maço 10 n.° 135.

ERRATA.

A pag. 16, lin. 29, onde se lê (18) deve lêr-se (5), e accrescentar-se a nota seguinte:

(5) *Histor. Chronolog. da SS. Trindade*, tom. 1.° p. 554 e seg.; Sousa, *Historia de S. Domingos*, part. 2.ª liv. 2.° cap. 22. A inscripção que indicamos vem transcripta em ambos elles — Jorge Cardoso com manifesto engano affirma no *Agiologio*, tom. 1.° p. 273, que os Religiosos da Trindade possuiram o Convento por espaço de vinte annos.